



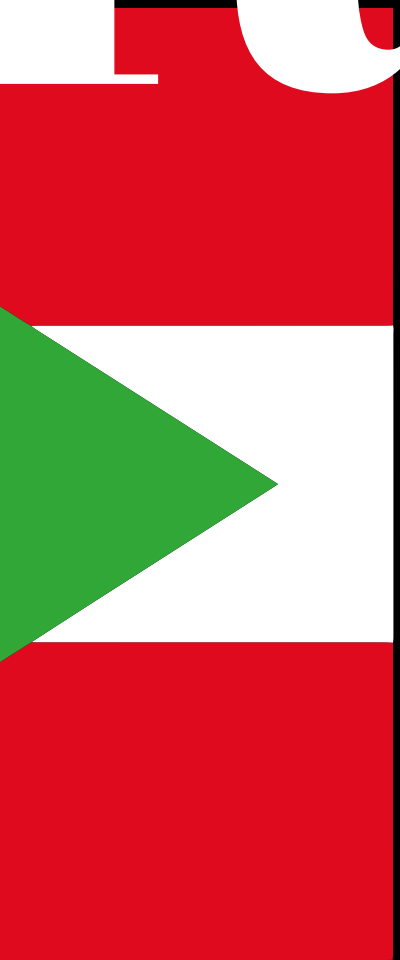
RG 2016

Relatório anual de Gestão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RCG 2016





RG 2016

Mesa da Assembleia Legislativa em 2016

Gelson Merisio
Presidente

Aldo Schneider
1º Vice-Presidente

Leonel Pavan
2º Vice-Presidente

Valmir Comin
1º Secretário

Padre Pedro Baldissera
2º Secretário

Dirce Heiderscheidt
3ª Secretária

Mario Marcondes
4º Secretário

Sumário

Mensagem do Presidente.....	04
Produção Legislativa	06
Temas do Ano	08
Novas Leis.....	16
Solenidades.....	22
Comissões.....	34
Frentes e Fóruns Parlamentares.....	46
Bancada Feminina.....	54
Certificação de Responsabilidade Social.....	57
Institucional	61
Comunicação	67
Escola do Legislativo.....	70
PAB – Programa Antonieta de Barros.....	74
Deputados e Suplentes	77



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RG 2016

Relatório anual de Gestão.

Mensagem
do presidente.

01





Mensagem do Presidente

“ Pela primeira vez na história, um Legislativo estadual aumenta o gasto mínimo obrigatório com a área da saúde. Santa Catarina passará a aplicar, em vez dos atuais 12%, um mínimo de 15% de toda a arrecadação do Estado com impostos em um processo gradual até 2019, mas que já tem efeitos em 2017. Foi um ano de especial destaque para a área, com propostas inéditas que vão ajudar a melhorar o atendimento à população como um todo.

A PEC da Saúde é uma medida de proporções ainda pouco percebidas. No orçamento do governo estadual que aprovamos na Assembleia já está prevista a aplicação de 13% na saúde em 2017, que

garantem pelo menos R\$ 110 milhões a mais. A grande transformação, porém, virá em longo prazo. Esse percentual, quando Santa Catarina for o primeiro Estado brasileiro a deixar a crise para trás, representará a capacidade de dobrar ou até triplicar os investimentos em hospitais, policlínicas e no mutirão de cirurgias para zerar a fila de espera.

Em 2016, também tivemos a oportunidade de votar o decisivo projeto do Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos e Municipais, Hemosc e Cepon, uma ação construída pelo Parlamento. A iniciativa foi o principal destino dos R\$ 106,5 milhões economizados pela Alesc em 2015 e ajudou a reduzir as dívidas da Secretaria da Saúde com as instituições, além de permitir a retomada do mutirão de cirurgias eletivas, até então paralisado por falta de recursos.

A principal missão do fundo, no entanto, foi outra. Provar que a economia de dinheiro público em algumas áreas pode se concretizar em benefício direto à população. Um Estado pequeno no processo administrativo, mas grande na sua capacidade de prestar serviços e atender às necessidades da sociedade. Um Estado enxuto, sem desperdícios.

Outra ação inédita por parte do Legislativo foi a redução do duodécimo da Alesc, que agora receberá um valor menor do total arrecadado em impostos pelo Executivo. Reduzimos nossa parte e aumentamos as fatias do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, instituições essenciais para o combate à corrupção no nosso Estado e que, com isso, podem expandir sua atuação.

Isso só foi possível porque a Assembleia está preparada para manter suas mesmas atividades de hoje com um gasto menor nos próximos anos. Um cenário obtido com imenso esforço de economia com corte de gastos, uma redução de 45% no valor com diárias nos últimos dois anos, revisão de contratos e melhoria dos processos. Além disso, com redução de 50% do quadro de funcionários efetivos, ao eliminarmos as funções de nível de ensino fundamental e médio, já não mais necessárias pelo avanço das tecnologias de gestão, e que a legislação obrigaria a preencher por concurso, mesmo sem necessidade.

Temos feito a nossa parte para tornar 2017 um ano mais leve, em que Santa Catarina possa voltar a crescer mesmo diante das dificuldades que vivenciamos todos os dias nos noticiários. Mesmo sendo uma Casa essencialmente política, a Alesc mostrou que pode ser referência também em eficiência na gestão pública e em inovação legislativa para construir uma sociedade mais justa, com um poder público produtivo e capaz de atender com qualidade aqueles que mais precisam. ”

Deputado Gelson Merisio
*Presidente da Assembleia
Legislativa de Santa Catarina*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016** Relatório anual de Gestão.

Produção
Legislativa.

02



PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Assembleia Legislativa aprova 287 proposições em 2016

Os deputados estaduais terminaram o ano com 287 proposições aprovadas em 116 sessões ordinárias e 25 extraordinárias, considerando projetos de lei (PLs), de lei complementar (PLCs), propostas de emenda à Constituição (PEC) e outras. Os dados constam no relatório anual divulgado pela Coordenadoria de Expediente da Alesc.

Conforme o documento, foram acatados:

- 257 projetos de lei
- 18 projetos de lei complementar (PLC)
- 2 PECs
- 5 projetos de resolução
- 2 projetos de decreto legislativo
- 3 medidas provisórias (MPs) que foram convertidas em lei

O Plenário também apreciou quatro vetos em 2016, sendo que três foram mantidos e um derrubado.

A Casa ainda aprovou:

- 1.783 requerimentos
- 162 moções
- 171 pedidos de informação
- 702 indicações

As proposições deliberadas referem-se a

projetos apresentados em 2016 e em anos anteriores.

Produção

Em 2016, foram protocoladas na Assembleia Legislativa 457 proposições, sendo:

406 projetos de lei (377 PLs apresentados pelos deputados, 26 encaminhados pelo Executivo, 2 pelo Judiciário e 1 pela Defensoria Pública estadual)

31 PLCs (17 de origem parlamentar, 7 de autoria do governador, 3 protocolados pelo Tribunal de Justiça, 2 apresentados pela Defensoria Pública e 2 enviados pelo Ministério Público)

- 11 projetos de resolução
- 5 propostas de emenda à Constituição
- 3 projetos de decreto legislativo
- 1 medida provisória

O Poder Executivo encaminhou para a Assembleia 33 mensagens de veto, sendo 25 totais e oito parciais.

Tramitação

Diversos projetos e vetos que não passaram pelo Plenário da Alesc em 2016 seguem em tramitação. Só em projetos de lei, são 423. Há, ainda, 39 PLCs, 27 PECs, 16 projetos de resolução e um de decreto legislativo. Além disso, os deputados têm 64 mensagens de veto do governador para apreciar.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016** Relatório anual de Gestão.

Temas
do Ano

03



Temas do ano

As perspectivas da economia do Brasil para 2016 eram as piores possíveis. A crise política que se arrastava desde 2015 não só confirmou essas tendências, como agravou a situação macroeconômica brasileira. Entre as várias consequências negativas desse cenário, a queda na arrecadação de impostos, que já era prevista desde o ano anterior, ameaçou a prestação dos serviços públicos.

Esse foi um dos principais temas discutidos pelo Parlamento catarinense em 2016. Além de manter as medidas de economia adotadas em 2015, a Alesc colaborou com o Estado no enfrentamento dessa crise. Dentre as várias áreas afetadas, a saúde, que mesmo em anos com boa arrecadação enfrenta problemas, foi duramente atingida, prejudicando a população mais carente.

Diante desse cenário adverso, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina escolheu como prioridade em 2016 o desenvolvimento de ações em prol da saúde pública. Para isso, duas iniciativas se destacaram: a criação do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos e Municipais, Hemosc e Cepon e a aprovação da emenda constitucional que amplia os investimentos do Estado na área.

Fundo dos Hospitais

Em junho, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (PSD),

apresentou o Projeto de Lei 171/2016, criando o fundo, com o objetivo de disponibilizar recursos para investimento exclusivo nos hospitais filantrópicos, nos hospitais municipais de Santa Catarina, no Hemosc e no Cepon, como forma de amenizar as dificuldades financeiras das unidades, que sofrem com as dívidas causadas pela defasagem dos pagamentos da tabela do SUS. O fundo também possibilitaria a retomada dos mutirões de cirurgias eletivas (não emergenciais) por esses hospitais, que foram paralisados no decorrer de 2016 pelo atraso no repasse de recursos pelo Estado.

Os recursos do fundo vêm principalmente das sobras de recursos dos orçamentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça e Ministério Público de Santa Catarina. Contribuintes tributários estabelecidos no Estado também podem fazer doações para o fundo, em troca de benefícios fiscais.

Dada a sua importância e urgência, a proposta tramitou de forma célere e foi aprovada por unanimidade pelos deputados um mês após sua apresentação. Assim que houve a sanção do projeto pelo governador Raimundo Colombo (PSD), a Assembleia Legislativa destinou R\$ 50 milhões para o fundo, em agosto. O recurso foi utilizado pelos hospitais para o pagamento das cirurgias já realizadas e para a retomada dos mutirões.

PEC da Saúde

Outra matéria de destaque na área da saúde foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que amplia os recursos do orçamento estadual destinados obrigatoriamente para a saúde pública. A PEC da Saúde, como ficou conhecida a proposta aprovada por unanimidade pelos deputados em outubro, é fruto da mobilização de entidades ligadas à saúde pública e das câmaras municipais e resultou na Emenda Constitucional 72/2016.

Em abril, vereadores de 154 municípios apresentaram a proposta de aumento de 12% para 15%. Ao mesmo tempo, o presidente da Alesc apresentou uma PEC com a mesma finalidade. A diferença é que na proposta das câmaras municipais o incremento ocorreria em seis anos (0,5% ao ano), enquanto na PEC apresentada pelo deputado, o aumento seria aplicado em três anos (1% ao ano).

Durante a análise nas comissões permanentes da Alesc, as duas PECs passaram a tramitar em conjunto e prevaleceu a proposta de aumento em três anos. “Essa é uma proposta dos 40 deputados desta Casa, construída em consenso com as entidades da saúde”, ressaltou Merisio.

A medida já está em vigor e impactou no orçamento da saúde para 2017. Conforme a emenda, o percentual mínimo passou de 12% para 13% em 2017. Em 2018, ele



umenta para 14%, até atingir 15% a partir de 2019. Somados os três anos, estima-se, com base nos valores do orçamento estadual de 2016, que a saúde receberá R\$ 660 milhões a mais do que estava previsto. Em 2017, o incremento para o setor é estimado em R\$ 110 milhões.

CPI dos Medicamentos

A preocupação com a saúde dos catarinenses também motivou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia em 2016. Em abril, o deputado Fernando Coruja (PMDB), com o apoio de outros 22 parlamentares, apresentou o pedido para a instalação da CPI para investigar a falsificação de medicamentos em Santa Catarina.

Na justificativa do pedido, os deputados afirmaram que circulam no Estado mais de 500 medicamentos piratas, principalmente hormônios anabolizantes, remédios para disfunção erétil e para emagrecer. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a pirataria de substâncias matou cerca de 700 mil pessoas no mundo em 2014. O deputado Fernando Coruja apontou que cerca de 20% dos remédios vendidos em farmácias seriam falsificados.

Ainda em abril, a CPI iniciou seus trabalhos, composta por sete membros: Dr. Vicente Caropreso (PSDB), presidente; **Dalmo Claro** (PSD), vice-presidente; **Fernando Coruja**,

relator; além de Neodi Saretta (PT), Maurício Eskudlark (PR), Gabriel Ribeiro (PSD) e Rodrigo Minotto (PDT).

No decorrer do ano, os parlamentares ouviram representantes de entidades ligadas à farmácia, nutrição, educação física, academias, transportes, vigilâncias sanitárias, Laboratório Central do Estado (Lacen), entre outras. Foram 12 reuniões ordinárias e vários encontros internos entre os membros da CPI.

Os trabalhos de investigação foram prorrogados. Mas a CPI já constatou que a fiscalização da qualidade dos medicamentos vendidos no Brasil é falha. A comissão pretende apresentar propostas para o Congresso Nacional e para o Poder Executivo visando à melhoria da fiscalização, além de alertar os demais países do Mercosul sobre a circulação de medicamentos suspeitos.

Dívida de Santa Catarina com a União

O Parlamento também se envolveu nos questionamentos de Santa Catarina sobre as dívidas do Estado com o governo federal. Em fevereiro, o governo estadual ingressou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o indexador utilizado pela União para o cálculo dessa dívida. O Estado argumentava que Brasília deveria usar como índice de correção da dívida a Selic acumulada (juros simples) e não a composta (juros compostos), conforme

legislação federal que entrou em vigor em 2014.

À época, o governo de Santa Catarina desembolsava por mês R\$ 110 milhões para a quitação dos débitos. Conforme dados da Secretaria de Estado da Fazenda, em 1998, quando renegociou sua dívida com a União, Santa Catarina devia R\$ 4,165 bilhões. Até fevereiro de 2016, o estado pagou R\$ 12,950 bilhões. No cálculo da União, com base na Selic capitalizada, Santa Catarina ainda devia à União R\$ 9,352 bilhões. Mas, se aplicada a Selic acumulada, o governo catarinense teria um crédito de R\$ 1,342 bilhão, ou seja, a dívida estaria mais do que paga.

Em março, o governador Raimundo Colombo explicou aos 40 deputados os motivos que levavam o Estado a ingressar com o mandado de segurança. O presidente da Assembleia apresentou projeto de lei, aprovado em plenário, que autorizava o governo estadual a não assinar o aditivo da dívida com a União caso o indexador utilizado não fosse a Selic acumulada. O PL também autorizou o governo a suspender o pagamento das parcelas da dívida pública até a assinatura de um novo termo aditivo com a União sem a incidência da Selic composta.

No mês de abril, o STF acatou o pedido do governo de Santa Catarina. Isso possibilitou que o Estado assinasse, no segundo semestre,



um novo acordo para a dívida, com condições mais vantajosas para o erário público, entre elas carência para o pagamento das primeiras parcelas mensais.

Eleições municipais

Os 295 municípios catarinenses escolheram em outubro seus novos prefeitos e vereadores para o quadriênio 2017-2020. A eleição interferiu na rotina da Assembleia que, a exemplo de pleitos anteriores, organizou um calendário especial de sessões, evitando que a campanha eleitoral prejudicasse os trabalhos da Casa. Isso possibilitou aos deputados participarem da campanha, que se desenrolou principalmente nos meses de agosto e setembro.

Oito parlamentares estaduais foram candidatas: Luciane Carminatti (PT) e Cesar Valduga (PCdoB), em Chapecó; Mario Marcondes (PSDB), em São José; Darci de Matos (PSD), em Joinville; Jean Kuhlmann (PSD), em Blumenau; Leonel Pavan (PSDB), em Balneário Camboriú; e Gean Loureiro (PMDB), em Florianópolis. Três suplentes também participaram da disputa: Júlio Ronconi (PSB), candidato a prefeito em Rio Negrinho; Fábio Flôr (PP), candidato a vice-prefeito em Balneário Camboriú; e Ivan Naatz (PDT), candidato a prefeito em Blumenau.

Terminada a campanha, Júlio Ronconi venceu

a disputa em Rio Negrinho. No segundo turno, Gean Loureiro venceu Angela Amin (PP) e foi eleito prefeito da Capital.

A tragédia com a Chapecoense

A Assembleia Legislativa não ficou indiferente ao momento mais triste que Santa Catarina enfrentou em 2016. A queda do avião que transportava jornalistas e a delegação da Chapecoense em 29 de novembro, para a primeira partida da final da Copa Sul-Americana, nas proximidades de Medellín (Colômbia), suspendeu as atividades no Parlamento catarinense por três dias.

O nome do deputado Gelson Merisio, presidente do Legislativo, que tem base eleitoral no Oeste catarinense, estava na lista de passageiros do voo acidentado. O parlamentar, no entanto, cancelou sua ida devido a compromissos em Santa Catarina.

A Alesc participou das homenagens aos 71 mortos na tragédia. Em conjunto com o governo do Estado, auxiliou na organização do velório coletivo de 50 vítimas do acidente, ocorrido na Arena Condá, em Chapecó, em 3 de dezembro. Além de participar do cerimonial da homenagem, a Assembleia também foi responsável pelo credenciamento dos quase 1 mil profissionais de imprensa de todo o mundo que cobriram a solenidade.

Em reconhecimento à solidariedade da

população colombiana e ao trabalho das autoridades no resgate, reconhecimento e liberação dos corpos das vítimas, Gelson Merisio apresentou em dezembro na Assembleia projeto de lei que declara a Província de Antioquia, na Colômbia, estado irmão de Santa Catarina. A proposta foi aprovada pelos deputados, sancionada pelo governador Raimundo Colombo e transformada na Lei 17.029, de 16 de dezembro de 2016. A iniciativa facilitou a assinatura de acordos, intercâmbios e convênios de cooperação unilateral ou bilateral nos âmbitos político, socioeconômico, empresarial, turístico, didático, técnico-científico e cultural.

Acordo para a Presidência da Alesc

Em novembro, o Partido Progressista (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) anunciaram um acordo para divisão do mandato da Presidência da Assembleia no biênio 2017-2019. Pelo acordo, Silvio Dreveck (PP) será o chefe do Legislativo catarinense entre 1º de fevereiro de 2017 e 31 de janeiro de 2018, tendo como 1º vice-presidente Aldo Schneider (PMDB). Entre 1º de fevereiro de 2018 e 31 de janeiro de 2019, as posições se invertem: Dreveck renuncia para que Aldo possa assumir a presidência, com o pepista sendo conduzido à 1ª Vice-Presidência.

O acordo envolveu os demais partidos com representação na Alesc e foi confirmado com



a eleição de Silvio Dreveck à Presidência em 2017. Ele sucede Gelson Merisio (PSD).

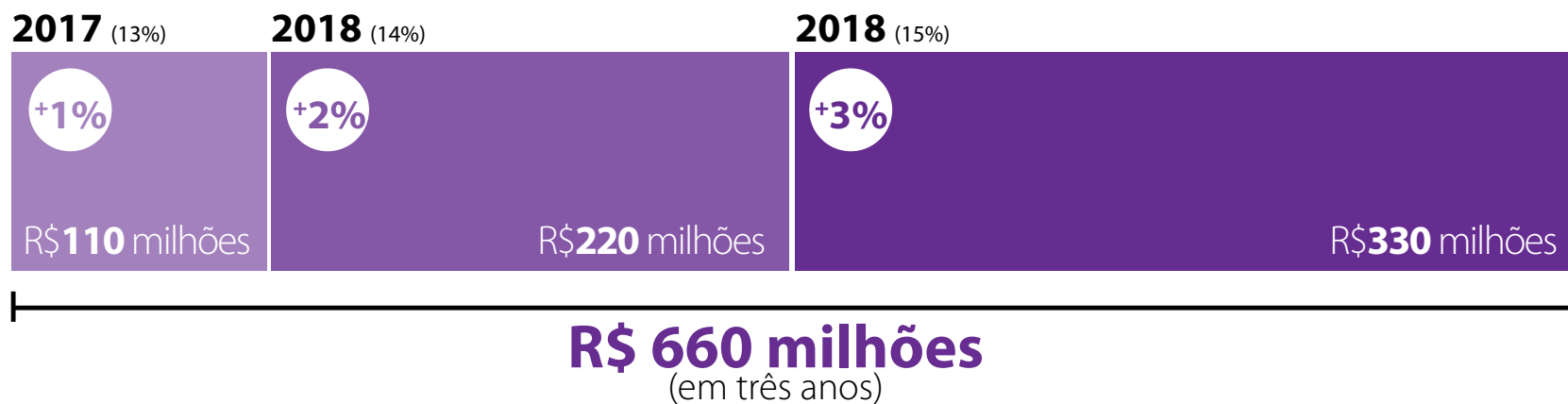
Impeachment do governador

No mês de outubro, 29 sindicatos de servidores estaduais e centrais sindicais apresentaram na Assembleia o pedido de impeachment do governador Raimundo Colombo. Para isso, apontavam dois motivos para a instauração de processo por crime de responsabilidade. O primeiro está relacionado com as doações feitas pela Celesc junto ao Fundo de Desenvolvimento

Social (FundoSocial) em 2015 e 2016 em troca do abatimento de ICMS, procedimento que foi questionado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). O segundo motivo seria a abertura de crédito suplementar pelo governo sem que houvesse saldo financeiro nas contas do Estado. O pedido foi arquivado em dezembro. A justificativa para o não recebimento da denúncia está amparada na Lei Federal 1.079/50 e no Regimento Interno da Alesc. Tanto a lei quanto o regimento indicam que são parte legítima para apresentar denúncia contra

o governador "qualquer órgão do Poder Judiciário, Comissão Parlamentar, partido político, Câmara de Vereadores, Deputado ou cidadão", não constando, nessa relação, instituições sindicais, como as que protocolaram o pedido na Assembleia.

O aumento de 1% no repasse para a Saúde é cumulativo.



Infografia: Lucio Baggio/Agência AL





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** Relatório anual de Gestão.
2016

Novas Leis -
Plenário

04



Novas leis

Além de novos direitos para os catarinenses, os deputados estaduais aprovaram em 2016 os projetos obrigatórios, como o orçamento para 2017, no valor aproximado de R\$ 26 bilhões, e os novos valores do salário mínimo regional, com um reajuste de aproximadamente 11% nas faixas salariais entre R\$ 1.009 e R\$ 1.158.

Outros poderes e órgãos estaduais também tiveram matérias de seu interesse aprovadas e convertidas em lei. Em setembro, os deputados aceitaram a transformação de cargos de juiz substituto de segundo grau em desembargador, além de propostas de concessão de benefício a servidores aposentados do TJSC e o uso de recursos do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. As medidas, conforme o Poder Judiciário, darão mais agilidade no atendimento à população.

Com o mesmo objetivo, em dezembro, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) teve aprovada pela Assembleia a criação de novas promotorias em 12 comarcas (Araquari e Papanduva, com promotorias de entrância inicial; Biguaçu, Campos Novos, Fraiburgo, Içara, Itapema, Ituporanga, Navegantes, São Francisco do Sul, Timbó e Urussanga, com promotorias de entrância final). Na mesma

proposta, foram criados novos cargos: 12 procuradores de Justiça, 10 promotores de entrância final, dois de entrância inicial, oito promotores substitutos, 73 cargos comissionados (assessor jurídico, assessor de gabinete, assistente de procuradoria de Justiça e assistente de promotoria de Justiça) e 17 efetivos (analistas em diversas áreas de conhecimento).

A Defensoria Pública do Estado (DPE) também foi atendida com a aprovação, em setembro, do auxílio-alimentação para os defensores e servidores. Em dezembro, os parlamentares aprovaram a transformação do fundo da antiga Defensoria Dativa para o Fundo de Acesso à Justiça (FAJ), sob gestão da DPE. A medida, no entanto, foi criticada pelo órgão, já que os recursos desse fundo não poderão ser utilizados para a expansão da defensoria pelo estado. Todo o dinheiro será destinado para a contratação de advogados, por parte de juízes, para a prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes em comarcas onde a DPE não atua, com os recursos do fundo retirados para o pagamento dos honorários profissionais.

Regularização de doações da Celesc ao FundoSocial

A partir de proposição do Executivo, foi sancionada a Lei 17.053, de 20 de dezembro de 2016, aprovada em dezembro pelos deputados. A lei regulariza as doações feitas pelas Centrais Elétricas de Santa

Catarina (Celesc) ao FundoSocial. A norma visa compensar os municípios e poderes públicos pelas perdas financeiras decorridas da operação. O texto encaminhado pelo governador foi alterado por emendas na Alesc, prevendo que a devolução aos municípios seja feita em 36 parcelas mensais sucessivas, e não nas 60 estipuladas na proposta original do governo. O início do pagamento, entretanto, foi transferido de janeiro para julho. A mesma fórmula foi estendida à Udesc, cuja compensação não constava no texto original. As doações da Celesc foram contestadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), o que motivou o Poder Executivo a apresentar o projeto para regularização.

Combate à violência obstétrica

Um dos projetos de maior repercussão aprovados em 2016 trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica, de autoria da ex-deputada Angela Albino (PCdoB). A norma considera violência obstétrica todo ato praticado pelo médico, equipe hospitalar, familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou no período do puerpério. A lei também determina a divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal. Entre as demais medidas previstas, considera inaceitável recriminar a parturiente por



qualquer comportamento como gritos, choro, medo, vergonha ou até mesmo dúvidas. A norma deixa claro que fica proibido submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas e exame de toque por mais de um profissional (Lei 17.097, de 17 de janeiro de 2017).

Direitos das pessoas com deficiência

A disponibilização de banheiros químicos adaptados à pessoa com deficiência em eventos públicos foi aprovada pelos deputados em junho e transformada na Lei 16.963, de 1º de julho de 2016. A medida fez parte de projeto de lei apresentado pelo deputado Luiz Fernando Vampiro (PMDB).

Em vigor desde o dia 30 de dezembro de 2016, a Lei 17.060 determina que maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres devem prestar assistência especial a parturientes cujos filhos recém-nascidos apresentem deficiências ou patologias crônicas que exijam tratamento continuado, constatadas durante o período de internação para o parto. A autora da lei, aprovada em dezembro pelos deputados, é Ana Paula Lima (PT).

Já revendedoras e concessionárias de veículos instaladas em todo o estado de Santa

Catarina ficam obrigadas a afixar, em local de fácil visualização, cartazes informando aos consumidores sobre as isenções de impostos como IPI, ICMS e demais tributos garantidos por lei às pessoas com deficiência ou portadoras de enfermidade de caráter irreversível. A medida consta na Lei 17.065, de 12 de janeiro de 2017, de autoria de Gean Loureiro (PMDB).

Combater o preconceito e construir ações entre o poder público e a sociedade civil voltados para qualidade de vida das pessoas com síndrome de Down é o que propõe a Lei Estadual 17.095, de 17 de janeiro de 2017. Ela institui o Programa Estadual de Orientação sobre Síndrome de Down em Santa Catarina e prevê um conjunto de ações abrangendo saúde, educação, a compreensão e o apoio, tanto para as pessoas com síndrome de Down, bem como para seus familiares, educadores e agentes de saúde. A proposta, de autoria de José Milton Scheffer (PP), foi aprovada em dezembro pelos deputados.

Transparência nos atos municipais

No mês de dezembro, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estava em tramitação desde 2010 foi aprovada em plenário. De autoria do ex-deputado Rogério Peninha (PMDB), a medida tornou obrigatória a publicação dos atos emitidos pelas prefeituras e câmaras municipais catarinenses em meio impresso. Neste caso, o ente pode optar por um diário oficial ou

jornais impressos locais ou regionais. O objetivo é permitir que um número maior de pessoas tenham conhecimento de decisões administrativas, aumentando a transparência do poder público municipal. A PEC foi transformada na Emenda Constitucional 73, de 20 de dezembro de 2016.

Direitos do consumidor

O projeto que veda a cobrança de taxa de orçamento, pelas oficinas autorizadas de assistência técnica, nos casos de instalação de produto novo e de manutenção de produto no prazo de garantia, foi aprovado por unanimidade pelos deputados e transformado na Lei 17.017, de 21 de novembro de 2016. A matéria de iniciativa parlamentar foi apresentada pelo deputado Cesar Valduga (PCdoB).

Com a intenção de facilitar o processo de compra de alimentos voltados a pessoas com restrições alimentares, a Assembleia aprovou, em dezembro, projeto de lei que obriga supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares a oferecerem em local único, específico e com destaque produtos para celíacos, intolerantes à lactose e diabéticos. A medida, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PSD), foi transformada na Lei 17.077, de 12 de janeiro de 2017. Os estabelecimentos terão até julho para se adaptar à nova regra.



Proibição do amianto

A fabricação e comercialização do amianto serão banidas em Santa Catarina graças ao projeto de autoria da deputada Ana Paula Lima e do ex-parlamentar Jailson Lima (PT), que tramitava desde 2008 na Alesc e foi aprovado em dezembro. A Lei 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que prevê a proibição de toda a cadeia produtiva de amianto no território catarinense, está em vigor e será regulamentada pelo Executivo até abril de 2017. O produto prejudica a saúde de quem o manuseia, causando doenças como a asbestose (doença crônica pulmonar de origem ocupacional), cânceres de pulmão e do trato gastrointestinal e o mesotelioma (um tipo de tumor que ocorre nas camadas médias da pleura, do pericárdio, do peritônio e da túnica vaginal do testículo).

Meio ambiente

Com o objetivo principal de combater o despejo irregular de esgoto, a Lei 17.082, de 12 de janeiro de 2017, torna obrigatória a instalação de GPS em veículos que fazem o serviço de limpeza de fossas sanitárias. O projeto foi aprovado em dezembro pelos deputados e teve como autor João Amin (PP). De acordo com a lei, as empresas que prestam esse serviço terão até janeiro de 2018 para instalar o equipamento. Por meio dele, será possível identificar a hora e o local onde é feito o despejo dos dejetos recolhidos. Com base nessas informações, as empresas deverão elaborar relatórios que

serão encaminhados para as autoridades municipais responsáveis pela fiscalização.

Punições por criadouros do Aedes

Os proprietários de ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins em Santa Catarina sofrerão punições mais rígidas caso sejam encontrados, em seus estabelecimentos, criadouros dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, que são transmissores de doenças como a dengue, zika e a febre chikungunya. A medida consta na Lei 17.086, de 12 de janeiro de 2017, aprovada pelos deputados no fim de 2016. As punições também valem para imóveis residenciais e para os demais imóveis comerciais, sejam eles públicos ou privados. A lei define valor de multa e punições que não constavam na legislação original.

Circos sem animais

A utilização de animais de qualquer espécie em espetáculos circenses ou outros estabelecimentos itinerantes foi proibida em território catarinense pela Lei 17.081, de 12 de janeiro de 2017. O projeto original é de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT) e foi aprovado pelos deputados em dezembro. De acordo com a nova norma, os circos e outros estabelecimentos devem apresentar uma declaração de não utilização de animais nas atividades que desenvolvem para a obtenção de licença expedida pela Gerência Estadual de Fiscalização de Jogos e Diversões da

Polícia Civil.

Benefícios aos microempreendedores rurais

No mês de junho, os deputados aprovaram o projeto de lei do Poder Executivo que beneficia os microempreendedores rurais. A medida concede tratamento favorecido e diferenciado para agricultores familiares, pescadores artesanais, turismo rural, entre outros. São benefícios, como a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), além de tratamento diferenciado da Vigilância Sanitária e da Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Ao todo, 180 mil famílias catarinenses são beneficiadas.

A Assembleia aperfeiçoou o projeto encaminhado pelo Executivo. O limite de isenção fiscal (ICMS e IPI) ao produtor passou de R\$ 60 mil para R\$ 120 mil ao ano nas vendas diretas de produtos e serviços ao consumidor final. O limite da receita bruta anual foi aumentado de R\$ 120 mil para R\$ 360 mil, para enquadramento do produtor em conformidade com a Lei da Agricultura Familiar. A proposta foi transformada na Lei 16.971, de 26 de julho de 2016.

Menos burocracia

Para diminuir a burocracia e facilitar o ambiente de negócios no Estado, o Poder Executivo elaborou e a Assembleia aprovou



em dezembro a instituição do Bem Mais Simples. A Lei 17.071, de 12 de janeiro de 2017, prevê o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES), com base nas informações constantes da autodeclaração dos empreendedores, para negócios com baixo risco sanitário e baixo potencial poluidor. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto recebeu uma emenda que incluiu no texto da lei entidades de fins não econômicos (comunitárias, cooperativas e religiosas) consideradas pelo Corpo de Bombeiros Militar com baixo risco de incêndio.

Queijo serrano

A produção e a comercialização do queijo artesanal serrano em Santa Catarina foram regulamentadas pelo projeto do deputado Gabriel Ribeiro (PSD), aprovado em agosto pela Assembleia e transformado na Lei 17.003, de 1º de setembro de 2016. A legislação estabelece as condições para que o produto seja classificado como queijo produzido artesanalmente na região da Serra catarinense.

Planos de carreira

Uma reivindicação dos agentes penitenciários e agentes socioeducativos da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SJC) foi aprovada pelos deputados em maio: o novo plano de cargos e salários da categoria. O projeto do Poder Executivo buscou a valorização dos servidores, com isonomia funcional, equiparação com nível superior,

reconhecimento de porte de arma nos moldes da legislação federal, entre outras medidas (Lei Complementar 675, de 3 de junho de 2016).

Outra categoria beneficiada foram os servidores da Fazenda. Em dezembro, os deputados aprovaram a proposta de autoria do Poder Executivo, que foi sancionada no mesmo mês e transformada na Lei Complementar 687. Ela institui o plano de cargos e vencimentos dos servidores públicos civis do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda. O objetivo é regularizar a situação de funcionários efetivos de cargos que exigem níveis de escolaridade distintos, mas que estão enquadrados em cargo único. A lei também regulariza a transposição de servidores de outros órgãos do Estado e que atualmente estão na Secretaria da Fazenda.

Pensões do funcionalismo público

A Lei Complementar 689, de 17 de janeiro de 2017, aprovada pelos deputados em dezembro, aumentou as restrições para o pagamento de pensão em caso de morte do servidor público. O projeto foi apresentado pelo Poder Executivo e trata de novas condições para a concessão da pensão para cônjuges ou companheiros dos segurados falecidos. Quanto mais jovem o viúvo ou a viúva, menor será o tempo em que o benefício será pago pelo Iprev. Essas restrições já constam na legislação que rege

o Regime Geral de Previdência (INSS) e foram implantadas pelo governo federal em 2015.

Auxílio-alimentação dos servidores

O governo estadual ampliou as restrições ao pagamento de auxílio-alimentação para os servidores públicos do Poder Executivo. A medida consta na Lei 17.072, de 12 de janeiro de 2017, de autoria do governo, aprovada pelos deputados em dezembro. Na nova norma, o Estado ampliou de oito para 21 as situações em que o benefício não será pago. A mesma lei também proíbe que Executivo, Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Udesc concedam qualquer tipo de abono de fim de ano aos servidores que não seja o 13º salário.

Identificação de passageiros

Em fevereiro, foi aprovada a alteração na Lei Estadual 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. De autoria do deputado Ismael dos Santos (PSD), a mudança obriga as empresas de ônibus a identificar os passageiros nas viagens intermunicipais com distância igual ou superior a 100 quilômetros. Para isso, as passagens devem ser emitidas com o nome do viajante, o número de seu documento de identidade e o órgão emissor desse documento. O embarque somente poderá ser feito mediante a apresentação do documento de identidade do passageiro. O objetivo da medida é aumentar a segurança



de passageiros e das empresas. A iniciativa foi transformada na Lei 16.898, de 16 de março de 2016.

Instalação de antenas de celular

Para melhorar a qualidade do sinal e ampliar a área de cobertura da telefonia móvel no estado, em fevereiro foi aprovado projeto do deputado Silvio Dreveck (PP) que alterou o Código Estadual Ambiental. Com a mudança, os órgãos ambientais passaram a ter o prazo máximo de dois meses para a emissão da licença ambiental para instalação de antenas de telefonia celular, contados a partir da data do requerimento. A medida se transformou na Lei 16.897, de 16 de março de 2016, e foi uma das ações práticas da CPI da Telefonia Móvel realizada pela Assembleia em 2014.

Transparência nos hospitais públicos

No mês de novembro, os deputados aprovaram a proposta de Antonio Aguiar (PMDB) que torna obrigatória a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina. Essa determinação, conforme a sanção do governador, entrará em vigor a partir de junho de 2017. O objetivo da lei é dar mais transparência às filas de espera por cirurgias e permitir que o paciente possa verificar em que posição se encontra e como está o

andamento da lista.

Estradas municipais

Em 2016, dois projetos elaborados com o objetivo de reduzir a burocracia e as despesas na manutenção de estradas municipais foram aprovados. Em março, foi aprovada a proposta que isenta os municípios catarinenses do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental na extração da lavra a céu aberto por escavação. A medida, de autoria de José Nei Ascari (PSD), foi transformada na Lei 16.896, de 16 de março de 2016. Já em dezembro, foi aprovada a proposta de Valdir Cobalchini (PMDB) que dispensa as prefeituras do licenciamento ambiental nas atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de britagem e atividades afins, destinadas, exclusivamente, à construção, manutenção e melhorias de estradas municipais, estaduais e acessos a imóveis rurais. O projeto foi transformado na Lei 17.083, de 12 de janeiro de 2017.

Isenção em taxas para cemitérios

Também para favorecer as prefeituras, foi aprovada em abril a isenção no pagamento das taxas referentes ao licenciamento ambiental de cemitérios. O autor da proposta, Neodi Saretta (PT), justificou que a isenção era uma reivindicação antiga dos prefeitos de vários municípios ao governo estadual, dado o custo elevado para a manutenção, ampliação e instalação de cemitérios (Lei 16.934, de 11 de maio de 2016).

Homenagem

O ex-prefeito de Lages Renato Nunes de Oliveira, morto em 2015, foi homenageado com um projeto do deputado Gabriel Ribeiro (PSD), aprovado pelos deputados em abril. Renatinho, como era conhecido, passou a dar nome à nova ala do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, em Lages (Lei 16.937, de 20 de maio de 2016).

Conselho Estadual das Mulheres

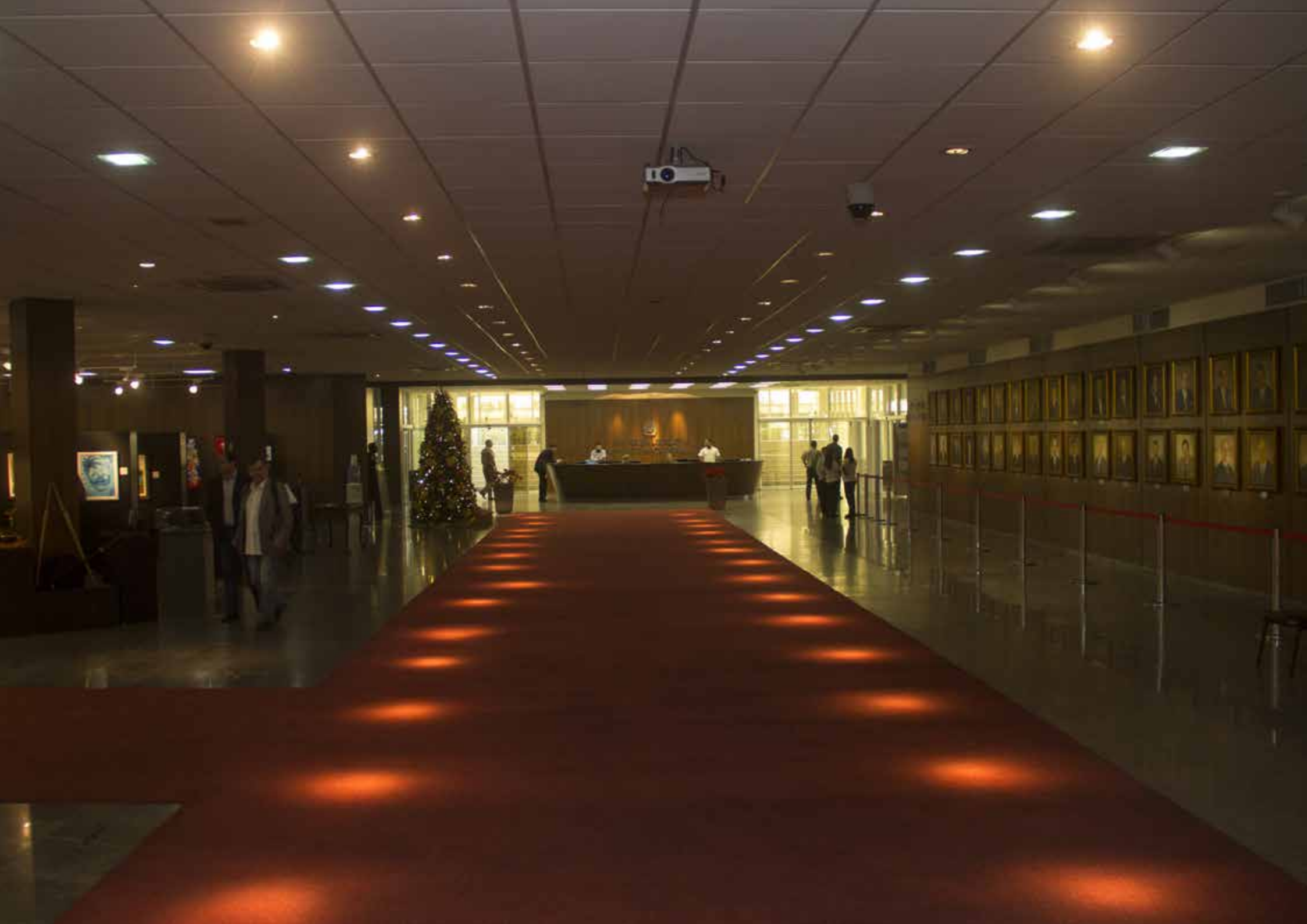
De iniciativa do Poder Executivo, os parlamentares aprovaram a proposta que estabeleceu o monopólio da representação feminina no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim-SC), proibindo a participação de homens. A votação do projeto ocorreu em maio (Lei 16.945, de 8 de junho de 2016).

Diabéticos

Em julho, passou pelo plenário o projeto que garante o direito a todas as pessoas com diabetes de monitorar a glicemia e aplicar insulina em quaisquer lugares públicos, em especial nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo. A iniciativa, do deputado Cesar Valduga (PCdoB), foi transformada na Lei 16.992, de 10 de agosto de 2016.

Merenda escolar especial

As escolas estaduais de Santa Catarina estarão obrigadas por lei a fornecer merenda





escolar especial para alunos com restrições alimentares, em especial diabéticos, obesos e celíacos. A medida foi apresentada pelo deputado Natalino Lázare (PR) e aprovada pela Assembleia em setembro, resultando na Lei 17.005, de 5 de outubro de 2016.

Proteção à criança e ao adolescente

Três projetos relacionados à criança e ao adolescente foram aprovados em dezembro pelos parlamentares. A Lei 17.078, de 12 de janeiro de 2017, obriga qualquer estabelecimento de saúde da rede pública e privada em Santa Catarina a comunicar ao conselho tutelar ocorrências que envolvem embriaguez e consumo de droga por criança e adolescente. Os pais ou responsáveis pelo menor atendido também deverão ser informados. O autor da lei é o deputado Antonio Aguiar (PMDB). Entre os objetivos da medida, está coibir os casos de embriaguez e consumo de drogas entre menores de idade.

A Lei 17.080, de 12 de janeiro de 2017, garante a realização do exame do estudo cromossômico, denominado teste de cariótipo, nos recém-nascidos com diagnósticos de doenças cromossômicas ou genéticas, como a síndrome de Down. Com a lei, maternidades, hospitais e instituições similares da rede pública de saúde do estado deverão realizar o exame quando verificada a necessidade por pediatra ou médico especialista. O autor da lei é o deputado

José Milton Scheffer (PP), que a considera importante para o diagnóstico precoce dessas doenças.

Já a Lei 17.089, sancionada em 12 de janeiro de 2017, proíbe a venda de tricloroetileno e de antirrespingo de solda a menores de 18 anos. O objetivo de medida é evitar a elaboração da droga chamada “lança-perfume”, que utiliza essas substâncias como base em sua preparação. No caso de venda para pessoas com mais de 18 anos, o comerciante deverá informar a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre a identificação do comprador e a quantidade de produto comercializada. O autor da lei é Gean Loureiro (PMDB).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016**

Relatório anual de Gestão.



Solenidades

05





Comenda do Legislativo

Reconhecimentos e agradecimentos marcam entrega da maior honraria concedida pela Alesc

A Assembleia realizou em 2016 mais uma edição da Comenda do Legislativo Catarinense. A honraria é um reconhecimento do Parlamento aos que se destacaram por seu compromisso social e empreendedorismo em prol do Estado. Neste ano, 42 personalidades, instituições, entidades e empresas foram homenageadas. A solenidade de entrega da comenda ocorreu no dia 21 de novembro, no Plenário Deputado Osni Régis, e lotou as dependências do Palácio Barriga Verde.

O evento teve a apresentação do Grupo Coral e Musical Edelweiss, que foi agraciado com a comenda. O discurso em nome dos homenageados coube ao engenheiro Joaquim Coelho Lemos, presidente da Fundação Nova Vida, entidade que desenvolve diversas ações sociais em parceria com o governo estadual, voltadas, principalmente, a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Da tribuna, Lemos parabenizou os demais homenageados e agradeceu a Assembleia pelo reconhecimento. “É muito importante essa honraria que a Assembleia entrega todos os anos”, disse. “No voluntariado, a comenda é uma forma de dar um grande impulso a esse setor que é um dos maiores do Brasil e

do qual nós precisamos muito para que esse serviço continue sendo prestado à sociedade. O voluntariado de Santa Catarina merece esse reconhecimento.”

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado **Gelson Merisio** (PSD), afirmou que a comenda tem um efeito importante não apenas para os familiares e colaboradores dos homenageados, mas para toda a sociedade. “Essa sessão solene apresenta a verdadeira síntese do que é Santa Catarina. Mostra que somos um estado diferente, que com o trabalho desenvolvido com dignidade temos condições sempre de sonhar com um país melhor.”

Em nome do Parlamento, o deputado **Ismael dos Santos** (PSD) ressaltou que a entrega da comenda, realizada pelos representantes eleitos pelo povo catarinense, representa um reconhecimento de toda a sociedade ao trabalho desenvolvido pelos homenageados. “Olhamos para esses homens e mulheres e vemos que são pessoas que têm uma história, uma biografia que de fato merece os aplausos e o reconhecimento da sociedade catarinense”, afirmou Ismael. “Sabemos que muitos outros merecem essa homenagem, mas temos aqui nessa sessão representantes de diversos setores das áreas comercial, empresarial, religiosa, educação, saúde. Nós, deputados, saudamos a todos e ratificamos, como representantes do povo catarinense,

que a trajetória de vocês é digna de nossos aplausos.”

O evento contou com a presença de dezenas de parlamentares e foi prestigiado pelo vice-governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), e pelo subprocurador-geral do Ministério Público Estadual, José Galvani Alberton.

Instituída pela Resolução 2, de 2008, a Comenda unifica as homenagens concedidas pelo Parlamento Estadual e prestigia, sem qualquer diferenciação, todos os contemplados. Indicados de forma democrática pelos deputados estaduais, os homenageados têm em comum a dedicação ao bem-estar dos catarinenses.

Os deputados e seus homenageados:

Gelson Merisio - Adalberto Sedlacek

Ada de Luca - César Smielewski

Aldo Schneider - Ivan Zanardo

Ana Paula Lima - Arno Buerger Filho

Antonio Aguiar - Grupo Coral e Musical Edelweiss

Carlos Chiodini - Alvaro de Calazans Gayoso Neves

Cesar Valduga - Victorino Biazio Zolet

Cleiton Salvaro - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera (SATC)

Dalmo Claro - Rede Feminina de Combate ao Câncer

Darci de Matos - Moacir Gervázio Thomazi



Dirce Heiderscheidt - Osvaldo Schneider
Dirceu Dresch - Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar)
Dr. Vicente Caropreso - Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul (AHSJ)
Fernando Coruja - Névio Santana Fernandes
Gabriel Ribeiro - Joaquim Coelho Lemos
Gean Loureiro - Francisco Cardoso de Camargo Filho
Ismael dos Santos - Luiz Gonzaga Carvalho
Jean Kuhlmann - Sérgio Ivan Margarida (in memoriam)
João Amin - Ricardo Aníbal Boos (in memoriam)
José Milton Scheffer - Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto
Machado José Nei Ascari - Associação Catarinense de Autismo (Asca)
Kennedy Nunes - Celso Antônio Calcagnotto
Leonel Pavan - Jaimes Bento de Almeida Junior
Luciane Carminatti - Luiz Sérgio Gomes da Silva
Luiz Fernando Vampiro - Gilberto Francisco Hobold
Manoel Mota - Volnei Weber
Marcos Vieira - Dalírio José Beber
Mário Marcondes - Instituto Guga Kuerten
Maurício Eskudlark - Ricardo Pereira
Mauro de Nadal - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro)
Milton Hobus - Ernani Dutra
Natalino Lázare - Universidade do Oeste de

Santa Catarina (Unoesc – Campus Videira)
Neodi Saretta - Faculdade Concórdia (FACC)
Nilso Berlanda - Roque Pellizzaro Junior
Padre Pedro Baldissera - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
Patrício Destro - Ari Rabaiolli
Ricardo Guidi - Derly Massaud de Anunciação
Rodrigo Minotto - Ricardo Kuerten Dutra
Romildo Titon - Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos (AMA)
Silvio Dreveck - Ricardo Alexandre Pscheidt
Valdir Cobalchini - Osmar Carboni
Valmir Comin - Wanderley Redondo





Sessões especiais e solenes

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou, em 2016, 3 sessões solenes, 40 sessões especiais, 5 atos parlamentares solenes e 1 concessão de título de cidadão catarinense. Os eventos homenagearam entidades, instituições e personalidades de todo o Estado, além de marcar datas importantes para os catarinenses.

Serviço de Extensão Rural e Pesqueiro e Pesquisa Agropecuária

A primeira sessão solene de 2016, realizada em 7 de março, foi dedicada à comemoração dos 60 anos do Serviço de Extensão Rural e Pesqueiro e aos 40 anos de Pesquisa Agropecuária da Epagri. Segundo o proponente, deputado José Milton Scheffer (PP), a homenagem foi um reconhecimento a projetos desenvolvidos pelo órgão, responsáveis pelo surgimento de uma agricultura inovadora e de resultado, em que o grande diferencial é a qualidade dos recursos humanos.

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos

A Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, fundada em 1º de janeiro de 1765, foi homenageada pelos seus 251 anos, na primeira sessão especial de 2016, por indicação da Mesa da Alesc. A entidade é mantenedora e responsável pela administração, manutenção e zelo do Imperial



Hospital de Caridade, da capela Menino Deus, da Casa de Apoio, do cemitério, de todos os seus bens móveis e imóveis e demais atividades religiosas, com destaque para as festividades relacionadas à Procissão do Senhor dos Passos.

Igreja Evangelho Quadrangular no Brasil

A Alesc promoveu, em 22 de fevereiro, no Plenário Osni Régis, uma sessão especial dedicada à Igreja do Evangelho Quadrangular do Brasil (IEQ). A solenidade, proposta pelo deputado Narcizo Parisotto (PSC), homenageou a entidade religiosa pela passagem dos 64 anos de fundação e pelos serviços prestados na assistência social, espiritual, na recuperação de dependentes químicos e restauração de famílias.

Campanha da Fraternidade

Mantendo a tradição, a Alesc realizou sessão especial alusiva à Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016, com o lema “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”. A homenagem foi uma iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), aprovada por unanimidade pelos parlamentares. A campanha discutiu a situação do saneamento básico a partir do tema “Casa comum, nossa responsabilidade”.

10 anos do Jornal Notícias do Dia

Para marcar a primeira década do Notícias do Dia (ND), a Assembleia Legislativa realizou em 14 de março sessão especial

em comemoração ao aniversário de fundação do jornal. Voltado à valorização do conteúdo regional com cobertura na Grande Florianópolis, o diário faz parte do Grupo RIC SC. A solenidade foi proposta pelo deputado Mário Marcondes (PSDB).

Ordem DeMolay

A Ordem DeMolay em Santa Catarina foi homenageada pela passagem de seu dia estadual, comemorado em 18 de março. A sessão especial foi realizada no Plenário Osni Régis, por solicitação do então deputado Gean Loureiro (PMDB). Conforme o proponente, a homenagem da Alesc é um reconhecimento à atuação da organização na formação de milhares de jovens em todo o estado.

Filhas de Jó

Por indicação da Mesa, a Assembleia Legislativa celebrou o Dia Estadual das Filhas de Jó (9 de março), instituído pela Lei 15.837/2012. Na ocasião, também foram comemorados os 22 anos de atuação da organização no Estado, cujo primeiro bethel foi criado em 22 de março de 1994, em Criciúma.

85 anos da Assembleia de Deus de Itajaí

O Parlamento realizou sessão especial em homenagem aos 85 anos de fundação da Assembleia de Deus de Itajaí, comemorados em 15 de março. A cidade é considerada o berço do movimento pentecostal no Estado.

O pioneirismo foi destacado pelo proponente da solenidade, deputado Kennedy Nunes (PSD).

Operação Salve Geral

A partir de proposição da Mesa, a Assembleia promoveu uma sessão especial em 28 de março em reconhecimento aos policiais e magistrados que atuaram na operação Salve Geral, de combate ao crime organizado, realizada entre 2012 e 2013. A operação policial, considerada a maior já desenvolvida no Estado, ocorreu em resposta às facções criminosas que, de dentro de unidades prisionais, comandaram uma onda de atentados a ônibus, prédios do governo, bases policiais e veículos particulares, em diversos municípios catarinenses.

30 anos da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia

Com foco no desenvolvimento do setor tecnológico de Santa Catarina, a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) celebrou 30 anos de fundação no dia 1º de abril. Em alusão à data comemorativa, a Alesc promoveu uma homenagem à entidade e aos seus empreendedores, pelo desempenho e persistência em trazer para o cenário catarinense criatividade e inovação.

60 anos da Grande Loja de Santa Catarina

A Grande Loja de Santa Catarina (GLSC) foi homenageada pelos 60 anos de fundação, comemorados em 21 de abril. A sessão



especial, convocada pela Mesa por solicitação do deputado Dr. Vicente Caropreso (PSDB), reuniu autoridades e membros da ordem no Plenário Osni Régis.

50 anos do PMDB

Uma noite para reunir antigas e atuais lideranças partidárias e recordar acontecimentos que marcaram o panorama político catarinense nas últimas décadas. Assim foi a sessão especial realizada na Alesc em homenagem aos 50 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A agremiação também prestou homenagem às personalidades que se destacaram ao longo da sua trajetória. Durante a solenidade, houve protestos de estudantes universitários, que com faixas e gritos de ordem, criticaram a atuação do partido no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

30 anos do DC

O jornal Diário Catarinense, que circulou pela primeira vez em 5 de maio de 1986, foi homenageado pelo Parlamento em sessão especial. Os destaques da solenidade foram as honrarias concedidas à jornalista Angela Bastos, "a repórter mais premiada do DC", que conquistou o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo em 2015, e ao fotógrafo Antonio Carlos Mafalda, vencedor do mesmo prêmio em 1984, na categoria fotografia.

40 anos da Fatma

A passagem dos 40 anos de criação da



Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma) foi celebrada com sessão especial na Alesc. A solenidade, realizada por iniciativa da Mesa, reuniu lideranças políticas e representantes de entidades empresariais e de órgãos públicos do Estado. Entre as principais atividades desenvolvidas pela instituição estão o licenciamento de empreendimentos; a gestão de 300 unidades ecológicas e quatro parques e o controle rodoviário de produtos perigosos.

Relançamento da campanha "Adoção - Laços de Amor"

No Dia Nacional da Adoção, celebrado em 25 de maio, a Assembleia promoveu sessão especial que marcou o lançamento da segunda fase da campanha "Adoção - Laços de Amor", com a assinatura de um termo de cooperação interinstitucional. A parceria envolve, além da Alesc, Tribunal de

Justiça, Ministério Público Estadual, OAB-SC, Defensoria Pública Estadual, governo estadual, Fecam e Fiesc. A campanha visa ao incentivo da adoção sem preconceito.

Homenagem póstuma a Luiz Henrique da Silveira

A Alesc realizou, em 2 de maio, no Teatro Juarez Machado, em Joinville, uma sessão solene em memória de Luiz Henrique da Silveira, para marcar um ano de falecimento do ex-senador e ex-governador. Na ocasião, ele foi lembrado como uma das mais importantes personalidades da política catarinense. A solenidade também foi marcada pelo lançamento do livro "Luiz Henrique da Silveira: Transformando sonhos em realidade", do jornalista Moacir Pereira.

50 anos da Unidavi



O Centro Universitário para o Desenvolvimento do Vale do Itajaí (Unidavi), fundado em 7 de julho de 1966, foi homenageado pelo Parlamento catarinense em sessão especial realizada em 27 de junho. Proposta pelo deputado Aldo Schneider (PMDB), a solenidade contou com a presença de autoridades, reitores, ex-reitores e colaboradores que contribuíram para a trajetória de sucesso da instituição.

45 anos da Casan

O Poder Legislativo celebrou os 45 anos de fundação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), comemorados oficialmente no dia 2 de julho. A companhia está presente em 199 municípios, atende 2,5 milhões de moradores com água tratada e tem 2,5 mil colaboradores. O deputado Gean Loureiro (PMDB) foi o proponente da homenagem.

65 anos do Sesi

A passagem dos 65 anos de criação da seccional catarinense do Serviço Social da Indústria (Sesi-SC) foi celebrada com sessão especial na Assembleia Legislativa. A solenidade foi realizada por iniciativa do deputado Patrício Destro (PSB) e reuniu lideranças políticas e representantes de associações empresariais e órgãos públicos do Estado.

100 anos de Carlos Joffre Amaral

A Assembleia Legislativa prestou homenagem,

em sessão especial, ao centenário de nascimento de Carlos Joffre Amaral, fundador do Sistema Catarinense de Comunicações (Grupo SCC). O evento também celebrou os 77 anos do Grupo SCC e os 35 anos do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). A solenidade foi proposta pelo deputado Gabriel Ribeiro (PSD).

40 anos da ANVFEB

A Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) - Seção Regional Jaraguá do Sul completou 40 anos fundação no dia 25 de julho de 2016. Em alusão à data, a Assembleia homenageou personalidades e instituições que contribuíram para o êxito da associação. A proposta para a realização da solenidade partiu do deputado João Amin (PP).

Cinquentenário da Cohab

A Assembleia promoveu sessão especial em comemoração aos 50 anos de fundação da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC). Durante a solenidade, foram homenageados representantes de instituições parceiras, ex-diretores e funcionários da empresa responsável pela política habitacional no território catarinense. Desde a sua fundação, em 1966, mais de 66,3 mil famílias de todos os municípios do Estado foram beneficiadas com moradia própria.

Preservação da cultura italiana em Nova Veneza

A pedido do deputado Rodrigo Minotto (PDT),

a Alesc realizou sessão especial em homenagem às entidades que atuam na preservação do legado deixado pela colonização italiana no município de Nova Veneza, Sul do estado. A cidade é considerada a primeira colônia italiana oficialmente instalada no Brasil republicano, em 1891, e uma das que mais preservam os costumes e tradições dos seus colonizadores. O município, de pouco mais de 13 mil habitantes, ostenta o título de Capital Catarinense da Gastronomia Italiana.

60 anos da Serte

Os 60 anos de fundação da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação (Serte) foram celebrados em sessão especial na Assembleia Legislativa no dia 19 de setembro. A homenagem foi proposta pela deputada Dirce Heiderscheidt (PMDB), como gratidão dos catarinenses pela entidade, que ao longo de seis décadas reforça sua dedicação a todos os amparados.

90 anos do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina

O Poder Legislativo, em sessão especial, prestou homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina pela passagem dos 90 anos de fundação da corporação. Criada por força da Lei 1.288, de 16 de setembro de 1919, na época do então governador Hercílio Luz, a seção do Corpo de Bombeiros Militar foi instalada definitivamente no dia 26 de setembro de 1926, após um período de treinamentos e aparelhamento.



90 anos do Lira Tênis Clube

Por iniciativa da Mesa, o Parlamento promoveu, em 3 de outubro, uma sessão especial em homenagem aos 90 anos de fundação do Lira Tênis Clube (LTC), sediado na Capital do Estado. A instituição surgiu da união de dois tradicionais clubes florianopolitanos: o Tennis Club Florianópolis, criado em dezembro de 1922, e o Sociedade Lyra, estabelecido em julho de 1920. Atualmente, o clube reúne cerca de 1,4 mil associados patrimoniais e contribuintes.

55 anos da Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer

A passagem dos 55 anos da Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer (RFECC) foi celebrada com sessão especial na Assembleia Legislativa. A solenidade foi realizada por iniciativa do deputado Mauro de Nadal (PMDB) e reuniu lideranças políticas, representantes de entidades de classe e profissionais da área da saúde. Na ocasião, também foram homenageadas as personalidades e entidades que contribuíram para o desenvolvimento da rede, que chegou a Santa Catarina no dia 6 de maio de 1961, tendo em Blumenau a primeira unidade.

Dia do Médico

Médicos catarinenses e entidades representativas da medicina foram homenageados pela Assembleia em sessão especial promovida em 17 de outubro. A solenidade alusiva ao Dia do Médico, comemorado em 18 de outubro, foi solicitada pelo deputado Antonio Aguiar (PMDB).

50 anos do Sinte

O cinquentenário de fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC) renderam à entidade uma homenagem da Alesc em 18 de outubro de 2016, por solicitação da deputada Luciane Carminatti (PT). A representação sindical dos professores foi fundada em 8 de maio de 1966, durante a ditadura militar. Era denominada, na época, Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc).

Centenário do Contestado

Considerado um conflito marcante para a história de Santa Catarina, a Guerra do Contestado (1912-1916) foi recordada na Assembleia em sessão especial ocorrida em 24 de outubro. Convocada pela Mesa da Assembleia, a solenidade contou com a presença de representantes da sociedade civil, personalidades ligadas ao episódio e autoridades. A sessão também foi marcada pelo lançamento do livro "Vicente Telles: O mensageiro do Contestado", de autoria do jornalista Moacir Pereira.





Dia do Cirurgião Dentista

O Poder Legislativo catarinense celebrou o Dia do Cirurgião Dentista, em 25 de outubro, com uma sessão especial. A homenagem foi realizada por proposição da Mesa. O evento também comemorou os 25 anos de fundação da Academia Catarinense de Odontologia.

Associação Coral Alegria de Cantar

A Associação Coral Alegria de Cantar, sediada em Chapecó, recebeu homenagem da Alesc em sessão especial. Criada há 13 anos com o lema de “levar a alegria através do canto”, a entidade reúne 30 membros voluntários. O coral já se apresentou no Sul e Sudeste do país com obras de canto orfeônico, popular, religioso e comunitário. O proponente da solenidade foi o deputado Cesar Valduga (PCdoB).

Banco do Brasil em Santa Catarina

Considerada a maior instituição financeira da América Latina, o Banco do Brasil (BB) teve sua trajetória de 100 anos de atuação no Estado celebrada com uma sessão especial. Proponente da solenidade, o deputado Padre Pedro Baldissera (PT) destacou que a abertura da primeira agência do BB no Estado, no dia 15 de setembro de 1916, no Centro de Florianópolis, marcou o início de um período de grande desenvolvimento local e de uma relação com os catarinenses que vai além do aspecto comercial.

Centenário de nascimento de Saul Brandalise e 34 anos da Band/SC

A Assembleia Legislativa comemorou o centenário de nascimento de Saul Brandalise (in memoriam) e os 34 anos da TV Barriga Verde, afiliada da Band em Santa Catarina, em sessão especial no dia 16 de novembro. A solenidade foi proposta pelo deputado

Natalino Lázare (PR). O parlamentar frisou o perfil empreendedor do homenageado que, além de atuar na área da comunicação, também teve papel de destaque no setor agroindustrial.

35 anos da Adjori-SC

Em 22 de novembro, o Poder Legislativo realizou uma sessão especial para celebrar os 35 anos da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori-SC). Durante a solenidade, promovida por sugestão da Mesa, também foram homenageadas as personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da entidade, que conta com 150 jornais associados. A sessão foi marcada, ainda, pelo lançamento da revista “35 anos da Adjori-SC”.

Reconhecimento a Silvio Pleticos

Aos 92 anos, o artista plástico italiano Silvio Pleticos, que vive no Brasil há 55 anos, recebeu homenagem do Parlamento catarinense em sessão especial. Promovida por iniciativa da Mesa, a solenidade realizada em 23 de novembro foi presidida pelo deputado Leonel Pavan (PSDB).

15 anos de Aprasc

A Assembleia rendeu homenagem a policiais militares e bombeiros feridos em serviço durante sessão especial promovida em 24 de novembro. A solenidade também celebrou os 15 anos da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), entidade que





representa os policiais e bombeiros militares do Estado. O proponente da sessão foi o deputado Dirceu Dresch (PT).

Atletas olímpicos e paralímpicos

O Poder Legislativo homenageou, em 28 de novembro, os catarinenses que atuaram nos Jogos Rio 2016, sendo 15 atletas nas Olimpíadas e 12 nas Paralimpíadas. Eles conquistaram, ao todo, quatro medalhas de bronze nos Jogos Paralímpicos. O proponente da solenidade foi o deputado Mário Marcondes (PSDB).

35 anos da Federação Catarinense de Motociclismo



▶ 35 ANOS DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MOTOCICLISMO

A Alesc realizou, em 5 de dezembro, sessão especial em comemoração aos 35 anos de fundação da Federação Catarinense de Motociclismo (FCM), entidade que reúne 790

pilotos filiados no Estado. A iniciativa partiu do deputado Mário Marcondes (PSDB). Na ocasião, ele destacou que Santa Catarina é referência nacional na formação de atletas de motociclismo.

25 anos do Beto Carrero World

Os 25 anos de fundação do Parque Beto Carrero World foram comemorados na Alesc com uma sessão especial em 9 de dezembro. Na cerimônia, foram homenageados dirigentes do parque, colaboradores, empresários e o fundador do empreendimento, João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero, que faleceu em 2008. A homenagem foi proposta pelo deputado Leonel Pavan (PSDB).



▶ 25 ANOS DO BETO CARRERO WORLD

Associação Brasileira de Enfermagem

Um ato solene, solicitado pela deputada Ana Paula Lima (PT), no Plenarinho Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa foi palco da transmissão de cargo da diretoria da seccional de Santa Catarina da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn/SC), que completou 54 anos de funcionamento em 2016. O ato solene lembrou, também, os 90 anos da ABEn nacional.

146 anos de Tubarão

No dia 27 de maio, o município de Tubarão, no Sul do Estado, completou 146 anos de emancipação político-administrativa. Para



marcar a data, a Assembleia Legislativa realizou um ato solene no auditório da Associação Empresarial de Tubarão (Acit). A homenagem foi proposta pelo deputado suplente Deka May (PP). Ao todo, 53 instituições, entidades e personalidades foram homenageadas durante o evento.

80 anos do Colégio Sagrada Família de Forquilha

Os 80 anos de fundação do Colégio Sagrada Família, no município de Forquilha, no Sul do Estado, foram celebrados em ato solene realizado pela Assembleia Legislativa em 20 de maio. Proposto pelo deputado Rodrigo Minotto (PDT), o evento ressaltou a trajetória da instituição, desde sua fundação em 18 de novembro de 1935, com a vinda de cinco Irmãs Escolares de Nossa Senhora (IENS), da Alemanha.

60 anos da Sociedade Cultura Artística de Jaraguá do Sul

Em ato solene, a Assembleia Legislativa homenageou a Sociedade Cultura Artística (Scar) de Jaraguá do Sul, em comemoração ao seu aniversário de 60 anos. Fundada em 8 de junho de 1956, a Scar atua na formação artística, na promoção e na produção cultural do município e mantém um centro cultural de 10 mil m².

Saiba mais

As sessões especiais e solenes estão previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e têm como objetivo principal homenagear personalidades, instituições, entidades, datas históricas, entre outros, com relevância para Santa Catarina.

As sessões especiais, em geral, são realizadas nas dependências da Assembleia Legislativa, enquanto as solenes ocorrem em outros municípios. A solicitação para as homenagens pode partir do deputado, da bancada partidária ou da Mesa da Alesc.

Título de cidadão catarinense

Saiba mais

O Título de Cidadão Catarinense é uma das honorarias mais importantes concedidas pela Assembleia Legislativa. É regulamentada pela Lei 16.271, de 8 de outubro de 2015. O título é concedido para homenagear “as pessoas físicas imbuídas de elevado espírito público e possuidoras de virtudes éticas e de idoneidade moral que tenham atuação destacada em benefício do estado e da sociedade catarinense.” A indicação do homenageado é feita mediante a apresentação de um projeto de lei subscrito por 10 deputados, com a justificativa para a concessão do título. O projeto tem que ser aprovado em plenário. A outorga do título é feita em sessão solene.

Antonio Heronaldo de Sousa

O professor Antonio Heronaldo de Sousa, reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) entre 2012 e 2016, recebeu o título de cidadão catarinense no dia 2 de agosto, em sessão solene na Alesc.

A cerimônia lotou o Plenário Deputado Osni Régis, com a presença de familiares, amigos, professores, alunos e ex-alunos do homenageado, além de servidores, ex-reitores, diretores de centro e coordenadores de cursos da Udesc. A solenidade realizada por solicitação do deputado Leonel Pavan (PSDB) também foi prestigiada pelos parlamentares Gelson Merisio (PSD), Natalino Lázare (PR) e Serafim Venzon (PSDB), pelo ex-governador Casildo Maldaner e pelo atual reitor da Udesc, professor Marcus Tomasi.

Natural de Sousa (PB), o docente chegou a Santa Catarina em 1992, quando ingressou como professor efetivo no curso de Engenharia Elétrica da universidade, no Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), em Joinville.

Antonio Heronaldo de Sousa é graduado em Computação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de mestre e doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Exerceu vários cargos administrativos na Udesc, como coordenador de curso, chefe de



departamento, diretor de ensino, vice-reitor e reitor.

No período em que foi vice-reitor e reitor da instituição, obteve resultados expressivos para a universidade, tais como a criação de um novo centro de ensino, em Balneário Camboriú, a implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação e a valorização da educação a distância, com a adesão da Udesc à Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Também se destacam a implantação do Programa de Ações Afirmativas e de programas de auxílio para permanência estudantil; a adesão da Udesc ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu); a criação do programa PAP Externo; e a construção de novos prédios de ensino em Chapecó, Lages e Laguna e de restaurantes universitários em Florianópolis e Joinville.







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** 2016
Relatório anual de Gestão.

Comissões

06



A importância das comissões no trabalho do Legislativo

Antes de serem discutidas pelos deputados em plenário e se transformarem em lei, as proposições (projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias, entre outras) passam pelas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Elas podem ser consideradas uma espécie de “cérebro” de todo o processo legislativo, pois nelas as propostas são exaustivamente debatidas e aperfeiçoadas, na busca de consenso para ampliar o atendimento das necessidades da população.

Todo esse processo de debate e aperfeiçoamento é composto por vários mecanismos, como a apresentação de emendas parlamentares ao projeto, a realização de audiências públicas para consultar a população sobre a proposição em tramitação. Uma proposta pode passar por até cinco comissões permanentes.

Em 2016, a Alesc contou com 19 comissões permanentes (ou de mérito). Duas - a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - são compostas por nove deputados, cada. As demais contam com sete integrantes.

Atribuições das comissões permanentes:

- discutir, emendar e votar pareceres sobre as proposições;
- realizar audiências públicas;
- constituir fóruns parlamentares;
- convocar secretários de Estado para prestar informações,
- fiscalizar atos e programas de governo que envolvam gastos públicos de quaisquer órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta;
- receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades, entidades públicas ou prestadoras de serviços públicos;
- encaminhar, por meio da Mesa, pedidos escritos de informação ao governador, aos secretários de Estado e aos titulares de fundações, autarquias e empresas públicas;
- solicitar depoimentos de autoridades ou cidadãos;
- acompanhar e apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir pareceres;
- determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual;

- acompanhar a aplicação das leis estaduais pelo Poder Executivo e a eficácia no cumprimento;
- estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade e promover conferências, exposições, palestras ou seminários;
- fazer diligência interna ou externa para instruir o processo legislativo;
- solicitar audiência ou a colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional e da sociedade civil, para elucidar matéria em tramitação, de acordo com campo temático; entre outras atribuições.

Além das comissões permanentes, a Assembleia conta com as:

- Comissões Mistas, que apreciam assuntos que compreendam os campos temáticos de mais de uma comissão permanente.
- Comissões Especiais, com caráter temporário e criadas com fim específico.
- Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), com caráter investigatório, criadas para apurar fatos determinados, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Números:

- **1.652 proposições passaram pelas comissões em 2016**
- **953 foram aprovadas**
- **118 foram arquivadas**
- **581 seguem em tramitação em 2017**
- **68 mensagens de veto**



As comissões realizaram 76 audiências públicas, sendo 36 delas do Orçamento Regionalizado, além de seminários, fóruns e eventos diversos.

Orçamento Regionalizado promoveu 36 audiências pelo estado

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por meio da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Coordenadoria do Orçamento Estadual, realizou 36 audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR) em 2016, entre os meses de junho e julho.

Os encontros serviram para que a população catarinense escolhesse as obras e os investimentos prioritários de cada região para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017.

Tudo isso a partir das 12 ações já previstas no Plano Plurianual (PPA) do governo estadual referente ao quadriênio 2016-2019.

Por meio de votação popular, as demandas eleitas durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado foram incluídas como 125 emendas ao projeto da LOA 2017, aprovado pela Alesc no fim do ano. A maioria das ações sugeridas pelos participantes das audiências públicas se refere

a obras de infraestrutura viária, melhorias na assistência hospitalar dos municípios, além de reivindicações nas áreas de educação e segurança pública.

O ciclo de audiências públicas que percorreu o Estado foi dividido em cinco etapas, englobando as cidades que integram as Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) de Santa Catarina. Os encontros iniciaram em Joinville, no Norte do estado, em 23 de junho, e finalizaram em São José, na Grande Florianópolis, em 25 de julho.

Orçamento impositivo

Tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC) 4/2016, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que regulamenta o artigo 120-B da Constituição do Estado e trata da execução impositiva de 3% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as demandas elencadas nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Se aprovada, a proposição obrigará o Executivo a cumprir as ações do OR, carimbando 40% dos recursos para as áreas de saúde e educação.

Na última sessão ordinária do Parlamento catarinense em 2016, o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira (PSDB), anunciou o acordo feito entre os líderes das bancadas e o presidente da Alesc para que o PLC 4/2016 seja votado em plenário até 30 de abril de 2017



Coordenadoria das Comissões



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

Integrantes:

Mauro de Nadal (presidente)
Darci de Matos (vice-presidente)
José Nei Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 29

Reuniões extraordinárias: 1

Reunião conjunta com Comissão de Finanças e Tributação: 1

Reuniões simultâneas com comissões de Finanças e de Trabalho: 2

Audiência pública: 1

A comissão debateu em audiência pública o Projeto de Lei Complementar 257/2016, em 25 de abril, na Alesc.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

Integrantes:

Marcos Vieira (presidente)
Darci de Matos (vice-presidente)
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Fernando Coruja
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patrício Destro
Rodrigo Minotto

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 26

Reuniões extraordinárias: 4

Reuniões simultâneas: 3

Audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado: 36

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Integrantes:

Natalino Lázare (presidente)
José Milton Scheffer (vice-presidente)
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 9

Audiências públicas: 3

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:



- **Atual cenário da suinocultura catarinense**, em 4 de abril, na Alesc.

Encaminhamento: solicitar audiência com o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu.

- **Projeto de Lei 35/2016** (em parceria com a CCJ e a Comissão de Economia), em 25 de abril, na Alesc.

Resultado: o PL foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Política Rural na data de 21 de junho de 2016.

- **A escassez de recursos para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em Santa Catarina: perspectivas para demanda represada e novos atendimentos**, 7 de dezembro, em São José.

Encaminhamentos: foi proposta uma audiência com o governador do Estado e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaesc) para buscar soluções para a situação de habitação rural em Santa Catarina e a retomada do PNHR. Também foi sugerida a criação do Fórum Permanente de Habitação Rural e Políticas Sociais para Mulheres Agricultoras, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e de um grupo de trabalho para acompanhar ações e facilitar os processos de habilitação dos projetos de novas moradias para os agricultores rurais.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Integrantes:

Dr. Vicente Caropreso (presidente)

Ricardo Guidi (vice-presidente)

Ismael dos Santos

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Neodi Saretta

Cesar Valduga

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 6

Colóquio: 1 (Combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes em Santa Catarina)

Seminário: 1 (2º Seminário Estadual de práticas exitosas na área da infância e adolescência)

Audiências públicas: 3

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- Sistema socioeducativo catarinense, em 18 de abril, na Alesc, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos.

Encaminhamentos: Documento encaminhado ao governo do Estado com sugestões para tornar o sistema socioeducativo mais justo, tais como: criação de um grupo gestor, de um Comitê Estadual de Combate à Tortura e de orçamento específico destinado à recuperação de crianças e adolescentes em conflito com a lei.

- Marco Legal da Primeira Infância, em 4 de agosto, na Alesc. Sem encaminhamentos.

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), em 6 de outubro, na Alesc.

Encaminhamentos: verificou-se a ausência total de cofinanciamento estadual de todos os serviços de média e alta complexidade; necessidade de regionalização dos serviços de média e alta complexidade; falta de capacitação e assessoramento técnico da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação; pouco assessoramento para implantação e implementação do Sipia; relatos frequentes de violência e ameaça policial praticada contra os adolescentes; poucos serviços de atendimento ao adolescente/jovem/família ameaçada de morte; insuficiência/ausência de espaços para atendimento aos adolescentes em situação de dependência química e saúde mental e a necessidade de construção de fluxos e discussões sobre situações de adolescentes em ato infracional e que necessitam concomitantemente de acolhimento institucional e familiar.



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Integrantes:

José Nei Ascari (presidente)
Gean Loureiro (vice-presidente)
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 7

Reuniões extraordinárias: 1

Reuniões de Trabalho para elaboração do

Estatuto da Pessoa com Deficiência: 10

Seminários: 13

Fóruns: 1

Exposições: 5

Parceira na realização da Semana Inclusiva da Grande Florianópolis, do 4º Prêmio Brasil Sul de Moda Inclusiva, do 10º Festival Brasil Nossa Arte e do 23º Encontro de Recreação e Lazer das Apaes.

Temáticas abordadas: doenças raras, prevenção das deficiências, currículo funcional, autismo, deficiência visual, nanismo, moda inclusiva, esporte e lazer para as pessoas com deficiência, direitos e garantias, arte para inclusão.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Integrantes:

Dirceu Dresch (presidente)
Narcizo Parisotto (vice-presidente)
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 5

Colóquio: 1

Reuniões do Grupo de Trabalho de Apoio

aos Imigrantes e Refugiados: 10

Reuniões do Grupo de Trabalho sobre

Abordagem Policial: 7

Reuniões do Grupo de Trabalho Pró-Comitê

de Combate à Tortura: 8

Reuniões com Coletivo Catarinense

Memória, Verdade e Justiça: 9

Audiências públicas: 2

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- **Três anos de Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina**, em 4 de maio, na Alesc.

Encaminhamentos: garantir a existência da Defensoria Pública nas 111 comarcas e nos 295 municípios; publicizar as ações da DPE; melhorar os subsídios; tratar do PL 126/2016 sobre vale-alimentação; criar Comissão de Cargos e Salários para estudar questões referentes à mudança de subsídio para

remuneração; instalar Conselho dos Direitos Humanos; articular a Defensoria Pública nas pastorais, comunidades e movimentos; nomear os mais votados para a Defensoria Pública Geral, conforme a eleição do quadro; implantar a ouvidoria; realizar reunião com as associações ligadas à DPE para discutir o PL 6/2016; apoiar a construção da legislação de combate à tortura e a criação do sistema e do mecanismo estadual de combate à tortura e trabalhar pela aprovação da PEC 13/2015.

- Santa Catarina em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

em 4 de agosto, na Alesc.

Encaminhamentos: leitura do manifesto contrário à aprovação da Medida Provisória 726/2016 e lançamento da Frente Catarinense em Defesa do SUAS e da Seguridade Social.

Outros eventos: organização de 4 audiências regionais preparatórias para a Conferência Estadual de Direitos Humanos e realização de homenagem ao poeta Cruz e Sousa, com a entrega do projeto que o reconhece simbolicamente como promotor público, direito que lhe foi negado em 1883.

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Integrantes:

Silvio Dreveck (presidente)
Cleiton Salvaro (vice-presidente)
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Gean Loureiro



Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 8

Audiência pública: 1

A comissão debateu em audiência pública o seguinte assunto:

- **PL 198/2015** e a adesão do Estado ao Convênio 16/2015 do Confaz, que trata da isenção do ICMS sobre micro e minigeração distribuída de energia elétrica, em 6 de novembro, na Alesc.

Encaminhamento: os participantes elaboraram um documento de apoio ao PL 198/2015, encaminhado ao governo do Estado.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Integrantes:

Aldo Schneider (presidente)
Luciane Carminatti (vice-presidente)
Gabriel Ribeiro
Gean Loureiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 9

Audiências públicas: 3

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- **Situação estrutural das escolas estaduais, em 13 de julho, na Alesc.**

Resultado: o relatório com os documentos entregues pelas escolas sobre a situação estrutural foi encaminhado ao secretário de Estado da Educação.

- **Política Estadual de Cultura Viva, em 26 de julho, na Alesc.**

Encaminhamento: carta dirigida ao ministro da Cultura para que se garanta e se amplie a Cultura Viva e que não se faça nenhuma medida de recuar naquilo que se avançou no tema e em toda a política cultural no Sistema Nacional de Cultura.

- **Alteração das regras curriculares e de funcionamento do Ensino Médio, em 7 de novembro, na Alesc.** A audiência pública foi encerrada pelo presidente devido à dificuldade de comunicação entre a mesa de autoridades e o público. Portanto, não houve encaminhamentos.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Integrantes:

Kennedy Nunes (presidente)
Narcizo Parisotto (vice-presidente)
Ana Paula Lima
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
João Amin
Manoel Mota
Marcos Vieira

Ricardo Guidi

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Integrantes:

Cesar Valduga (presidente)
Patrício Destro (vice-presidente)
José Milton Scheffer
José Nei Ascari
Manoel Mota
Neodi Saretta
Romildo Titon

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 2

Reunião conjunta: 1

Audiência pública: 1 (em conjunto com a Comissão de Agricultura e Política Rural)

Seminário: 1

A comissão debateu em audiência pública o seguinte assunto:

- **A escassez de recursos para o Programa Nacional de Habitação Rural em Santa Catarina:** perspectivas para demanda represada e novos atendimentos, em 7 de dezembro, em São José.



COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Integrantes:

Neodi Saretta (presidente)
Patrício Destro (vice-presidente)
Dalmo Claro
José Milton Scheffer
Luiz Fernando Vampiro
Maurício Eskudlark
Rodrigo Minotto

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 5

Audiências públicas: 2

Audiência com ministro Blairo Maggi e setor pesqueiro: 1

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- **Áreas de cultivo de molusco no bairro**

Araçá, em Porto Belo (SC), em 6 de abril, na Alesc.

Encaminhamento: recomendação de reunião entre pescadores e maricultores com o Ministério da Pesca e a Secretaria de Estado da Agricultura.

- **Direito à complementação da**

aposentadoria dos trabalhadores portuários aposentados do Porto de Imbituba, em 3 de agosto, na Alesc.

Encaminhamentos: apelo para que a SCPAR do Porto de Imbituba S.S. regularize a situação e agendamento de audiências com a Secretaria de Portos, Agência Nacional de

Transportes Aquaviários (Antaq), Tribunal de Contas do Estado e governo estadual.

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Integrantes:

Ismael dos Santos (presidente)
Narcizo Parisotto (vice-presidente)
Ana Paula Lima
Dalmo Claro
Dr. Vicente Caropreso
Fernando Coruja
Natalino Lázare

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 3

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Integrantes:

Patrício Destro (presidente)
Ana Paula Lima (vice-presidente)
Dr. Vicente Caropreso
Fernando Coruja
Milton Hobus
Narcizo Parisotto
Romildo Titon

Instalação: 8 de março de 2016

Reuniões ordinárias: 3

Audiência pública: 1

A comissão debateu em audiência pública o seguinte assunto:

- **A situação da meteorologia em Santa Catarina, em 23 de fevereiro, na Alesc.**

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MERCOSUL

Integrantes:

Rodrigo Minotto (presidente)
Neodi Saretta (vice-presidente)
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 2

Audiência pública: 1 promovida pelo colegiado e 1 realizada em parceria com outra comissão

Seminário: 1 (Seminário Internacional do Mercosul: O Futuro da Integração)

Viagens para missões: 5

A comissão debateu em audiência pública o seguinte assunto:

- **Reflexos do Decreto 8.636, de 13 de**

janeiro de 2016, em 30 de maio, em Dionísio Cerqueira (SC).



COMISSÃO DE SAÚDE

Integrantes:

Ana Paula Lima (presidente)
Dr. Vicente Caropreso (vice-presidente)
Cesar Valduga
Cleiton Salvaro
Dalmo Claro
Fernando Coruja
José Milton Scheffer

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 11

Reunião extraordinária: 1

Audiências públicas: 11

Seminário: 1 (sobre fosfoetanolamina sintética)

Congresso nacional: 1 (sobre parto humanizado)

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- **Formação por EAD no ensino técnico e graduação em enfermagem**, em 15 de março, na Alesc.

Encaminhamento: A Comissão de Saúde propôs que a Assembleia Legislativa apresentasse uma moção de repúdio à iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de validar os cursos técnicos e de graduação em Enfermagem realizados na modalidade de ensino a distância (EAD).

- **Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti***, em 30 de março, na Alesc.

- **Idade ideal para início dos exames de mamografia**, em 3 de maio, na Alesc.

Encaminhamentos: sugestão para que a Secretaria de Estado da Saúde elabore, em parceria com o Colégio Brasileiro de Radiologia, um protocolo de intenções para a instituição obrigatória do selo de qualificação do serviço de mamografia próprio e conveniado e institua protocolos de atendimento de casos suspeitos e confirmados de câncer de mama em todos os municípios catarinenses. Ações para possibilitar o funcionamento dos equipamentos que não se encontram em uso em no Estado. Disseminação das boas práticas de gestão verificadas nos estabelecimentos públicos nos quais se observam as melhores produtividades dos equipamentos de mamografia. Atualização dos parâmetros exigidos pelos estabelecimentos (principalmente as metas mínimas de produtividade por equipamento público). Melhoria da avaliação das condições dos estabelecimentos e da demanda da localidade beneficiada quanto à emissão de parecer técnico dos processos de convênio para a aquisição de mamógrafo. Realização de visitas dos membros do colegiado à Maternidade Carmela Dutra e ao Cepon/SC para verificar a situação dos centros cirúrgicos. Comunicação dos problemas levantados ao Ministério Público de Santa Catarina e a elaboração de uma moção contra a Proposta de Emenda à Constituição 143/2015, que prevê a desvinculação de receitas da União,

Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo que 25% de tributos destinados a fundos e despesas específicas, como saúde e educação, sejam usados para qualquer outra finalidade considerada prioritária pelos governos.

- **Valorização do trabalho da enfermagem, em 17 de maio, na Alesc.**

Encaminhamento: propor a criação de um piso regional para os profissionais da enfermagem.

- **Problemas enfrentados pelos ostomizados em Santa Catarina**, em 18 de maio, na Alesc.

- **Situação financeira e cortes no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde**, em 15 de junho, na Alesc.

Encaminhamento: as perguntas do público que não foram respondidas a tempo durante a audiência foram organizadas e encaminhadas ao secretário de Estado da Saúde.

- **Situação dos mamógrafos e a qualidade dos exames de mamografia no estado de Santa Catarina, em 24 de novembro, na Alesc.**

Encaminhamento: a ata da audiência foi encaminhada ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública da União, que estiveram representados no evento.
Resultado: a Secretaria de Estado da Saúde publicou nota oficial sobre a situação dos



mamógrafos.

- Prestação de Contas das atividades da Secretaria de Estado da Saúde referente ao 2º quadrimestre de 2015 (24/02), 3º quadrimestre de 2015 (16/03), 1º quadrimestre de 2016 (1º/06) e 2º quadrimestre de 2016 (19/10), todas na Alesc.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Integrantes:

Romildo Titon (presidente)
Maurício Eskudlark (vice-presidente)
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 7

Audiências públicas: 7

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- Criminalidade e falta de efetivo das polícias civil e militar na região Sul do estado, em 14 de março, em Criciúma.

Encaminhamento: a comissão formada entre os participantes da audiência pública se propôs a marcar uma audiência com o governador para tratar do tema.

- Segurança pública nas regiões Sul e

Leste da cidade de Florianópolis, em 12 de abril, no Centro Comunitário do Rio Tavares; no Norte da Ilha, em 11 de maio, no Centro de Eventos de Canasvieiras; na Bacia do Itacorubi, em 1º de junho, no Conselho Comunitário do Parque São Jorge.

Encaminhamentos: as críticas e sugestões levantadas durante as audiências foram sistematizadas e entregues ao governador Raimundo Colombo e ao secretário de Estado da Segurança Pública, César Grubba.

- Fiscalização desnecessária do Corpo de Bombeiros Militares do Estado (CBMSC), 13 de abril, na Alesc.

- Excedentes aprovados no concurso público da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em 2015, em 6 de julho, na Alesc.

Encaminhamentos: envio de ofícios ao Executivo estadual sugerindo que a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública elaborem estudos para a prorrogação do prazo de validade do edital de concurso público realizado em abril de 2015, com vencimento em junho de 2017. Também foram encaminhados ofícios ao governador e aos secretários estaduais da Fazenda e da Segurança Pública solicitando a contratação dos excedentes aprovados nos concursos públicos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Instituto Geral de Perícias (IGP) e do Corpo de Bombeiros Militar.

- Projeto de Lei 476/2015, que autoriza e regulamenta a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivas do Estado de Santa Catarina, em 14 de setembro, na Alesc.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Integrantes:

Serafim Venzon (presidente)
Rodrigo Minotto (vice-presidente)
Dirceu Dresch
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Natalino Lázare

Instalação: 23 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 19

Reuniões extraordinárias: 6

Reuniões conjuntas: 3

Audiências públicas: 3

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- Retomada da área tomada pelo Direto do Campo, em 14 de setembro, na Alesc.

Encaminhamento: formação de uma comissão de representantes das entidades da região do Morro do Horácio para uma audiência com o governador do Estado.

- Demissão em massa realizada pela



empresa Oi, 18 de outubro, na Alesc.

Encaminhamentos: envio da ata da audiência pública ao Sintel, ao Procon, à GT Conect, à OAB, à Oi, à Justiça do Trabalho, à Anatel, à Associação dos Procons do Brasil, à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor e ao Ministério Público estadual. Solicitação de audiência pública nacional, por meio de ofício do Fórum Parlamentar Catarinense. Entrega da ata com os encaminhamentos propostos ao Ministério Público do Trabalho feita pela comissão formada entre os deputados e os representantes das entidades presentes na audiência. Moção de repúdio às demissões da Oi, à precarização da área trabalhista e do serviço prestado pela empresa.

- Alteração do parágrafo único do artigo 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina,

que trata das publicações dos atos municipais, em 23 de novembro, na Alesc.

Encaminhamento: formação de uma comissão com três membros da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) e três membros da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) para apresentação de um parecer conjunto à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que contemple os interesses das partes.

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Integrantes:

João Amin (presidente)

Valdir Cobalchini (vice-presidente)

Cesar Valduga

Cleiton Salvaro

Darci de Matos

Luciane Carminatti

Manoel Mota

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 8

Audiências públicas: 4

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- Planejamento do saneamento ambiental básico em Florianópolis, em 29 de fevereiro, no Centro de Eventos de Canasvieiras.

Encaminhamentos: mesmo sendo o assunto de exclusividade de resolução entre o município e a Casan – considerando a existência de um contrato em vigor – e que o ambiente mais propício para o debate seria a Câmara de Vereadores, a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano deliberou que usaria todos os esforços necessários para fazer encaminhamentos, levantamento de questões e todas as ações direcionadas à cobrança de medidas efetivas, não apenas pontuais, para curto e médio prazos.

- Infraestrutura rodoviária estadual, em 22 de junho, na Alesc.

Encaminhamentos: a concessão para a exploração de rodovias estaduais à iniciativa privada foi encarada como a principal

solução para a resolução dos problemas que afetam a infraestrutura rodoviária no estado, considerando-se, principalmente, que o governo estadual não tem disponibilidade financeira para fazer as novas obras viárias, bem como as manutenções necessárias nas rodovias.

- Implantação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, em 14 de julho, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), em Blumenau.

- Contorno viário da Grande Florianópolis, BR-101, a duplicação da BR-470 e o plano de manutenção das rodovias federais BR-101, BR-282, BR-470, BR-280, BR-116, BR-153, BR-158 e BR-163, em 5 de outubro, na Alesc.

Encaminhamentos: nota de repúdio ou manifesto contrário pela ausência de representante do DNIT de Santa Catarina na audiência pública. Solicitação ao DNIT de uma manifestação formal quanto à situação das rodovias e à necessidade mínima de recursos para 2016 e para manutenção em 2017. Convocação de uma nova reunião com as federações para elaboração de um encaminhamento lógico, de acordo com a necessidade mínima de Santa Catarina para uma ação de dez anos. Elaboração de um plano sequencial de investimentos em Santa Catarina. Proposta de uma nova audiência para apresentação do relatório de Santa Catarina.



COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Integrantes:

Valdir Cobalchini (presidente)
Ricardo Guidi (vice-presidente)
Cesar Valduga
Gabriel Ribeiro
João Amin
Neodi Saretta
Dalmo Claro

Instalação: 24 de fevereiro de 2016

Reuniões ordinárias: 7

Audiências públicas: 2 promovidas pelo colegiado e 3 realizadas em parceria com a Comissão de Segurança Pública

Seminários: 1 (7º Seminário de Educação Ambiental de Santa Catarina)

Fórum: 1 (4º Fórum Catarinense de Preservação da Água)

A comissão debateu em audiências públicas os seguintes assuntos:

- Obras de acesso ao Aeroporto

Internacional Hercílio Luz, em 29 de março, na Alesc. **Encaminhamento:** o colegiado encaminhou ao Plenário uma manifestação da Assembleia Legislativa direcionada ao Deinfra, à Fatma, ao ICMBio, ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, corroborando o posicionamento das comunidades envolvidas.

- **Falta de saneamento básico e balneabilidade no farol de Santa Marta, em 7 de abril, em Laguna.**

Encaminhamento: foi repassado à comunidade o detalhamento do resultado da audiência pública, comunicando os prazos da conclusão do projeto que seria enviado à Casan para as adequações necessárias e para que a instituição solicitasse recursos junto à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil e ao Fundo Jica.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

TEMA: FALSIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM SANTA CATARINA (prorrogada)

Integrantes:

Dr. Vicente Caropreso (presidente)
Dalmo Claro (vice-presidente)
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Maurício Eskudlark
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

Instalação: 20 de abril de 2016

Reuniões ordinárias: 12

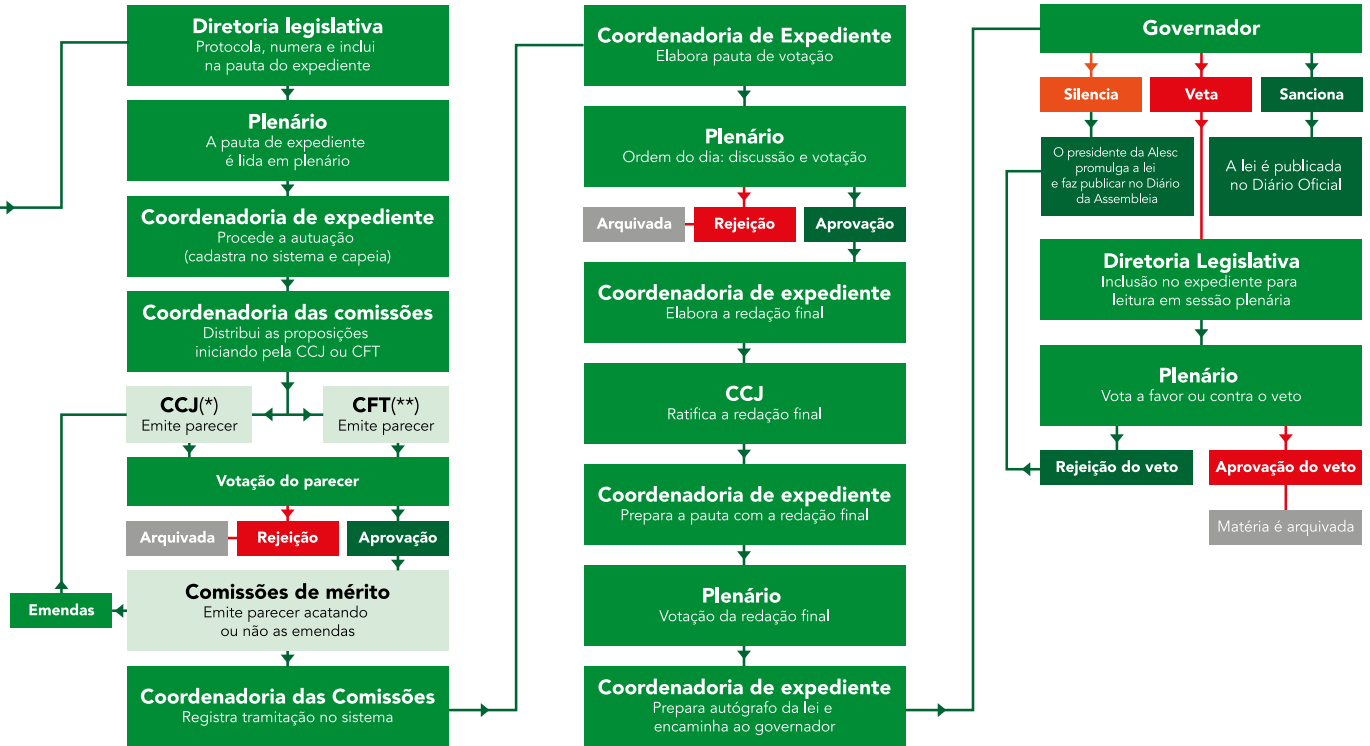
Passo-a-passo do processo legislativo

Quem pode propor uma lei?

O primeiro passo para que uma lei seja criada é apresentar uma proposição na Assembleia Legislativa. Isso pode ser feito:

- pela Mesa Diretora da Assembleia;
 - por deputados (individualmente ou em grupo);
 - pelas comissões técnicas permanentes;
 - pelo governador do Estado;
- pelo cidadão;
Por meio de abaixo-assinado, desde que obtenham a adesão de 1% do eleitorado catarinense. As assinaturas devem ser de moradores de pelo menos 20 cidades do estado, com o mínimo de 1% do eleitorado de cada uma delas.
- pelo presidente do Tribunal de Justiça;
 - pelo procurador-geral de Justiça.
Nos casos expressos na Constituição estadual.

Autor
Elabora a proposição



Comissões de mérito

(*)Comissão de Constituição e Justiça
Passam pela CCJ: Medidas Provisórias (MPs), Propostas de Emendas à Constituição Estadual (PECs) e todas as propostas de Leis. São analisados os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos ou emendas sujeitos à apreciação do Plenário da Assembleia.

()Comissão de Finanças e Tributação**
Começam a tramitar pela CFT a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA). São analisados aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto
Cuida de assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais, direito à educação, recursos humanos e financeiros para a educação.

Comissão de Segurança Pública
Trata dos temas que envolvem polícias estaduais, trânsito, segurança ou sistema prisional.

Comissão de Agricultura e Política Rural
Trata da política agrícola e condições de produção.

Comissão de Direitos Humanos
Analisa programas de assistência à criança e ao adolescente com o objetivo de assegurar respeito aos direitos humanos.

Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Analisa programas de assistência à criança e ao adolescente com o objetivo de assegurar respeito aos direitos humanos.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Faz o acompanhamento e apoio das políticas e ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia
Analisa projetos que tratam da política e sistemas de gestão e desenvolvimento, seus aspectos institucionais e legais; do desenvolvimento industrial e comercial; das políticas de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar
Zela pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, atuando no sentido da preservação, pelos deputados, da dignidade do mandato parlamentar.

Comissão de Pesca e Aquicultura
Cuida de assuntos relativos à política pesqueira e aquícola estadual.

Comissão de Legislação Participativa
Analisa sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos.

Comissão de Proteção Civil
Fiscaliza as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa e proteção civil. Colabora com a atuação de entidades privadas na defesa e proteção civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado.

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul
Trata dos programas de integração econômica, social e cultural com os estados brasileiros e outros países, especialmente os da América Latina e com prioridade os do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Age em assuntos referentes à ordem social catarinense, tendo como base o trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Comissão de Saúde
Analisa assuntos relativos à saúde e à organização institucional da saúde no Estado.

Comissão de Prevenção e Combate às Drogas
Acompanha e apoia políticas e ações de prevenção, combate e repressão ao consumo e ao comércio de entorpecentes.

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano
Trata de assuntos que envolvem urbanismo e arquitetura; política de desenvolvimento urbano; uso e ocupação do solo urbano; transportes urbanos; infraestrutura urbana e saneamento básico; habitação e política habitacional.

Comissão de Turismo e Meio Ambiente
Cuida da política e do planejamento estadual para o turismo e dos temas que envolvem meio ambiente e recursos naturais.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** 2016
Relatório anual de Gestão.

Frentes
parlamentares

07





FRENTES PARLAMENTARES

No segundo ano da 18ª Legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, os deputados criaram seis frentes parlamentares.

Conforme o Regimento Interno da Casa, as frentes parlamentares, regulamentadas pela Resolução 5/2005, são instituídas com o objetivo de apoiar, incentivar e participar de estudos relativos a temas de interesse social, econômico e político.

São formadas pela adesão de um décimo dos deputados, presididas pelo primeiro a subscrever o requerimento e compostas por parlamentares de todos os partidos com representação na Alesc.

As frentes são extintas ao final da legislatura, mas podem encerrar suas atividades a qualquer tempo, por decisão unânime de seus componentes. Também podem ser desarquivadas nas legislaturas seguintes.

FRENTES PARLAMENTARES ATIVADAS EM 2016

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AOS PROJETOS DE COMBATE À DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA

Constituída em 18 de fevereiro de 2016

Integrantes: Antonio Aguiar (PMDB) - (presidente), Serafim Venzon (PSDB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Valdir Cobalchini (PMDB), Silvio Dreveck (PP), Mauro de Nadal (PMDB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Dalmo Claro (PMDB), Romildo Titon (PMDB), Aldo



Schneider (PMDB), Ismael dos Santos (PSD), Leonel Pavan (PSDB), Fernando Coruja (PMDB), Ana Paula Lima (PT).

FRENTE PARLAMENTAR CATARINENSE DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE

Constituída em 3 de março de 2016

Integrantes: Pe. Pedro Baldissera (PT) - (presidente), Cesar Valduga (PCdoB), Dr. Vicente Caropreso (PSDB), Fernando Coruja (PMDB), Leonel Pavan (PSDB), Mário Marcondes (PSDB), Neodi Saretta (PT), Ricardo Guidi (PSD).

FRENTE PARLAMENTAR PELA REFORMA PSQUIÁTRICA E LUTA ANTIMANICOMIAL

Constituída em 5 de maio de 2016

Integrantes: Cesar Valduga (PCdoB) - (presidente), Aldo Schneider (PMDB), Cleiton Salvaro (PSB), Darci de Matos (PSD), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Dirceu Dresch (PT), Fernando Coruja (PMDB), Gabriel Ribeiro (PSD), Jean Kuhlmann (PSD), José Milton Scheffer (PP), Kennedy Nunes (PSD), Luiz Fernando Vampiro (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Mário Marcondes (PSDB), Mauro de Nadal (PMDB), Nilso Berlanda (PR), Natalino Lázare (PR), Rodrigo Minotto (PDT), Romildo Titon (PMDB), Serafim Venzon (PSDB), Silvio Dreveck (PP).



FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA "CRESCENDO JUNTOS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS" DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Constituída em 2 de junho de 2016

Integrantes: Valdir Cobalchini (PMDB) - (presidente), Manoel Mota (PMDB), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Luciane Carminatti (PT), Gabriel Ribeiro (PSD), Fernando Coruja (PMDB), Nilso Berlanda (PR).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Constituída em 15 de junho de 2016

Integrantes: Luciane Carminatti (PT) - (presidente), Dirce Heiderscheidt (PMDB), Dirceu Dresch (PT), José Milton Scheffer (PP), Maurício Eskudlark (PR), Ricardo Guidi (PSD).

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Constituída em 12 de julho de 2016

Integrantes: Dirce Heiderscheidt (PMDB) - (presidente), Ana Paula Lima (PT), Kennedy Nunes (PSD), Dirceu Dresch (PT).





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** 2016
Relatório anual de Gestão.

**Bancada
Feminina**

08



As ações da Bancada Feminina em defesa das mulheres

A Bancada Feminina surgiu com a intenção de unificar o trabalho das deputadas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em defesa dos direitos das mulheres e de um mundo sem violência. No último período, o trabalho foi marcado por ações de visibilidade para resgatar a atuação feminina no Parlamento, no fortalecimento das relações com mulheres por liberdade e fim dos preconceitos.

Lutas

O grupo participou de debates com a

Organização das Nações Unidas (ONU) e a Secretaria Nacional de Mulheres para discutir dados sobre o feminicídio no Brasil. Em dezembro de 2015, as diretrizes nacionais

relacionadas ao tema foram apresentadas às parlamentares catarinenses. As deputadas propuseram que a Alesc fosse parceira na campanha em Santa Catarina para ampliar a divulgação do Disque 180. Como parte da ação, foram produzidos cartazes e adesivos para incentivar as denúncias dos casos de violência.

Durante o ano de 2016, a Bancada Feminina esteve, ainda, ao lado dos movimentos sociais nas articulações para garantir a permanência em Santa Catarina das unidades móveis para o enfrentamento à violência contra as mulheres em localidades afastadas dos centros urbanos. Os ônibus foram cedidos ao Estado pelo governo federal por meio do Programa Mulher, Viver Sem Violência. A bancada aprovou moção no Parlamento em defesa da permanência das unidades no estado para fortalecer o trabalho de combate





à violência. No final de 2016, numa ação articulada pela Coordenadoria Estadual da Mulher, as unidades e equipes começaram o trabalho em cidades da região Serrana de Santa Catarina. A bancada participou dessa atividade nas comunidades.

Ainda sobre as grandes ações, as deputadas da Bancada Feminina estiveram permanentemente engajadas em atos de denúncia, alerta e informação para a prevenção à violência contra as mulheres. Entre as atividades que ganharam grande repercussão, destaca-se o ato realizado no Centro de Florianópolis, em 25 de novembro, para reagir contra o assassinato de 143 mulheres em Santa Catarina. Pares de sapatos, representando as vítimas, foram expostos em forma de cruz, para chamar a atenção e pedir mudanças culturais que não vitimizem as mulheres. A deputada Ana Paula Lima (PT) representou a bancada no ato.

Outubro Rosa

A saúde das mulheres também esteve em pauta em 2016. Mais uma vez, a Bancada Feminina fortaleceu seu engajamento na Campanha Outubro Rosa, com participação nos atos organizados com o objetivo de levar mais informações à população sobre a importância da prevenção e tratamento precoce do câncer de mama. A convite da bancada, a representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (Amucc),



Leoni Margarida Simm, ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa para apresentar o balanço anual da campanha.

Dia da Mulher

Sempre com o propósito de trabalhar articulada com os movimentos sociais, em 2016 a Bancada Feminina realizou três ações na Alesc para marcar o Dia Internacional da

Mulher, celebrado em 8 de março, dentro do calendário da campanha “Março é Delas”. Os eventos foram promovidos em parceria com a Escola do Legislativo.

No dia 7 de março, no auditório Antonieta de Barros, foi realizado o ato de lançamento da campanha com a presença de autoridades, movimentos sociais e das mulheres. Nesse



mesmo dia, houve a abertura da exposição “Voo para a Liberdade”, com fotos de Rosane Talayer de Lima e Guilherme Di Marco sobre a realidade das mulheres em presídios catarinenses. Na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, hall de entrada da Alesc, foram expostas 10 fotos, numa parceria com a ONG Arco-íris.

E, para completar a programação que marcou o mês de março, a Bancada inovou com o debate realizado com cineastas para discutir o tema “Mulheres no Cinema”. No Plenarinho do Palácio Barriga Verde, as cineastas Márcia Paraíso, Flávia Person, Kátia Klock, Luiza Luz Lins e Vanessa Pedro falaram sobre a representação do universo feminino nas telas e também do trabalho atrás das câmeras.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** 2016
Relatório anual de Gestão.

Certificação de
Responsabilidade
Social

09



Certificação reconhece atuação social de 93 organizações catarinenses

A Certificação e o Troféu de Responsabilidade Social, promovidos pela Assembleia Legislativa em parceria com outras 15 entidades e órgãos governamentais, chegaram à 6ª edição em 2016.

De um total de 115 inscrições, 93 organizações conquistaram a certificação – 53 entidades com fins não econômicos, 36 empresas privadas e 4 empresas públicas. As organizações que se destacaram entre as certificadas foram indicadas pelo colegiado para receber o troféu (cinco empresas e duas entidades). O Parlamento catarinense promoveu sessão especial no Plenário Deputado Osni Régis, no dia 6 de dezembro,

para outorga da premiação.

A Certificação de Responsabilidade Social é uma iniciativa da Assembleia Legislativa, coordenada por uma comissão mista, composta por 15 entidades e órgãos governamentais. A presidente da comissão, Karla Straioto Spessatto, que é analista ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), destacou o esforço realizado em 2016 para o aprimoramento dos indicadores de avaliação, de modo a tornar o julgamento cada vez mais justo e transparente. Os novos indicadores de avaliação demonstram com mais especificidade os investimentos nas áreas social e ambiental e a relação econômica da organização com a comunidade na qual ela está inserida, conforme a presidente.

“É gratificante observar que a cada ano mais organizações se interessam e se ocupam da responsabilidade social”, disse Karla, que enfatizou o orgulho de reconhecer organizações que fazem a diferença e que são exemplos como protagonistas porque assumem o paradigma do bom crescimento. Ela provocou as organizações que participaram do processo e as que ainda não participaram a que se engajem em mais ações socioambientais, continuem aperfeiçoando seus sistemas de gestão e participem da 7ª edição da certificação, em 2017.



Premiação

As organizações que se destacaram entre as certificadas foram indicadas pelo colegiado para receber o Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC. A classificação final levou em conta a pontuação obtida na avaliação quantitativa e a qualidade dos balanços socioambientais divulgados.

Durante a solenidade de premiação, Ilton Tarnovski, vice-presidente da Dudalina, empresa premiada na categoria Indústria

de Grande Porte, declarou que é muito gratificante receber um reconhecimento que vem da Assembleia Legislativa, “porque se ele vem do Parlamento, ele é público”. O empresário defendeu que as ações de cunho social e ambiental não são apenas uma competência de governo, mas também da iniciativa privada. Tarnovski acrescentou que, em tempos difíceis como o que o Brasil vive atualmente, as empresas têm uma grande oportunidade de dar a sua contribuição social.

Transparência

Qualquer organização que tenha publicado seu balanço social e que esteja em dia com suas obrigações legais pode participar da Certificação de Responsabilidade Social. Todo o processo de inscrição é realizado pelo site www.responsabilidadesocial.alesc.sc.gov.br. Ao final do prazo, as inscrições recebidas são submetidas à consulta pública, antes do início do processo de julgamento, que é realizado pelos representantes das entidades e órgãos que compõem a comissão mista.



A Comissão Mista de Responsabilidade Social é composta por representantes da Alesc e das seguintes entidades:

- Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert)
- Associação de Diários do Interior (ADI)
- Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC)
- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede)
- Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC)
- Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc)
- Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc)
- Fundação do Meio Ambiente (Fatma)
- Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio)
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc)
- Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom)
- Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OAB/SC)
- Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC)
- Observatório Social de São José (OSSJ)
- Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas de Santa Catarina (Sebrae)

Confira a relação das organizações

premiadas e certificadas:

Empresas privadas

Pequeno Porte - Comércio/Serviço/Turismo

- Tambosi Contadores LTDA.

Médio Porte – Indústria

- Ogochi Menswear – RQ Indústria e Comércio de Confecções LTDA.

Médio Porte – Comércio/Serviço/Turismo

- Nexxera Tecnologia e Serviços S.A.

Grande Porte – Indústria

- Dudalina S.A.

Grande Porte – Comércio/Serviço/Turismo

- Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí

Entidades com Fins Não Econômicos

- Instituto Padre Wilson Groh
- Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas

Entidades Certificadas

- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif)
- Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef)
- Associação Brasileira de Portadores de Câncer
- Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família - Banco da Família

- Associação Caminho das Águas do Tijucas
- Associação Casa São José
- Associação Catarinense de Supermercados (Acats)
- Associação Comercial e Industrial de Joinville
- Associação de Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó
- Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade
- Associação de Assistência Social Trabalho e Cidadania
- Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Combemtu)
- Associação de Joinville e Região da Micro, Pequena e Média Empresa
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Tubarão
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Florianópolis
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Joinville
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de São Ludgero
- Associação de Transportes do Norte Catarinense (Astran)
- Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (Granfpolis)
- Associação dos Pacientes Renais de SC (Apar)
- Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Campos Novos



- Associação Empresarial de Rio do Sul
 - Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
 - Associação Floripamanhã
 - Associação Pró Brejaru
 - Associação Renal Vida
 - Associação Social Good Brasil
 - Bairro da Juventude dos Padres
- Rogacionistas
- Banco do Empreendedor
 - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça
- Centro de Educação e Evangelização Popular
- Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene)
 - Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí (Combemi)
 - Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina (CDI-SC)
 - Cruz Azul no Brasil
 - Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas (CVM)
 - Escola de Gestão Pública Municipal (Egem)
 - Fundação Carlos Joffre do Amaral
 - Fundação Catarinense de Assistência Social (Fucas)
 - Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
 - Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)
 - Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

- Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste)
- Instituto de Certificação e Estudos de Trânsito e Transportes (Icetrans)
- Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidarietà
- Instituto Guga Kuerten
- Instituto Padre Wilson Groh
- JCI Chapecó - Junior Chamber International
- JCI Florianópolis
- Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft)
- Programa Viver Ações Sociais
- Serviço Social do Comércio (Sesc/SC)
- Verde Vida Programa Oficina Educativa

Empresas Privadas Certificadas

- Bontur S.A. Bondinhos Aéreos
- Cia Canoinhas de Papel
- Contabilidade Djazil LTDA Epp
- Cooperativa Central Aurora Alimentos
- Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul
- Sulcooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste (Sicoob)
- Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados
- Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí
- Cooperativa de Trabalho Médico de Jaraguá do Sul
- Cooperativa de Transporte de Cargas do

Estado de Santa Catarina

- Cooperativa Transportadores do Vale
- Cugnier Certificadora LTDA.
- Dudalina S.A.
- Engie Brasil Energia S.A.
- Farma & Farma S.A.
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina
- GR Soluções Ambientais LTDA.
- Indústria Carbonífera Rio Deserto LTDA.
- Librelato S.A. Implementos Rodoviários
- Liderança Limpeza e Conservação LTDA.
- M&M Assessoria Contábil S/S
- Montesinos Sistemas de Administração Prisional
- Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A.
- Nexxera Tecnologia e Serviços S.A.
- Ogochi Menswear – RQ Indústria e Comércio de Confecções LTDA.
- Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais LTDA.
- Pamplona Alimentos S.A.
- Terminais Portuários de Navegantes (Portonave S.A.)
- Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto LTDA.
- Projeto Supervisão e Planejamento LTDA. (Prosul)
- Rampinelli Alimentos LTDA.
- Smx Internacional LTDA.
- Tambosi Contadores LTDA.
- Unimed Alto Vale Cooperativa de Trabalho Médico



- Unimed Chapecó – Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense
- Unimed Grande Florianópolis Cooperativa de Trabalho Médico

Empresas Públicas Certificadas

- Celesc Distribuição S.A.
- Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
- SCPar Porto de Imbituba S.A.
- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016** Relatório anual de Gestão.

Institucional.

10



Atividades culturais na Alesc

Ao longo de 2016, a Gerência Cultural do Parlamento catarinense promoveu exposições, lançamentos literários, apresentações artísticas e eventos de apoio às atividades legislativas.

Com visitação franca durante o horário de expediente da Assembleia Legislativa, os servidores e visitantes puderam conhecer o trabalho dos artistas expostos.

A Galeria Ernesto Meyer Filho recebeu 14 exposições, que contemplaram fotografias, pinturas e esculturas.

Exposição de fotos alusiva ao Dia Internacional da Mulher
Exposição Inconsciente Ecológico Estado e Imagem (Paulo Renato Duarte Maia)
Exposição Vida (Simone Stella Hess)
Exposição 150 anos do PMDB
Exposição de esculturas em vidro e cristal (Jorge Marinho)
Exposição de fotos alusiva à Semana do Meio Ambiente (Edi Balod)
Exposição V Mostra de Produtos Vitivinícolas
Exposição Cores em Vida (Omara Rozangela Leite Maciel)
Exposição sobre o Porto de São Francisco
Exposição Tons de Cinza (Digo Tertschitsch)

Exposição Pétalas da Vida (Maristela Giassi)
Exposição Imaginário (Luiz Fernando Pauler Flores)
Exposição Marcas do Tempo (Dayse David)
Exposição Encantos da Natureza (Bernadete Recktenvald Graeff)

Já o Espaço Didático Cultural (EDC) abrigou oito exposições, com destaque para a fotografia, e participação marcante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Exposição fotográfica sobre Síndrome de Down
Exposição de artes (Duda Machado)
Exposição fotográfica Autismo e o surfe: por ondas mais azuis
Exposição fotográfica Síndrome de Down: inclusão através da arte
Mostra fotográfica Ruas (José Brasil)
Exposição fotográfica Marítimas (Ronaldo Alencar de Azambuja)
Exposição fotográfica referente a pessoas com nanismo
Exposição dos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCCE) durante os 47 anos a serviço da sociedade catarinense

O setor promoveu, ainda, o lançamento de nove obras literárias de gêneros distintos no hall do Palácio Barriga Verde:

O que jamais dizer a uma mulher grávida (Tatiana Kinoshita)
Nossa Senhora do Desterro - Os Primeiros Anos (Eleutério Nicolau da Conceição)
O segredo das ondas (Heloisa Helena Cardoso)
O vendedor vencedor (Cidinei Zilli)
Adolescentes na sociedade do espetáculo e o sexting: vulnerabilidade, alertas, desafios, caminhos a seguir (Camila Detoni Sá de Figueiredo)
Conhecimento e ação: III Cérebro sapiens via internet e democracia informacional (Ricardo Hoffmann)
O caminho de um médico e professor (Isa Vieira da Rosa Grisard)
Acesso à Justiça e Teoria dos Jogos: da lógica competitiva do processo civil à estratégia cooperativa da mediação (Jéssica Gonçalves)
Lei Julio Garcia – 10 Anos, a nova realidade das Apaes em Santa Catarina

Além das exposições e lançamento de livros, a Gerência Cultural promoveu outras duas atividades: uma apresentação de chorinho e canto no lançamento do Troféu IC Você, do Instituto Catarinense de Introdução ao Cinema, e a solenidade de abertura da VI Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão.



Campanhas

O Parlamento catarinense desenvolveu ao longo de 2016 duas campanhas institucionais, uma para promover a inclusão da pessoa com deficiência e outra para estimular a adoção de crianças e adolescentes.

As peças publicitárias foram amplamente divulgadas nas redes sociais, exibidas nas maiores emissoras de rádio e TV do Estado e anunciadas em revistas e jornais com circulação em toda Santa Catarina.

Diferentes

Em maio, a Casa lançou a campanha “Todos somos iguais porque somos diferentes”. Os três filmes produzidos com narrativa lúdica e estética cinematográfica mostram o perfil de pessoas reais consideradas diferentes, suas histórias, sutilezas, manias e preferências. A abordagem supera o senso comum ao apresentar protagonistas com síndrome de Down (Cíntia), albinismo (Leleco) e nanismo (os irmãos Caio e Nina) sem mencionar as deficiências.

A proposta foi retratar pessoas comuns, expondo suas particularidades de uma maneira descontraída e respeitosa, sem estereótipos e tabus. A mensagem que a campanha traz à tona é que são as diferenças que nos tornam iguais. A intenção foi abrir espaço para debates sobre acessibilidade, oportunidades no mercado de trabalho, tecnologia assistiva, preconceitos, e outros assuntos relacionados.





Adoção

No segundo semestre, no mês de julho, a Alesc e instituições parceiras relançaram a campanha “Adoção – Laços de Amor”. O objetivo era diminuir o número de menores abrigados em programas de acolhimento no Estado, estimulando adoções tardias, interraciais, de grupos de irmãos e de crianças e adolescentes com deficiência, ou seja, sem preconceito.

O acordo para dar continuidade à ação foi firmado com a assinatura de um termo de cooperação, em sessão especial realizada em 25 de maio, quando se celebra o Dia Nacional da Adoção.

Além do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, a iniciativa recebeu o apoio da Defensoria Pública, das secretarias estaduais da Assistência Social, Trabalho e Habitação; da Saúde e da Educação, da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

Um levantamento feito à época pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) apontou que havia 1.458 crianças e adolescentes em programas de acolhimento em Santa Catarina, muitos deles em condições de serem adotados. Enquanto isso, na outra ponta, havia 2.502 pretendentes

habilitados em todo o Estado. Ou seja, mais candidatos a pais do que menores aptos à adoção.

A diferença entre o perfil idealizado e a realidade continua sendo um obstáculo à redução da fila de espera. Esse descompasso ocorre porque 80% dos inscritos desejam adotar crianças com até três anos, preferencialmente meninas e sem irmãos. Entretanto, a maioria das crianças aptas à adoção em Santa Catarina está acima dos oito anos, contrariando a expectativa da quase totalidade daqueles que planejam acolher um filho adotivo em seus lares.

O desafio da segunda edição da campanha foi ir além da sensibilização social proposta em 2011, estabelecendo medidas práticas que contribuíssem para desburocratizar os processos de adoção de crianças e adolescentes.

A campanha incentivou a adoção sem preconceito por meio da divulgação de histórias reais de quatro famílias catarinenses. Para conscientizar os pretendentes a flexibilizarem as suas preferências, mostrou como os vínculos entre pais e filhos adotivos surgem independentemente de idade, gênero ou qualquer outra condição. O apelo emotivo ficou por conta dos depoimentos dos participantes.

Para marcar o lançamento da nova fase da campanha, a Assembleia Legislativa sediou o Seminário Estadual Adoção – Laços de Amor em 15 de julho. Especialistas no assunto debateram perspectivas de assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar. O evento promovido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira reuniu juízes da Vara da Família, Infância e Juventude, promotores de Justiça, defensores públicos, membros da OAB, profissionais relacionados às políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, conselheiros estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Na ocasião, foram apresentadas ao público as peças publicitárias com as histórias reais. Os personagens participantes da campanha também tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências relacionadas à adoção.



ADOÇÃO
LACOS DE AMOR

Ana Cláudia
Adotada aos 4 anos

Paulo Ernesto
Adotou aos 59 anos

Denise
Adotou aos 53 anos

Adoção. Pra encontrar a sua verdadeira família, não existe idade.

Acesse portaladocao.com.br e conheça a história da família Medeiros e de outras famílias que encontraram o amor através da adoção. Você vai se emocionar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



FIESEC



DEFENSORIA PÚBLICA
DE SANTA CATARINA



Rodrigo
Adotado aos 13 anos

Sinomar
Adotou aos 29 anos

Bruno
Ganhou novos irmãos a partir dos 3 anos

Debora
Adotou aos 27 anos

Andre
Adotado aos 15 anos

Francisco
Adotado aos 8 anos

ADOÇÃO
LAÇOS DE AMOR

Adoção. Pra encontrar a sua verdadeira família, não existe idade.

Acesse portaladocao.com.br e conheça a história da família Lopes e de outras famílias que também optaram pela adoção tardia. Você vai se emocionar.

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Secretaria de Estado da Saúde

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO Santa Catarina

AB
SANTA CATARINA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FECAM
FEDERAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DE SANTA CATARINA

FIESC
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO de Santa Catarina

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA



Charles Ganhou novas irmãs aos 15 anos.

João Batista Adotou aos 45 anos.

Maria Teresinha Adotou aos 45 anos.

Leticia Adotada aos 11 anos.

Heloisa Adotada aos 9 anos.

Maria Vitória Adotada aos 7 anos.

ADOÇÃO
LACOS DE AMOR

Adoção. Pra encontrar a sua verdadeira família, não existe idade.

Acesse portaladocao.com.br e conheça a história da família Nunes e de outras famílias que também optaram pela adoção tardia. Você vai se emocionar.

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Inclusão
Secretaria de Estado da Saúde

MPSC
Ministério Público
Santa Catarina

AB
SANTA CATARINA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FIESEC
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO BRASIL

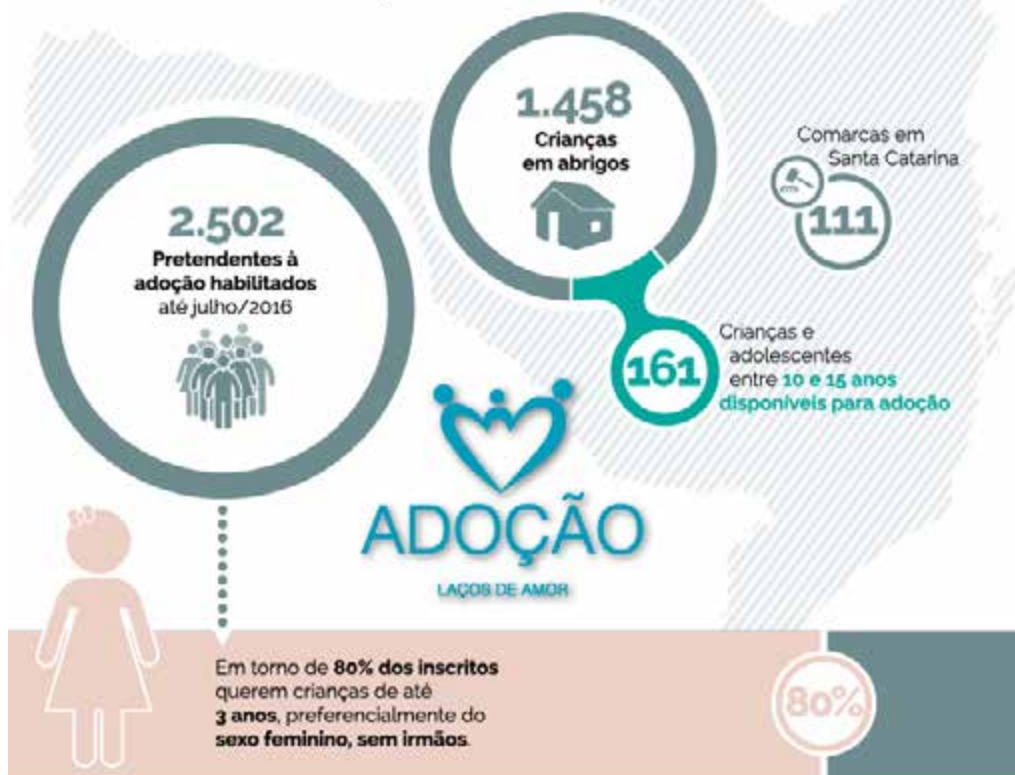
FECAM

PODER JUDICIÁRIO de Santa Catarina

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA



Números da adoção em Santa Catarina



Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA

Divulgação/Agência AL

Lar Legal

Em 2016, a Assembleia Legislativa manteve a parceria firmada com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Ministério Público, o governo estadual e prefeituras para desenvolvimento do projeto Lar Legal.

O programa de regularização fundiária tem como objetivo a legalização de áreas urbanas ocupadas por famílias em situação de vulnerabilidade social. São casos em que os moradores não possuem o reconhecimento formal de posse, ou seja, o título de propriedade emitido pelo cartório de registro de imóveis. A iniciativa já beneficiou mais de 4 mil famílias em todo o estado.



Alesc repassa ao Executivo R\$ 30 milhões resultantes de economias do orçamento de 2016 e R\$ 106,5 milhões referentes a 2015

A crise econômica nacional vivenciada em 2016 também afetou o poder público, em particular o Executivo, com a redução na arrecadação de impostos. Nesse contexto, muitos estados e municípios, além da própria União, enfrentaram problemas fiscais ao longo do ano.

O cenário adverso fez a Presidência da Alesc adotar novas medidas para diminuir despesas e tornar a estrutura do Parlamento mais enxuta, como, por exemplo, limitar a concessão de diárias para viagens de servidores e deputados. As ações resultaram numa economia de R\$ 30 milhões no orçamento da Casa para 2016. O montante foi devolvido ao caixa geral do governo do Estado em dezembro, a chamada Fonte 100, para ser aplicado em áreas prioritárias definidas pelo Executivo.

A Alesc já havia realizado, no mês de agosto, outros repasses ao Poder Executivo. Foram dois depósitos distintos: R\$ 50 milhões para o Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos

e Municipais, Hemosc e Cepon e R\$ 56,5 milhões para ajudar a Secretaria de Estado da Saúde a quitar parte de suas dívidas com os hospitais. O valor representa a soma das economias do orçamento de 2015 com os rendimentos de aplicação financeira.

Incentivo à aposentadoria dos efetivos

A partir da iniciativa da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o PLC 5/2016 – vetado pelo governador e promulgado pelo presidente da Alesc como Lei Complementar 677, de agosto de 2016 – permitiu a conversão de licença-prêmio em pagamento em dinheiro a servidores efetivos da Casa.

A medida estimulou a aposentadoria de funcionários com tempo de serviço e idade suficientes. O processo acelerou o enxugamento no quadro de pessoal iniciado em 2015. De acordo com dados da Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais da Casa, 122 servidores se aposentaram em 2016, sendo 98 deles entre agosto e dezembro.

Redução do duodécimo para a Alesc

A proposta de redução no valor do repasse do duodécimo do Poder Executivo para a Assembleia Legislativa foi acatada em Plenário na sessão ordinária realizada em 6 de dezembro.

Na forma de emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, a proposição

de autoria do Executivo prevê a transferência de parte das dotações orçamentárias da Alesc para o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. O percentual fixado é de 0,17%, sendo 0,10% para o TJSC e 0,07% para o MPSC. O objetivo é repor repasses devidos pelo governo estadual às instituições.

Esse remanejamento de recursos gerou debates acalorados entre os parlamentares sobre a finalidade e o interesse social da medida. Alguns deputados argumentaram que a emenda do Executivo tem por objetivo apenas cobrir os prejuízos de determinados poderes e órgãos públicos com a operação realizada entre o governo e a Celesc, na qual a empresa quitou seu débito em ICMS por meio de doações ao FundoSocial, em vez de depositar a quantia no caixa comum do Estado, o que obrigaria a divisão do montante.

Em contrapartida, o Executivo se comprometeu a depositar um valor idêntico ao que o Parlamento abre mão no Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos e Municipais, Hemosc e Cepon, como uma forma de manter o mutirão de cirurgias como uma política pública permanente em Santa Catarina.



Obituário

Evaldo Amaral

Bancário, iniciou a carreira política na década de 50. Entre 1955 e 1956 foi vereador em Curitiba, além de prefeito da cidade entre 1957 e 1958. Foi deputado estadual por três legislaturas pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Elegeu-se pela primeira vez para a Assembleia Legislativa em 1958. Reelegeu-se em 1966 e em 1970. Foi vice-presidente do Parlamento catarinense em 1970.

Ocupou o cargo de secretário estadual da Administração, entre 1973 e 1974. Também teve passagens pela Câmara dos Deputados nas décadas de 70 e 80 pelo antigo PDS (atual PP). Morreu no dia 19 de julho.

Celso Ramos Filho

Engenheiro civil de formação, elegeu-se deputado estadual para os períodos de 1967 a 1971 e 1971 a 1975. No campo profissional, foi presidente da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) e criador, em 1958, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-SC), entidade que comandou por 17 anos seguidos. Também presidiu o Avaí Futebol Clube e o Clube Náutico Riachuelo. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e cidadão honorário de Florianópolis, além de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Morreu em 5 de outubro, por problemas cardíacos.

Delfim de Pádua Peixoto Filho

Um das personalidades mais respeitadas e conhecidas no futebol catarinense, Delfim foi deputado estadual entre 1971 e 1983, nas 7ª, 8ª e 9ª legislaturas da Assembleia Legislativa, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Comandava a Federação Catarinense de Futebol (FCF) desde 1985 e era um dos vice-presidentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Morreu na madrugada de 29 de novembro, pelo horário do Brasil, vítima do acidente com o avião que transportava a delegação da Chapecoense, na Colômbia.

Luiz Basso

O ex-parlamentar foi um dos primeiros filiados do MDB em Santa Catarina e fundador do partido em São Miguel do Oeste, cidade onde foi vereador por cinco mandatos e prefeito em duas ocasiões (1985-1988 e 1993-1996). Em 1990, foi eleito deputado estadual pela primeira vez. Permaneceu na Assembleia Legislativa até 1992, quando deixou o cargo para assumir a prefeitura de São Miguel do Oeste, em 1993. Em 1998, concorreu novamente a uma cadeira no Parlamento estadual e ficou como suplente do PMDB. Faleceu no dia 22 de dezembro de 2016,

vítima de infarto.

Sérgio Grandó

Professor da UFSC e do atual IFSC, desenvolveu sua carreira política na capital catarinense. Em 1982, foi eleito vereador em Florianópolis. Dez anos depois, venceu a disputa pela prefeitura da Capital e administrou o município de 1993 a 1996. Na Assembleia Legislativa, foi eleito pela primeira vez em 1990. Permaneceu na Alesc até o final de 1992, quando renunciou ao mandato para assumir a prefeitura de Florianópolis, em 1993. Em 2006, candidatou-se novamente a uma vaga no Parlamento estadual e ficou como suplente, mas exerceu o mandato de deputado durante boa parte da legislatura 2007-2011. Morreu em 31 de dezembro de 2016, vítima de câncer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG** 2016
Relatório anual de Gestão.

Comunicação.

11



Comunicação

A Diretoria de Comunicação Social (DCS) manteve seu compromisso de divulgar com transparência as atividades da Assembleia Legislativa a um número cada vez maior de pessoas, de modo a ampliar a participação da sociedade no processo político e fazer com que os cidadãos valorizem o Parlamento como essencial para a democracia e a melhoria de vida da população.

O setor aposta na ampliação dos canais de comunicação entre a instituição e a sociedade para promover um diálogo crescente do cidadão com o Legislativo. Essa aproximação é a meta dos profissionais que atuam na Agência AL, TVAL, Rádio AL, nas redes sociais e também na publicidade institucional.

Para garantir uma comunicação pública de qualidade, a DCS trabalha permanentemente em busca de aprimoramento, por meio de novas tecnologias, mídias, linguagens e conteúdos.

Rádio AL

A Rádio da Assembleia Legislativa solidificou o trabalho de radioagência ao longo de 2016. Em julho, a emissora desenvolveu uma pesquisa para verificar o aproveitamento das matérias pelas rádios no Estado. Ao todo, 208 veículos responderam a um questionário sobre o uso e a qualidade das matérias produzidas pela rádio do Parlamento. O resultado reafirmou a importância do serviço prestado pela emissora: 76% das rádios que têm conteúdo jornalístico na programação reproduzem matérias da Rádio AL. A



imparcialidade, a pluralidade de fontes e o formato são algumas das características que influenciam na reprodução do conteúdo.

Outra iniciativa pioneira da Rádio do Legislativo foi a contratação de um serviço de monitoramento que permite a verificação em tempo real da veiculação das matérias da emissora em 227 rádios catarinenses. Desde o mês de outubro, as principais reportagens produzidas pela equipe de jornalismo da Rádio AL são cadastradas na ferramenta. O monitoramento aponta que, entre outubro e

dezembro, a Rádio AL chegou a 87 municípios catarinenses, com a veiculação de notícias do Parlamento em 142 rádios.

Fruto de uma parceria entre a Alesc e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV (Acaert), a Rádio AL deu continuidade ao projeto "Notícias em um minuto". Três vezes por semana, boletins de até um minuto, com as principais notícias do Poder Legislativo, são veiculados nas mais de 250 rádios associadas da Acaert em todo o Estado.

TV AL

Para a TV AL, o ano de 2016 foi marcado por avanços em qualidade técnica e conteúdo editorial. Consolidada a licitação realizada no fim de 2015, que possibilitou novo contrato entre a emissora e a prestadora de serviços Primer Produções, foi implantado no início do ano o sistema de captação e reprodução de vídeo e áudio em alta definição (HD). Em decorrência, houve a troca de todos os equipamentos, como câmeras, mixers de áudio e vídeo e ilhas de edição. Além disso, foram contratados profissionais capacitados a operar o novo formato. A ação permitiu, ainda, a ampliação do sistema de armazenamento de conteúdo com o redimensionamento do storage (programa de arquivamento virtual).

Com isso, a emissora do Poder Legislativo estadual intensificou a produção audiovisual com a finalidade de diversificar a grade de programas distribuídos ao longo de 24 horas diárias. Os três telejornais produzidos pela equipe e transmitidos ao vivo foram reformulados e ampliados no tempo de veiculação. O "Primeira Hora" passou a ter 15 minutos de duração, e o "Jornal da Tarde" e o "Jornal da Assembleia" passaram a ter 30 minutos de duração.

Tiveram destaque as transmissões ao vivo de sessões, reuniões de comissões, audiências



públicas e eventos de caráter legislativo que permitiram aos telespectadores acompanhar em tempo real as principais discussões realizadas no âmbito do Legislativo catarinense. As atividades parlamentares que não puderam ser transmitidas ao vivo, por eventuais restrições de caráter técnico, foram gravadas na íntegra e exibidas durante a programação da emissora.

A grade de programação da TVAL foi ampliada. Além dos telejornais e programas já estabelecidos, como “Espaço Cidadão”, “Fala Deputado”, “Palavra Aberta”, “Retratos Catarinenses” e o “Fala Jovem”, somaram-se o “Capitais Catarinenses” e outros, frutos de parcerias com instituições públicas e privadas. Entre eles, o “Defensoria Pública Responde”, o “TJSC na TV” e o “Histórias da Indústria”, resultado de um acordo com a Fiesc. Outro exemplo é a “Produção Acadêmica”, iniciativa que busca abrir espaço para a veiculação de documentários produzidos por universitários de Jornalismo e Cinema, sempre com a abordagem de assuntos de interesse das comunidades e do Estado de Santa Catarina.

Também merece relevância a elaboração de pelo menos quatro grandes reportagens com uso de recursos de computação gráfica e de motion design. Uma delas, a reportagem especial “Virando o Jogo”, sobre a indústria catarinense de games, foi a grande vencedora

da 6ª edição do Prêmio Acif de Jornalismo, além de receber a 1ª colocação entre todos os trabalhos inscritos por emissoras catarinenses de televisão. A TVAL também foi ganhadora do 7º Prêmio Unochapecó de Jornalismo Ambiental, com a reportagem “Acolhida na Colônia”, exibida no Programa Mosaico.

Cabe pontuar, ainda, duas grandes coberturas jornalísticas que alteraram significativamente a programação da TVAL em 2016. Uma delas foi o acompanhamento dos dois turnos das eleições municipais, em parceria com algumas emissoras de Câmaras Legislativas. A outra foi a cobertura integral da tragédia com o avião da LaMia, que conduzia a delegação da Chapecoense para a Colômbia, inclusive com transmissão ao vivo das homenagens e do velório das vítimas realizados na Arena Condá, em Chapecó.

Convênios

Um dos grandes destaques do ano foi o convênio firmado entre a Assembleia Legislativa e a Associação das Emissoras Catarinenses de Rádio e Televisão (Acaert) para a veiculação de boletins produzidos pela TVAL nas TVs catarinenses filiadas à entidade. A proposta é incrementar a divulgação das atividades desenvolvidas pela Alesc, ampliando a transparência dos atos do Poder Legislativo.

A Alesc também firmou um convênio em

2016 com a Câmara Municipal de Blumenau. O acordo possibilita a transmissão em canal aberto da TVAL em parceria com a TVL, canal do legislativo municipal blumenauense.

Agência AL

A Agência de Notícias da Assembleia Legislativa reforçou seu compromisso de fazer comunicação pública de qualidade, que contribua para o exercício pleno da cidadania, com a cobertura diária de todos os acontecimentos registrados na Casa. No período de 4 de janeiro a 16 de dezembro, foram disponibilizadas à imprensa e ao público em geral na página da Agência AL 28.509 fotografias e 1.203 matérias, além do conteúdo encaminhado pelos assessores dos deputados.

O setor também consolidou o segmento de reportagens especiais, com matérias produzidas pela equipe de jornalismo que enfocam aspectos históricos, humanísticos e os diferenciais de Santa Catarina. E 2016, foram produzidas três reportagens especiais. Uma delas abordou o debate em torno da substância fosfoetanolamina, conhecida como a pílula do câncer. Outra contou a história de algumas pessoas escolhidas para carregar a tocha olímpica durante sua passagem pelo estado. A última retratou o drama de famílias que receberam seus títulos de propriedade



por meio do Programa Lar Legal, iniciativa do Tribunal de Justiça em parceria com outras instituições, incluindo a Alesc.

Em 2016, a página da Agência AL passou por mudanças em seu layout para facilitar o acesso dos usuários e tornar o conteúdo disponibilizado mais completo e interessante ao público. As melhorias incluíram a ampliação do espaço destinado às “Notícias dos Gabinetes”, a criação de abas laterais para abrigar conteúdos especiais, a instalação de atalhos e a utilização de recursos como a inserção de vídeos, áudios, gráficos, planilhas e tabelas.

A Coordenadoria de Imprensa, responsável pela Agência AL, também atendeu às demandas dos veículos que cobrem diariamente as atividades parlamentares da Assembleia Legislativa e dos demais setores da Casa. O núcleo de design gráfico, por exemplo, produziu em 2016 as edições da Revista da Comenda e da Revista Destaque Esportivo. Além disso, orientou servidores ligados ao PAB, à Bancada Feminina e assessores parlamentares na elaboração de informativos e boletins.

Acessos ao portal da Agência AL (entre fevereiro e 16 de dezembro de 2016)

Acessos: 215.733

Visualizações de página: 491.399

Tempo médio de cada acesso: 2min28

Redes Sociais

O ano de 2016 foi de consolidação para a Gerência de Redes Sociais. Os canais online se firmaram como fonte oficial de informação, tanto para jornalistas quanto para a população em geral. A constatação de aumento na procura pelos serviços oferecidos demonstram que a informação gerada pelo Parlamento se democratiza, alcança cada vez mais pessoas e promove interação.

A página da Alesc no Facebook alcançou, em média, 1,5 milhão de usuários e 170 mil ações (reações e comentários) por mês. O número de fãs triplicou em relação a 2015, totalizando cerca de 70 mil seguidores. Essa marca coloca Santa Catarina na liderança entre as demais

Assembleias Legislativas do país.

A mesma postura adotada no Facebook foi encampada nas outras redes. O Instagram soma 2.656 seguidores com os conteúdos e o Twitter reúne 10.200 participantes.

Ao longo do ano, a gerência desenvolveu novos programas voltados exclusivamente para o meio online, adaptando a linguagem parlamentar ao que é falado nas redes.

- **Papo Reto:** um semanário de humor que apresenta as matérias votadas no plenário de forma leve, fazendo sempre conexões com os fatos que se destacam na rede.

- **Deputado Responde:** uma oportunidade de os parlamentares interagirem de forma mais transparente com seus eleitores. No vídeo, o deputado lê os comentários deixados pelos internautas em uma postagem no Facebook sobre um projeto de sua autoria e emite opinião.

- **Direto do Plenário:** um resumo rápido do que acontece nas sessões plenárias. A ideia é apresentar as principais falas dos parlamentares em um vídeo de 1 minuto para que os interessados saibam o que se passa dentro do Parlamento.

Publicidade

A publicidade institucional da Alesc, teve uma mudança de foco em 2011, quando deixou de veicular peças que abordavam o trabalho legislativo para buscar um viés mais social. No ano de 2016, tratou de dois temas importantes: a inclusão da pessoa com deficiência e a adoção de crianças e adolescentes. Dessa forma, colaborou para chamar a atenção da sociedade catarinense para as causas. As campanhas foram intituladas “Todos somos iguais porque somos diferentes” e “Adoção – Laços de Amor”.

(Saiba mais na seção Institucional)





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016** Relatório anual de Gestão.

Escola do
Legislativo

12



Escola do Legislativo

Com 16 anos de atividades completadas no ano de 2016, a Escola do Legislativo busca continuamente cumprir seu objetivo de aproximar o Parlamento do cidadão. Por meio do debate político, do fortalecimento do processo legislativo, além da capacitação de

incluindo estudantes, desde o ensino fundamental e médio, a exemplo dos projetos Vereador Mirim e Parlamento Jovem, até os da pós-graduação.

Educação para a Cidadania e Formação profissional

O Parlamento Jovem Catarinense é o projeto

Nesses 16 anos, a Escola também tem contribuído para a qualificação do servidor público do Parlamento de Santa Catarina, com diferentes cursos que envolvem o processo legislativo, tais como: atendimento ao público, língua portuguesa e informática. Além disso, são promovidos seminários, congressos e palestras sobre diversos temas ligados à política e à cidadania. Em parceria com a Secretaria de Educação de Florianópolis, a Escola do Legislativo ofereceu, ainda, a oportunidade à sociedade e aos funcionários contratados pela Alesc - principalmente os que atuam nos serviços gerais, como limpeza, copa, reparos e manutenção - de retomarem os estudos e concluir o ensino fundamental, com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outras atividades promovidas pela Escola, como a formalização de convênios com instituições renomadas de ensino para cursos técnicos, graduação e pós-graduação, também contribuem para a formação continuada do corpo efetivo e comissionado do Parlamento, garantindo o melhor atendimento ao cidadão catarinense.



servidores, cidadãos e agentes políticos para a ação democrática participativa, a escola procura inserir a sociedade nas decisões que afetam a vida dos catarinenses. A maior parte de suas atividades é voltada à formação,

mais conhecido e abrangente da Escola do Legislativo. É também um dos mais importantes, pois possibilita o exercício da democracia, desde suas primeiras etapas, com a eleição em colégios de diferentes regiões do estado dos líderes que vêm ao Parlamento.

Parlamento Jovem é encerrado com projeto de lei em tramitação na Alesc

Durante a sessão ordinária que encerrou a 21ª edição do Parlamento Jovem catarinense, em 4 de agosto, foram aprovadas 22 matérias,



entre projetos de lei e indicações, pelos jovens deputados.

O projeto de lei que institui o Dia Estadual da Preservação do Boto Pescador, apresentado pelos alunos da Escola de Educação Básica Ana Gondin, de Laguna, foi aprovado em plenário pelos parlamentares da Casa. Com a sanção do Executivo, foi transformado na Lei 17.084, de 12 de janeiro de 2017.

Duas indicações oriundas da mesma escola também foram acolhidas em plenário e encaminhadas ao governador. Uma delas solicita a reconstrução da unidade escolar, bem como a fiscalização do cumprimento do prazo de execução da referida obra. A outra solicita a realização anual de seminário extracurricular nas escolas públicas de Santa Catarina, com o objetivo de debater a integração entre o ensino médio e o superior.

Preocupação com a educação

Motivados pelas discussões em plenário e pelas manifestações dos professores na Alesc relativas aos editais que tratam da seleção de professores temporários (ACTs) nas salas de informática, os estudantes elaboraram, além dos projetos e indicações trazidos das escolas, uma outra indicação. Eles solicitaram ao governador a reavaliação dos editais nº 1.960/2016/SED e nº 1.961/2016/SED para manter a previsão da vaga de professor orientador para as salas de Tecnologia Educacional e Informática. A

indicação foi acolhida pelo deputado Antonio Aguiar (PMDB), presidente da Comissão de Educação, e pelo presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (PSD).

Saúde em destaque

A saúde esteve entre as preocupações dos jovens parlamentares. Um dos projetos apresentados pelos alunos de Barra Velha solicita a instituição da Semana Catarinense da Conscientização sobre o Transtorno Mental. De acordo com o proponente, Marcelo Luiz Pereira, a iniciativa surgiu por conta do número elevado de casos de suicídio no estado. "Pessoas com transtornos mentais são marginalizadas todos os dias porque a sociedade não entende isso como doença. Depressão, alcoolismo, uso de drogas precisam de tratamento. A sociedade precisa de informação para lidar com esses casos e para que acabe o preconceito e a ignorância em torno do assunto".

Formação de agentes públicos e políticos
O Núcleo de Formação de Agentes Públicos e Políticos realizou, em 2016, eventos importantes, como o Encontro de Mulheres Parlamentares Catarinenses, o Congresso de Direito Eleitoral pelo estado, o 1º Congresso de Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), o 4º Congresso Catarinense de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), o ciclo de palestras de Direito Eleitoral e o Seminário Municipal de Agentes Públicos e

Políticos (Semap).

Encontro da Mulher Parlamentar debate conquistas e direitos

A sétima edição do Encontro da Mulher Parlamentar, que ocorreu nos dias 13 e 14 de abril, no Auditório Antonieta de Barros da Alesc, discutiu questões relacionadas à equidade de gênero a fim de reunir e agregar conhecimentos e experiências. Organizado pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, em parceria com a União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), o evento tem como intenção levantar questões fundamentais para a autonomia e o empoderamento das mulheres e estimular o debate sobre a representatividade feminina nos parlamentos.

O tema reforma política foi abordado no evento pela professora da Academia de Direito Judicial e coordenadora de projetos da Secretaria de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Elizete Lanzoni Alves. Já Clair Castilhos, presidente da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e fundadora da Casa da Mulher no Estado, fez um resgate histórico da trajetória e de todas as conquistas das mulheres, além de falar sobre os desafios e as dificuldades no



mundo do trabalho. A desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina Saete Sommariva palestrou sobre a implementação de legislações que combatem a violência doméstica no país, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.



Alesc e TRE lançaram campanha durante congresso eleitoral

O auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina sediou, nos dias 7 e 8 de julho, o 1º Congresso Catarinense de Direito Eleitoral do TRE-SC e o 4º Congresso Catarinense de Direito Eleitoral da OAB/SC, em parceria com a Assembleia Legislativa.

Os eventos foram voltados à atualização dos profissionais da área jurídica, com uma programação composta por palestras e debates sobre os principais temas do direito eleitoral, reforma política e novas

regras das Eleições 2016. Magistrados, advogados, promotores, partidos políticos, pré-candidatos, servidores da Justiça Eleitoral, contadores, profissionais dos meios de comunicação e estudantes participaram dos congressos.

Na ocasião, a Assembleia Legislativa e o TRE lançaram a campanha “Eleições 2016 – A vitória da democracia”.

Direito Eleitoral é tema de palestras por todo o Estado

Com o objetivo de minimizar os problemas na aplicação e interpretação da legislação eleitoral e principalmente fazer com que a sociedade conheça seus limites de participação, a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira promoveu um ciclo de palestras sobre direito eleitoral em várias cidades do estado, com o tema: Pontos relevantes das resoluções do TSE e legislação pertinente que regulamentam as Eleições 2016. O evento foi realizado em parceria com as Câmaras de Vereadores das cidades onde foi oferecido.

A legislação eleitoral sofreu diversas alterações em 2015 com a “Lei da Reforma Eleitoral” - 13.165/2015, que promoveu importantes alterações nas regras das eleições por meio das leis 9.504/97, 9.096/96 e 4.737/15, as quais foram aplicadas pela primeira vez nas eleições de outubro. Dessa forma, questões como propaganda

antecipada, práticas vedadas em ano eleitoral, assim como condutas ilícitas em campanha, quem pode ser candidato, como se candidatar, calendário eleitoral do 1º e 2º turno, mudanças na propaganda eleitoral – incluindo propaganda virtual – e também questões administrativas relacionadas à prestação das contas da campanha foram temas abordados nas palestras.

“Projeto Qualifica – Gestão de Excelência” é apresentado no Semap

O Seminário Municipal de Agentes Públicos e Políticos (Semap), de iniciativa da Escola do Legislativo da Alesc, reuniu 200 pessoas, entre vereadores em exercício do mandato e eleitos para o próximo, no dia 13 de dezembro, no auditório da Faculdade Anhanguera, em São José.

O presidente do TRE-SC, desembargador Cesar Ruiz Abreu, participou do evento e falou sobre o “Projeto Qualifica – Gestão de Excelência”, iniciativa desenvolvida pelo tribunal em parceria com diversas instituições. “O objetivo é somar energias, despertar o debate, conciliar as forças da sociedade, unindo-as para o resgate da credibilidade da classe política e do conceito de bem público como bem de todos, fora do patrimonialismo, do clientelismo e do coronelismo que tem marcado historicamente as administrações públicas, em todos os níveis de governo”, destacou.



Promoção e inclusão social

O Núcleo de Promoção e Inclusão Social da Escola do Legislativo realizou inúmeros eventos em parceria com as comissões permanentes da Alesc sobre temas relevantes para a sociedade catarinense. Também prestou apoio ao Programa Antonieta de Barros (PAB), da Coordenadoria de Estágios Especiais.

- 4º Fórum catarinense sobre doenças raras
- Seminário Educação Inclusiva: desafios, complexidades e inovações pedagógicas
- Seminário estadual sobre a Síndrome de Down
- Seminário de celebração ao Dia Mundial da Água

- Seminário sobre autismo e os desafios da educação inclusiva
- Seminário sobre práticas pedagógicas
- Seminário sobre políticas públicas e o currículo funcional natural
- 2º Congresso Nacional do Parto Humanizado
- 2º Seminário Catarinense sobre a Fosfoetanolamina: Uma esperança de vida
- 7º Seminário de Educação Ambiental GTEA RH08 Energias Sustentáveis
- 2º Seminário de Práticas Exitosas na Área da Criança e do Adolescente
- Seminário sobre o empoderamento da mulher catarinense

Inclusão em pauta

Temas relativos à inclusão estiveram em

pauta na Assembleia Legislativa em 2016 e se destacaram por promover informação e atualização sobre questões relevantes para a sociedade. A Escola do Legislativo forneceu o apoio na seleção e contratação de palestrantes que são referência nos assuntos abordados, e na organização, credenciamento e entrega de certificados aos participantes.

Em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Escola do Legislativo realizou 13 seminários e um fórum, em diversas regiões do estado. Os eventos, que reuniram mais de 500 pessoas em cada local, abordaram temas como doenças raras, prevenção das deficiências, currículo funcional natural, autismo, deficiência visual, nanismo, moda inclusiva, esporte e lazer para as pessoas com deficiência, direitos e garantias, e arte para a inclusão.

Ensino Superior

O Núcleo de Ensino Superior trabalhou com a continuidade da projetização realizada no ano anterior, com a colaboração da Equipe de Planejamento da Alesc, para a implantação da Especialização em “Poder Legislativo e Cidadania”. Cabe ainda destacar o curso a distância “A Câmara Municipal e o Processo Legislativo”, realizado em parceria com a Escola do Legislativo de Minas Gerais, com a participação de 274 inscritos de várias regiões do país.



Censo da Alesc

Em 2016, a Escola do Legislativo, por meio do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento, iniciou o 1º Censo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O objetivo é conhecer o perfil da instituição (estrutura, infraestrutura, comunicação, tecnologias, recursos humanos e financeiros), dos parlamentares e servidores.

A proposta é realizar um diagnóstico de demandas, tendo como parâmetro a necessidade institucional, para subsidiar o planejamento de ações da Escola do Legislativo para formação, aperfeiçoamento técnico-profissional e atualização do quadro funcional. O levantamento também vai orientar gestores da Alesc na tomada de decisões quanto ao desenvolvimento institucional.

Núcleos de apoio institucional

Os núcleos de Apoio, Eventos, Secretaria e Comunicação desempenharam papel fundamental na organização, informação e suporte à Escola do Legislativo. Segundo o deputado Romildo Titon, presidente da instituição, “todas as atividades realizadas em parceria com as entidades e as comissões permanentes da Casa são uma demonstração real de que a escola aproxima as pessoas, orienta e inclui. Foram vários eventos que marcaram e que estão registrados na história do Parlamento catarinense.”



Criação do Espaço Cultural José Silveira D'Ávila

Pensado em mais um local para atender à demanda de artistas locais, principalmente aos que se dedicam à arte contemporânea, o Espaço Cultural José Silveira D'Ávila da Escola do Legislativo já abrigou em seu primeiro ano de funcionamento exposições de artistas consagrados estadual e nacionalmente, como Vera Sabino, Silvio Pleticos, Fernando Weber; o coletivo Semente, com a exposição Tangências; além da exposição Processos Construtivos, com obras de Flávia Fernandes, Mauricio Muniz e Rubens Oestrom.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RG 2016

Relatório anual de Gestão.

PAB.
Programa
Antonieta
de Barros

13

LEGISLADORA	PARTIDO	PERIODO	DATA	PERIODO
AC	PL	10/10	10/10	TITULAR
P	PSD	04/10	10/10	TITULAR



Programa Antonieta de Barros

Em 2016, mais de 100 candidatas entre 16 e 24 anos disputaram as 22 vagas de estágio na Alesc disponibilizadas pelo Programa Antonieta de Barros (PAB). Todos os estudantes foram indicados por entidades da sociedade civil parceiras da iniciativa. Instituído em 2004, por meio da Lei 13.075, o PAB oportuniza estágio a jovens em condição de vulnerabilidade social (com renda familiar de até 2,5 salários mínimos). A seleção leva em conta, ainda, aspectos étnicos e de gênero, frequência escolar e situação habitacional. O estágio é válido por um ano, com possibilidade de renovação por igual período.

Com pouco mais de uma década de existência, 251 jovens já passaram pelo programa, sendo 60% mulheres e 40% homens. Os negros representam a maioria, totalizando 74%. Cerca de 60% dos estagiários têm menos de 18 anos quando ingressam no programa e 70% cursa o ensino médio. Mais de 70% dos jovens têm renda familiar de até um salário mínimo e 5% não têm renda alguma. Em média, 10% dos estagiários já são pais ou mães e 5% têm algum tipo de deficiência física.

Atividades externas

Além de conduzir o processo seletivo do PAB, a Coordenadoria de Estágios Especiais da Alesc promoveu atividades externas





para apresentar as práticas adotadas no Legislativo.

O setor também buscou estabelecer parcerias de estágio e oportunidades de emprego e estudo com organizações e poderes públicos em municípios da região da Grande Florianópolis. A ação se baseia na diretriz do programa que trata da inserção dos jovens no mercado de trabalho como estratégia de inclusão social.

Entre as instituições parceiras, destacam-se o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, as Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina (Celesc), Lojas Renner e Softplan.

Visitas

A Coordenadoria de Estágios Especiais também organiza atividades para estimular a inclusão e a identidade social dos jovens, promovendo o acesso a bens culturais que valorizem a diversidade e a história da humanidade. De acordo com essa diretriz do PAB, em setembro de 2016, os estagiários realizaram visitas institucionais à Ilha do Guará; à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, e à Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés. Os ingressos foram cedidos pela Coordenadoria das Fortalezas da Ilha

de Santa Catarina, setor administrativo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) responsável pelo gerenciamento, guarda, manutenção e conservação das fortalezas.

No mês de outubro, os participantes do PAB apreciaram a mostra do arquiteto catalão Antoni Gaudí no Museu de Arte de Santa Catarina (Masc). O objetivo da atividade foi estimular o interesse pela arte e a interpretação das obras. Os estagiários também visitaram, em 4 de novembro, o Parque Estadual Rio Vermelho, localizado no bairro de mesmo nome, em Florianópolis. A visita teve como finalidade a conscientização sobre preservação ambiental, estimulada pelo conhecimento dos meios de conservação da vegetação e da fauna da Mata Atlântica. Os estudantes puderam conhecer as ações de recuperação e pesquisas científicas realizadas no local, como o projeto existente de reflorestamento da vegetação nativa.

Capacitação

A equipe do PAB e os estagiários participaram do programa de formação continuada da Alesc, por meio do curso de Relacionamento Interpessoal realizado pela Escola do Legislativo no mês de setembro. A intenção foi analisar percepções, atitudes e diferenças individuais pertencentes às relações de trabalho. Outros temas abordados foram a aplicabilidade da gestão de conflitos e o processo de comunicação e suas





disfunções.

Apoio pedagógico

Para contribuir com o desenvolvimento escolar dos estagiários do PAB, a Presidência da Alesc autorizou a contratação de uma instituição de ensino especializada em apoio pedagógico. A Só Exatas foi contratada para ministrar aulas de reforço, sob supervisão e organização da Escola do Legislativo. A medida da Coordenadoria de Estágios Especiais busca auxiliar no desenvolvimento dos jovens, despertando o senso crítico da realidade que vivenciam, promovendo a autoestima tão necessária para o êxito da trajetória individual e coletiva do cidadão. As aulas ocorrem na estrutura da Escola do Legislativo desde o mês de setembro.

PAB na mídia

Os estagiários foram fotografados nos principais pontos turísticos de Florianópolis no dia 24 de junho. As imagens foram publicadas em julho na revista It's Girl Power, periódico de circulação estadual do grupo RIC voltada a jovens estudantes e distribuída às instituições de ensino.

Participação no Prêmio Santa Catarina pela Educação

O Programa Antonieta de Barros participou da 11ª edição do Prêmio Santa Catarina pela Educação, a partir de convite feito pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), por meio do Instituto Euvaldo Lodi

(IEL/SC). A apresentação ocorreu no dia 15 de setembro, em Florianópolis.

O prêmio tem por finalidade identificar, reconhecer e incentivar a qualidade dos programas de estágio no Brasil, além de estimular a melhoria na qualidade da educação, na formação dos futuros

profissionais e na identificação de novos talentos para o mercado de trabalho. Na ocasião, a Alesc concorreu na categoria de empresas de grande porte, ou seja, aquelas com mais de 500 colaboradores no seu quadro funcional.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

 **RG 2016** Relatório anual de Gestão.

Deputados
e Suplentes.

14



Ada de Luca PMDB

Idade: 67 anos
Formação/profissão: Advogada
Base eleitoral: Região Sul
Mandato: 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Justiça e Cidadania: SC é referência nacional em ressocialização de apenados

*Sistemas penitenciário e socioeducativo
apresentam nova realidade no Estado*

No novo sistema prisional e socioeducativo administrado e gerenciado pela deputada estadual e secretária de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) Ada De Luca, o sistema prisional de Santa Catarina foi levado para o topo do ranking nacional, passando a ser modelo com as novas políticas laborais. “Hoje somos o Estado brasileiro com o maior percentual de presos trabalhando: mais de 38% aprendendo um ofício, capacitando-se profissionalmente para para ser um novo cidadão”, destaca Ada De Luca.

Além de ser considerada modelo nacional, a política de ressocialização do apenado implantada em Santa Catarina foi referendada pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão responsável pelo sistema penitenciário vinculado ao Ministério da Justiça.

Em fevereiro de 2016, técnicos do Depen e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estiveram em SC para uma visita técnica em unidades prisionais com o objetivo de colher subsídios para implantação de uma linha específica de financiamento e melhorias para o sistema prisional brasileiro.

A visita selou o trabalho conjunto que vem sendo realizado entre os governos federal e estadual e empresários catarinenses para impulsionar o crescimento do programa de Ressocialização pelo Trabalho no sistema prisional catarinense, que já é considerado referência nacional.

No mês de agosto, representantes dos governos de Rondônia, Distrito Federal e Ceará também estiveram em Santa Catarina para conhecer o modelo de gestão do sistema penitenciário catarinense. A comitiva visitou a Penitenciária Sul, em Criciúma, e o Complexo da Canhanduba, em Itajaí, acompanhados diretamente pela secretária Ada De Luca.

Contudo, o investimento da Secretaria da Justiça e Cidadania vai além da política laboral. Duas obras de grande porte foram inauguradas em 2016 com estruturas totalmente preparadas para cumprir um papel importante na ressocialização do preso: a Penitenciária Industrial de Blumenau e a nova Penitenciária Industrial de Chapecó.

As duas unidades seguem os padrões exigidos pela Lei de Execuções Penais (LEP) com área de saúde, educação, oficinas de trabalho, além do espaço de vivência, tudo de acordo com as normas de acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

Os adolescentes em conflito com a lei



também são prioridade para a Secretaria da Justiça e Cidadania. Em Chapecó, já foi concluído o novo prédio do Case (Centro de Atendimento Socioeducativo), com 40 vagas, e do Casep (Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório), com 20 vagas, unidades de atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

As novas estruturas garantem escola, curso profissionalizante, médico, dentista e psicólogo, favorecendo a reinserção do jovem na sociedade. Para atender a região Sul, a SJC também já iniciou a obra do Case de Criciúma, que será entregue em 2017.

“Priorizamos um modelo de gestão que enfoca a segurança sem deixar de lado os princípios da humanização e dignidade”, concluiu a secretária Ada De Luca.

Educação em destaque: pelo 6º ano consecutivo, número de inscritos no Enem bate recorde

Santa Catarina também é destaque na educação com mais de 2 mil reeducandos em salas de aula. “Nossa missão é dar oportunidade para que o apenado e o adolescente voltem para a sociedade com vontade de viver”, sublinha a secretária Ada De Luca.

No Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM – PPL), somos o Estado que mais cresce. Pelo sexto

ano consecutivo, em 2016 o número de inscritos bateu recorde em Santa Catarina, com 3.718 apenados cadastrados, 56% a mais do que no ano passado que registrou crescimento de 34% nas inscrições.

O sistema catarinense apresenta uma grande evolução desde 2011, primeiro ano em que as provas do ENEM foram aplicadas no Estado e apenas 240 presos estavam inscritos. Em 2012 subiu para 687; 2013, para 1.048; 2014 para 1.771 inscritos; 2015 para 2.383 inscritos; e 2016 3.718 inscritos.

Defesa do consumidor: Procon implanta bloqueio de telemarketing

A partir de agora os consumidores catarinenses poderão solicitar bloqueio de ligações de telemarketing por meio de um link disponibilizado no site do Procon Estadual, importante Departamento do Consumidor vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC). “A inscrição pode ser feita pelo titular da linha telefônica (linha fixa ou celular) ou do correio eletrônico, um grande avanço nos direitos do consumidor”, sublinha Ada De Luca.

De janeiro a novembro de 2016, foram atendidos 20.869 consumidores, quase 2 mil ao mês, com uma média de 100 atendimentos dia, com um índice de resolutividade de 97%.

A Escola do Consumidor, também criada na gestão de Ada De Luca, realiza um trabalho modelo promovendo a educação para o consumo de forma exemplar.





Aldo Schneider PMDB

Idade: 55 anos
Formação/profissão: Analista da Receita Estadual
Base eleitoral: Vale e Alto Vale do Itajaí
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019



Deputado Aldo amplia sua base eleitoral no Alto e Médio Vale do Itajaí

O ano de 2016 foi de muito trabalho na base eleitoral e apresentação de propostas de leis na Alesc.

O ano de 2016 foi de muito trabalho e representatividade para o vice-presidente da Alesc, deputado Aldo Schneider. Sua base eleitoral, a região do Vale do Itajaí, teve um representante sempre atento às questões sociais, econômicas, culturais, agrícolas e administrativas.

Um parlamentar deve estar sempre atento aos assuntos de interesse do seu povo e da comunidade em que vive. Em seus roteiros pela região do Vale, o deputado Aldo sempre conversa muito com lideranças como prefeitos e vereadores, mas é da comunidade que muitas vezes saem ideias para Projetos de Lei (PL). Em umas dessas propostas, Schneider apresentou um PL que cria um cadastro para agricultores orgânicos. Assim, quando uma pessoa comprar o produto em uma feira ou supermercado, por exemplo, poderá consultar até mesmo pelo celular se aquele produto é orgânico e com procedência.

Outro projeto está ligado ao meio ambiente. O deputado quer implantar em propriedades rurais placas de energia solar para que o produtor possa ter alguns custos de produção reduzidos com a geração de energia solar e

ainda, se possível, a venda como crédito do excesso de produção de energia.

Na área social, tramita na Alesc um PL que obriga a internação de dependentes químicos em Santa Catarina. Em determinadas situações, o dependente químico não tem mais condições de decidir sobre a sua situação de saúde. A proposta é que agentes de saúde e a família possam legalizar a internação.

Pensando na mobilidade urbana, principalmente nas grandes cidades, outro projeto de lei visa garantir o transporte gratuito de bicicletas como bagagem em ônibus municipais e intermunicipais no Estado.

Aldo presta homenagens e instituições e personalidades de destaque

Outro trabalho de destaque do deputado Aldo em 2016 foi a consolidação das Leis Estaduais. Santa Catarina possui aproximadamente 19 mil leis. Destas, 10 mil já foram revisadas e consolidadas pela Comissão de Trabalho que o deputado lidera na Alesc.

Na área da educação, o parlamentar homenageou a Unidavi (Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) com uma sessão especial pela passagem dos 50 anos de fundação da unidade com sede em Rio do Sul e campus nas cidades de Ituporanga, Taió e Presidente Getúlio.



O Parlamento catarinense também prestou homenagem em sessão solene no Plenário Deputado Osni Régis, na entrega Comenda do Legislativo Catarinense. Foram 42 personalidades, instituições, entidades e empresas homenageadas. Na edição de 2016, o deputado estadual Aldo Schneider homenageou o empresário Ivan Zanardo.

Deputado comemora bons resultados nas eleições municipais

O ano de 2016 também foi de eleições municipais. Dos 28 municípios do Alto Vale do Itajaí, o PMDB fez 15 prefeitos e quatro vices, sem contar as cidades de Doutor Pedrinho, Ascurra, Luiz Alves, Gaspar, Camboriú e Porto Belo. Nos 31 municípios que fazem parte das quatro ADRs, o deputado destacou que foram lançadas 28 candidatos a prefeito.

Com todos esses resultados e conquistas, Aldo faz um balanço positivo de sua atuação parlamentar em 2016. “Apresentamos alguns projetos de lei na Alesc, entre eles o cadastro para agricultores orgânicos, placas de energia solar, internação de dependentes químicos e transporte gratuito de bicicletas em ônibus”, destacou o deputado.





Ana Paula Lima PT

Idade: 52 anos
Formação/profissão: Enfermeira
Base eleitoral: Blumenau e Vale do Itajaí
Mandatos: 2003-2007, 2007-2011,
2011-2015 e 2015-2019



Mandato voltado para a defesa dos direitos sociais

Saúde pública, democracia e mulheres estiveram no centro da atuação de Ana Paula

O mandato da deputada Ana Paula Lima foi pautado por uma agenda intensa de atividades em 2016. A saúde esteve no centro de sua atuação como presidente da Comissão de Saúde da Alesc e suscitou importantes iniciativas como a luta pela legalização da fosfoetanolamina (pílula do câncer), humanização do parto, denúncia das deficiências e falta de recursos na área da saúde em Santa Catarina.

Os impactos das PECs 241 e 55 na Câmara e no Senado para saúde, educação, direitos sociais, trabalhistas e previdenciários foram denunciados pela parlamentar, bem como a ruptura institucional com o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Ana Paula também coordenou a bancada feminina no Parlamento estadual e a defesa da emancipação e dos direitos da mulher e contra a violência de gênero.

Humanização do parto e do nascimento

Na avaliação da parlamentar, houve importantes avanços em 2016 para a humanização do parto e nascimento em Santa Catarina. Inicialmente, a sanção da Lei das Doulas, relatada pela deputada Ana Paula. O Estado é o primeiro no país a dispor de legislação sobre a presença de doulas

escolhidas pelas gestantes, para prestar suporte emocional no ciclo gravídico, parto e puerpério, nos hospitais, maternidades e casas de parto.

O ano terminou com a aprovação do projeto de lei contra a violência obstétrica, que prevê medidas de proteção e informação às gestantes e visa assegurar que elas e seus bebês tenham direito à assistência humanizada, livre de qualquer violência física, psicológica ou tratamento discriminatório. “Apesar dos avanços nas últimas décadas, uma em cada quatro mulheres ainda sofre algum tipo de violência durante o parto. Essas leis são passos importantes para tornar o nascimento mais humanizado e acolhedor para as mães e seus bebês”, diz Ana Paula.

A realização do 2º Congresso Nacional do Parto Humanizado em Defesa da Vida, no mês de junho, serviu para fortalecer o movimento e reuniu enfermeiras, médicos, doulas, estudantes e gestores públicos que compartilharam experiências e debateram os avanços e desafios da humanização do parto.

A deputada também comandou a audiência pública da Comissão de Saúde da Alesc, no fim de novembro, que deliberou que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) apresente relatório detalhado sobre a segurança dos exames de mamografia em Santa Catarina e a solução imediata dos problemas. A



audiência foi chamada por Ana Paula depois de a Vigilância Sanitária divulgar que 32% dos locais de exames apresentavam situação inaceitável.

Banimento do amianto em SC

Depois de tramitar durante oito anos na Casa, foi aprovado por unanimidade no mês de dezembro o projeto de lei para banir o amianto no Estado. O PL foi apresentado de forma conjunta em 2008 por Ana Paula e o ex-deputado Jailson Lima.

Depois de sancionada a lei, nenhum produto que contenha amianto poderá ser produzido ou comercializado em Santa Catarina. O amianto é comprovadamente tóxico e cancerígeno e está banido em mais de 60 países. Para Ana Paula, a aprovação é uma vitória para a saúde dos catarinenses.

Pesquisa com pílula do câncer em Santa Catarina

A forte atuação de Ana Paula, ao lado de entidades representativas de portadores de câncer, com a realização de dois seminários estaduais e diversas reuniões com autoridades levou o Estado a iniciar diálogo para realizar a pesquisa com a fosfoetanolamina em Santa Catarina. O objetivo é buscar parceria com o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), para que o Cepon inicie a pesquisa, baseada no mesmo protocolo já aprovado em São Paulo.





Antonio Aguiar PMDB

Idade: 64 anos
Formação/profissão: Médico
Base eleitoral: Planalto Norte
Mandatos: 1999-2003, 2003-2007,
2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019



Transparência nas listas de espera da saúde é conquista da sociedade

Projeto do deputado Antonio Aguiar, aprovado em 2016 e transformado em lei, vai tornar públicas a fila de espera pelas cirurgias

A publicação na Internet da lista de espera de pacientes que aguardam consultas, exames, procedimentos ou intervenções na rede pública estadual é uma realidade que se tornou possível em razão do projeto de lei apresentado pelo deputado Antonio Aguiar. A transparência nas filas dá fim à possibilidade do “jeitinho” e de todas as ilegalidades que prejudicam os direitos das pessoas.

Essas práticas inadmissíveis, ainda mais em se tratando de prejuízo a quem está com a saúde fragilizada, foi o que motivou o parlamentar a apresentar o PL 438 em 2015, que chegou ao plenário no fim de ano, após tramitar nas comissões de Justiça, de Serviço Público e de Saúde, sempre merecendo elogios por seu mérito. Agora, quem precisa vai acompanhar as listas, por especialidades médicas em que necessita, sendo identificado pelo RG ou CPF, sabendo imediatamente o avanço de sua posição, até chegar a sua vez.

Aguiar também teve participação decisiva para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que aumentou o percentual de gastos estaduais na saúde. Foi um dos deputados que iniciou a articulação para

mobilizar 154 legislativos municipais, que em conjunto apresentaram a proposta da PEC da Saúde. E na Comissão de Finanças foi relator do substitutivo global que uniu aquela PEC com outra similar, reduzindo para três anos o tempo de progressão do aumento de verba, de 12% para 15% do orçamento estadual. Mais dinheiro em menos tempo. Cerca de R\$ 600 mil a mais por mês já em 2017.

Aguiar também abriu o debate sobre a destinação de sobras orçamentárias dos poderes à saúde, com uma PEC que pretendia ajudar especificamente os hospitais filantrópicos. A matéria aprovada este ano resultou na devolução de R\$ 100 milhões da Assembleia para o governo, e parte foi para os hospitais.

Aguiar chega à Vice-presidência da Assembleia

Deputado que cumpre seu quinto mandato e mantém intensa agenda na Assembleia e em sua base de atuação parlamentar, Antonio Aguiar chegou, em novembro, à Vice-presidência do Poder Legislativo, em eleição isolada para o cargo da Mesa Diretora. Eleito por unanimidade, ele vê reconhecida sua participação na Casa legislativa, onde é um dos deputados que mais apresenta projetos, sempre com atenção para temas fundamentais aos interesses da sociedade, como saúde, educação e infraestrutura.



Para responder como primeiro vice-presidente, precisou se afastar da presidência da Comissão de Educação, onde promoveu audiência pública que organizou o envio de relatório sobre o estado das escolas estaduais. Também deixou a Comissão de Educação, onde fez a defesa do orçamento regionalizado impositivo, que pretende garantir 3% da receita líquida corrente do Estado para investimentos, dos quais 40% para a saúde e educação.

Defensor da memória do Contestado

O gorro que imita a pele da jaguatirica, como os que jagunços utilizavam para se proteger do frio e dos espinhos da mata durante a Guerra do Contestado, foi o presente que Aguiar recebeu do historiador e defensor da cultura cabocla Vicente Telles, durante sessão solene que a Assembleia promoveu para lembrar os 100 anos do final do conflito que definiu os limites territoriais do Estado. Foi um reconhecimento ao interesse do parlamentar pelo tema, já que ele é autor da lei que tornou a Bandeira do Contestado símbolo regional de Santa Catarina, e da que instituiu a Semana do Contestado, sempre comemorada em outubro.

Aguiar também promoveu esse ano a sessão alusiva ao Dia do Médico, e indicou o Grupo Edelweiss, de São Bento do Sul, para receber a Comenda do Mérito Legislativo.





Carlos Chiodini PMDB

Idade: 34 anos
Formação/profissão: Empresário
Base eleitoral: Norte catarinense,
Vale do Itapocu
Mandatos: 2011-2015, 2015-2019



Projeto de lei do SC Bem Mais Simples é aprovado por unanimidade na Alesc

Lei que vai facilitar a vida do empreendedor catarinense já foi sancionada pelo governador

Por unanimidade, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou o projeto de lei 178/2016, que visa facilitar o processo de abertura e fechamento de empresas em Santa Catarina. “Esse é um projeto de desburocratização, muito importante para classe produtiva. Queremos estimular o empreendedorismo, criando um ambiente favorável com mais agilidade e eficiência”, explica o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Carlos Chiodini.

De autoria do Executivo, o projeto aprovado já foi sancionado pelo governador Raimundo Colombo. Ele institui o princípio da Autodeclaração e do Enquadramento Empresarial Simplificado (EES), relativo aos processos de concessão e renovação de alvarás, aberturas, alterações, licenciamentos e fechamentos de empresas, bem como de emissão de atestados. “Este primeiro passo, já existente em muitos países, faz com que os servidores públicos do Estado possam receber a documentação dos empresários por uma simples declaração sem comprovação ou fiscalização preliminar. Isto é acreditar na palavra do cidadão”, diz Chiodini.

O EES será disposto para as empresas que apresentam baixo grau de risco sanitário, ambiental e de segurança, a ser regulado pelos órgãos públicos que já estão preparados para adotar as medidas necessárias que vão garantir o imediato e integral funcionamento das empresas. O projeto começou a ser trabalhado pela SDS em 2015, com a criação do programa SC Bem Mais Simples. Em 2016 foi instituído um grupo de trabalho envolvendo diversos órgãos do governo, que juntos iniciaram a Jornada da Simplificação, passando por diversas cidades catarinenses coletando informações com os órgãos responsáveis pelo atendimento aos empresários e com as associações para a formulação do projeto.

Centro de Inovação de Lages é inaugurado

Com investimentos de R\$ 6,5 milhões, o governo do Estado entregou o Centro de Inovação de Lages. “Fortalecer o modelo catarinense de distribuição demográfica que faz toda a diferença em favor do Estado e que garante oportunidades iguais a todos os cidadãos”, disse o governador. A obra conta com quatro mil metros quadrados de área construída. São 35 salas para instalar empresas, mais espaços para coworking e áreas comuns. Além das empresas instaladas, outras poderão utilizar a estrutura para capacitações e consultorias ocasionais. Os Centros de Inovação estão sendo



construídos em Chapecó, Joaçaba, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Tubarão, Itajaí, Blumenau e está em processo de licitação em Brusque. Estão previstas unidades também em Criciúma, Florianópolis, Joinville e Rio do Sul. O Centro de Inovação de Lages recebeu o nome de Luiz Henrique da Silveira, em homenagem ao ex-governador e senador falecido em 2015.

Investe SC completa um ano alavancando o desenvolvimento econômico do estado

Para fortalecer a economia catarinense com investimentos de qualidade que supram as necessidades das empresas, foi criada a Investe SC - Agência de Atração de Investimentos, uma parceria entre governo do Estado e Fiesc. Após um ano do lançamento, a agência conta com mais de 170 parceiros cadastrados, dos quais 100 são investidores. Além disso, importantes parcerias foram firmadas, como o acordo de cooperação com a congênere suíça Switzerland Global Enterprise (S-GE) para promover investimentos e o comércio bilateral do Estado com o país europeu. Segundo o secretário da SDS, Carlos Chiodini, o modelo de parceria público-privada deve impulsionar o crescimento econômico em todas as regiões catarinenses.





Cesar Valduga

PCdoB

Idade: 54 anos
Formação/profissão: Bancário
Base eleitoral: Oeste catarinense
Mandatos: 2015-2019



PL que cria Política de Atendimento às Crianças com Gastrostomia é aprovado na Alesc

A proposta de instituir uma política de atenção para crianças submetidas ao procedimento de gastrostomia é de autoria do deputado Cesar Valduga e foi aprovada por unanimidade pelos deputados.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou o Projeto de Lei (PL) 269/2015, que institui a Política Estadual de Atendimento às Crianças com Gastrostomia. O projeto é de autoria do deputado Cesar Valduga (PCdoB), e visa assegurar a crianças submetidas ao procedimento de gastrostomia tenham direitos como atenção à saúde, inclusão social nas escolas e outros programas e ações integrantes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Gastrostomia é uma abertura feita cirurgicamente no estômago para o meio externo, com finalidade de facilitar a alimentação enteral para o paciente e administração de líquidos, quando a mesma está impossibilitada por via oral.

O autor do projeto comentou a importância da aprovação. "Fico feliz com a celeridade com que tramitou este projeto, e a sensibilidade dos parlamentares em aprová-lo. Certamente, foi um grande passo para melhorarmos a vida de crianças que precisam da gastrostomia para sobreviver", explicou.

O texto aprovado em plenário será encaminhado para a sanção do governador, tornando-se lei.

Projeto sobre direito dos animais recebe apoio de comissão da OAB

De autoria do deputado Cesar Valduga, o projeto de lei que dispõe sobre a definição dos maus-tratos aos animais recebeu apoio da Comissão de Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina (OAB-SC). O vice-presidente da comissão, Márcio Henrique de Almeida e Silva, reuniu-se com o deputado Valduga, para debater a tramitação do projeto.

Para Almeida e Silva, a proposta é importante e precisa de apoio por parte das associações de proteção aos animais e protetores independentes. "A Comissão de Defesa dos Animais da OAB de Santa Catarina apoia esta iniciativa, e vê como necessária a manifestação de apoio por parte de todas as pessoas e entidades que defendam os direitos dos animais em nosso Estado", reforçou.

Valduga falou sobre a intenção do projeto de lei e agradeceu o apoio da comissão. "O projeto que apresentamos tem a intenção de especificar ações ou omissões que atentem contra a saúde e a integridade física ou mental dos animais, viabilizando a autuação e respectiva punição, dentro do território de Santa Catarina. O apoio manifestado pela



Comissão de Direitos dos Animais da OAB só vem reforçar a necessidade de seguirmos trabalhando em prol dos direitos dos animais”, afirmou o parlamentar.

CCJ aprova fim da taxa de orçamento para produtos dentro do prazo de garantia
A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou por unanimidade em 2016 o projeto de lei PL 117/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga (PCdoB), que veda a cobrança de taxa de orçamento, no caso de instalação e manutenção de produto com garantia, por oficinas autorizadas de assistência técnica.

A aprovação teve como base o relatório emitido pelo deputado Altair Silva (PP), no qual o parlamentar argumentou ser prerrogativa concorrente da União, estados e Distrito Federal legislar sobre produção e consumo. O projeto recebeu o aval do Departamento de Defesa do Consumidor (Procon), e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).





Cleiton Salvaro PSB

Idade: 41 anos
Formação/profissão: Administrador
Base eleitoral: Sul
Mandatos: 2015-2019



Infraestrutura: Deputado Cleiton Salvaro luta por melhores condições das rodovias e pela mobilidade no Sul.

Em seu primeiro mandato, Salvaro tornou-se vice-presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, vice-presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresa e membro de outras três comissões

A estadualização da rodovia Jorge Lacerda (SC-108), a principal via de acesso para os motoristas que se deslocam ao extremo sul, foi uma das grandes conquistas de 2016, pois sob a jurisdição do município de Criciúma, a manutenção da via estava prejudicada. Com a estadualização, a rodovia entra no plano de recuperação do governo do Estado e, desta forma, tem garantida sua revitalização, o que, conseqüentemente, trará mais segurança para os motoristas.

Há apenas dois anos na Alesc, Cleiton Salvaro já protocolou 11 emendas parlamentares destinando verbas para a revitalização, reforma, construção de pontes e implantação de um Posto da Polícia Militar Rodoviária na região de Meleiro. A rodovia SC-445, principal ligação entre a BR-101 e Criciúma, também recebeu atenção especial do deputado, que, além de protocolar os pedidos para revitalização da via, solicitou a retirada de obstáculos fixos (reduzidores de velocidades e lombadas eletrônicas) que causam lentidão e, em casos mais extremos, insegurança aos motoristas.

A rodovia SC-390 que liga o município de Orleans até a Serra do Rio do Rastro, também foi alvo da atenção do deputado. Principal ligação entre o Sul e o Oeste, o estado de conservação da via é péssimo e o aparecimento de grandes buracos nas chuvas causam lentidão e perigo aos que transitam.

Parlamentar busca recursos para educação

A educação, como uma das prioridades do deputado Cleiton Salvaro, teve destinados cerca de meio milhão de reais para reforma e melhorias em escolas da região Sul. Dentre os valores que foram destinados, cerca de R\$ 50 mil são para a instalação de uma subestação de energia para a Escola João Frasseto de Criciúma, acometida por um incêndio na rede elétrica no ano de 2016.

O Colégio Joaquim Ramos também foi contemplado com verba que será destinada a substituição de parte da cobertura que está parcialmente deteriorada. Além disso, outras sete instituições de ensino receberam recursos, incluindo a Apae, que contará com novos equipamentos para terapia aquática, reforma e pintura.

O deputado intermediou, ainda, a doação de um micro-ônibus da Polícia Militar para a SATC, que usará o veículo para o Projeto Biblioteca Itinerante, que atende principalmente as áreas carentes.



Bancada do Sul: a união faz a força

Política sem partidarismo é uma das premissas do deputado Cleiton Salvaro, que se empenhou nos últimos dois anos em unir os parlamentares estaduais da Bancada do Sul para que lutassem todos pelas mesmas causas, fazendo ecoar mais forte a voz do Sul.

Muitas conquistas foram obtidas para região, e o segmento da saúde foi o que sentiu mais com a união dos deputados, que fez com que o governo estadual passasse a dar maior atenção aos hospitais, empenhando-se em resolver problemas históricos como o do Hospital Santa Catarina e Hospital São José, importantes para o atendimento da população do Sul.





Dalmo Claro PSD

Idade: 61 anos
Formação/profissão: Médico
Base eleitoral: Joinville
Mandatos: 2015-2019



Na luta por mais investimentos na saúde

O deputado Dalmo Claro participou da mobilização para a proposta de emenda à Constituição que aumentou os recursos para a saúde pública

Defensor da saúde pública de qualidade, o deputado Dalmo Claro percorreu a região norte do Estado apresentando às câmaras municipais a proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria dos deputados da área médica, para aumentar o repasse na área da saúde em Santa Catarina. O trabalho desenvolvido junto às câmaras resultou na aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2016, que aumenta de 12% para 15%, num período de três anos, o mínimo a ser aplicado pelo governo estadual na área da saúde. Por ano, o aumento de 1% representa o acréscimo de R\$ 110 milhões na pasta. A medida já está em vigor.

“É uma ação inédita do parlamento catarinense na defesa dos cidadãos mais carentes e que necessitam do SUS. A saúde é um setor prioritário e devemos buscar investimentos e melhorias dia a dia”, defende Dalmo Claro.

O parlamentar também teve atuação na elaboração de outros projetos em prol da saúde dos catarinenses. Ele e o deputado Fernando Coruja são autores projeto de lei nº 19/2015 que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos de insulina aos

portadores de diabetes. O PL foi aprovado em outubro deste ano.

Dalmo integra a CPI dos medicamentos

O deputado Dalmo Claro integra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a falsificação de medicamentos em Santa Catarina. Já foram colhidos 38 depoimentos de entidades e órgãos públicos.

Além dos medicamentos falsificados, a CPI está investigando a venda irregular e o contrabando de anabolizantes e suplementos alimentares, tópicos relatados pelo parlamentar, que ocupa a Vice-presidência da comissão.





Darci de Matos PSD

Idade: 55 anos

Formação/profissão: Técnico agrícola e economista

Base eleitoral: Joinville e região Norte

Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019



Avanço rumo à região metropolitana de Joinville

Municípios terão mais força agindo juntos; projeto de lei do deputado sobre o assunto tramita desde 2014 e o governo do Estado dá sugestões

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 15/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que cria a Região Metropolitana do Norte e Nordeste do Estado e cria a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana Norte/Nordeste (Sudern), deu um novo avanço no final de 2016. No dia 17 de novembro, o deputado se encontrou com o secretário de Planejamento, Cássio Taniguchi, e com o diretor-técnico da região metropolitana de Florianópolis, Lanes Randal, para discutir a melhor forma de colocar em execução a região metropolitana. O governo deverá mandar uma proposta substitutiva ao projeto que tramita na Alesc. Após a aprovação, governo e prefeitos irão implantar a Região Metropolitana e a Superintendência.

Diante da explosão populacional das grandes e médias cidades do Brasil, estão surgindo medidas efetivas para dar solução a este caos urbano. Duas delas merecem destaque. A primeira foi a criação do Estatuto da Metrópole, em 2013. Com este novo ordenamento jurídico, Estados e municípios ficam obrigados a formar conselhos para

decidir sobre questões metropolitanas. Os prefeitos que se recusarem a participar do planejamento conjunto poderão sofrer punições previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O segundo item importante foi a criação das regiões metropolitanas, cujos municípios que fazem parte delas têm uma série de benefícios. Um deles é a elaboração de um plano de desenvolvimento urbano integrado, que trate do uso do solo, preservação dos mananciais, mobilidade urbana, saneamento, etc.

Outra vantagem é a possibilidade do município receber compensação federal por serviços prestados. Um exemplo é o Hospital Municipal São José, de Joinville, que atende pacientes de outros municípios.

Mais verbas para a saúde

A Secretaria de Estado da Saúde, atendendo pedido do parlamentar Darci de Matos, agilizou a liberação de mais de R\$ 5 milhões para a saúde de Joinville em 2016. Desse montante, R\$ 1,8 milhão foram destinados para o Hospital São José (adequação de leitos da UTI, enfermaria e área de queimados); R\$ 2 milhões para a ampliação do PA Sul; R\$ 1,2 milhão para as Unidades Básicas de Saúde nos bairros e R\$ 164 mil para o Hospital Bethesda (aquisição de monitores multiparâmetro e custeio da instituição).



Hilário Dalmann, diretor do hospital que funciona no distrito de Pirabeiraba e realiza 7,8 mil atendimentos por mês, 93% deles pacientes do SUS, disse que este dinheiro chega em boa hora. “Vamos cobrir parte da folha de pagamento com esta verba, assim sobrá dinheiro para comprar medicamento e material.”

Dalmann revelou que os hospitais estão numa crise insustentável, “pois de cada R\$ 100 que gastamos com pacientes do SUS, só recebemos R\$ 60”.

Lei das Doulas beneficia futuras mães

A Lei das Doulas, de autoria de Darci de Matos e de Angela Albino, que garante a presença de doulas durante o período de parto e pós-parto imediato em maternidades e estabelecimentos hospitalares da rede pública e privada, já está beneficiando muitas gestantes no Estado. Doulas são as acompanhantes das parturientes que oferecem suporte afetivo, físico e emocional e de conhecimento para as mulheres antes, durante e após o nascimento de seus filhos.

Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que os partos de mulheres acompanhadas por doula evoluem com maior tranquilidade, rapidez e com menos dor e complicações.





Dirce Heiderscheidt PMDB

Idade: 59 anos
Formação/profissão: Assistente social
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019

A paixão pelo social move as ações da deputada Dirce

A luta pela inclusão social é a marca registrada da deputada Dirce Heiderscheidt.

Um dos desafios de 2016 foi a criação do Fundo Estadual do Idoso

Para a deputada Dirce Heiderscheidt, a luta por adoção de políticas públicas voltadas para a área social é um grande desafio. Idosos, mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência são prioridades na sua agenda parlamentar.

Basta constatar que duas de suas leis com grande visibilidade estadual instituem o Outubro Rosa e o Novembro Azul. Ambas intensificam as ações voltadas para a saúde da mulher e do homem catarinense.

Dirce também aprovou a lei que regulamentou o Disque 180, essencial para as denúncias de violência contra a mulher. “2016 foi um ano de desafios e conquistas”, resume a deputada.

Outra grande conquista foi a criação da Lei Agosto Dourado, que incentiva as campanhas voltadas para a amamentação. “Amamentar é um ato de amor”, lembra a parlamentar.

Outro projeto que ganhou visibilidade foi a instituição do Dia Estadual dos Protetores dos Animais, em 4 de outubro. A data é uma

homenagem ao santo padroeiro dos animais, São Francisco de Assis. “O principal objetivo foi destacar a importância dos protetores dos animais”.

Deputada também mantém atuação em prol da pessoa idosa

No primeiro mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a deputada Dirce Heiderscheidt criou o Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa e por duas vezes representou nosso Estado em eventos internacionais.

Como coordenadora do Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa da Assembleia Legislativa, a deputada tem o desafio de defender, efetivamente, a adoção de políticas públicas voltadas para os idosos catarinenses, que hoje correspondem a 10% da população do Estado. Estima-se que 624 mil pessoas estão com idade acima de 60 anos em Santa Catarina.

Sempre preocupada com a questão, ela solicitou ao governador Raimundo Colombo a criação do Fundo Estadual do Idoso e contou com o total apoio do presidente do Parlamento, deputado Gelson Merisio. “Um avanço fundamental para a implantação de políticas públicas para os nossos idosos”, afirma.



O desafio de criar o Fórum Parlamentar em Defesa das Mulheres Vítimas de Violência

A violência contra a mulher, um assunto que assusta e preocupa a sociedade, provocou a mobilização da deputada Dirce, que luta pela instalação de um Fórum Parlamentar em Defesa as Mulheres Vítimas de Violência em Santa Catarina.

A criação desse fórum é justificada por números assustadores: SC tem quase 50 mil casos de violência contra a mulher.

Do total de homicídios, 96% são passionais. “É uma realidade assustadora que nos motivou a buscar uma ação efetiva dentro do Parlamento”, disse.





Dirceu Dresch PT

Idade: 52 anos
Formação/profissão: Agricultor
Base eleitoral: Oeste catarinense
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015,
2015-2019



Presença e defesa do Estado forte para todos

Deputado cobra apuração de desvio de R\$ 1 bilhão em impostos da Celesc por meio do FundoSocial

“Vivenciamos um momento grave na política e na economia, no Brasil e em Santa Catarina”, avalia o deputado Dirceu Dresch. Para ele, o ano de 2016 termina envergonhado pelo golpe do impeachment sem provas, que tirou da presidência do país uma mulher eleita com 54 milhões de votos. “Em nosso Estado, o governador Raimundo Colombo desviou de finalidade R\$ 1 bilhão em impostos devidos pela Celesc. Somente das prefeituras, essa manobra tirou R\$ 250 milhões. O ato foi comprovado por órgãos de fiscalização, mas o pedido de impeachment foi rejeitado”, compara.

Conduzido por políticos corruptos, réus na operação Lava Jato, o golpe contra Dilma desestabilizou o país, gerando crise econômica e social, impondo uma agenda nefasta para a classe trabalhadora. “Medidas como a aprovação da PEC 55, que congela os investimentos sociais, em saúde e em educação por 20 anos, o projeto de reforma da Previdência, que destrói o direito à aposentadoria, e a futura reforma trabalhista vão impor um cenário ainda mais duro em 2017.”

Mesmo neste cenário conturbado e sendo um ano atípico, devido à eleição municipal, Dresch cita avanços importantes no Legislativo estadual, como o projeto que impede a cobrança dupla de ICMS da autogeração de energia elétrica e a proposta que fixa limites para o plantio de árvores próximo à rede elétrica. As duas matérias ganharam o apoio de vários segmentos da sociedade. Outra luta abraçada pelo deputado foi o projeto que isenta impostos das agroindústrias familiares e do turismo rural. A proposição foi acatada pelo governo estadual e resultou na aprovação da Lei do Microprodutor Rural. À frente da Comissão de Direitos Humanos, Dresch comemora a instalação do Centro Estadual de Atendimento ao Imigrantes e destaca a criação do Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, que recebeu R\$ 50 milhões de repasse da Alesc.

Manobra do governo prejudicou Udesc e Defensoria Pública

O deputado Dirceu Dresch encampou a luta pelo aumento do orçamento da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em 0,17% e para que a Defensoria Pública estadual tivesse recursos assegurados no orçamento estadual. Ele apresentou emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevendo a diminuição o duodécimo da Alesc para destinar a diferença para a Udesc e para a Defensoria. Mesmo com o apoio maciço da sociedade, as emendas acabaram rejeitadas.



Prevaleceu o acordo costurado pelo governo. Ao invés de injetar mais recursos no ensino superior catarinense, o governo enviou projeto diminuindo o percentual que cabe ao Legislativo para aumentar a parte que cabe ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Estadual. Por trás dessa manobra havia um acordo para evitar o impeachment do governador Raimundo Colombo por crime de responsabilidade, em decorrência do desvio de R\$ 1 bilhão em impostos da Celesc via FundoSocial. Uma auditoria do Tribunal de Contas evidenciou ilegalidades nessa operação. "O dinheiro que deveria fortalecer a educação e ampliar o acesso à justiça gratuita serviu para cobrir uma dívida oriunda de uma ilegalidade do governo."

Projeto corrige injustiça contra poeta Cruz e Sousa

Corrigir uma injustiça cometida há 133 anos contra o poeta João da Cruz e Sousa é o objetivo de um projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesc. A proposta reconhece simbolicamente o poeta catarinense como promotor público, direito que lhe foi negado na época devido à cor da sua pele. Em 1883, João da Cruz e Sousa foi nomeado promotor público de Laguna, mas não pôde tomar posse do cargo devido à pressão de políticos locais, que não aceitaram um negro na função.

"Mesmo tarde, precisamos fazer justiça a quem está aqui hoje, a todos os negros e negras que precisam ter seu espaço respeitado." Para Dresch, a discriminação que Cruz e Sousa sofreu continua todos os dias, com a vitimização da juventude pobre e negra deste país.





Dr. Vicente Caropreso PSDB

Idade: 60 anos
Formação/profissão: Médico neurologista
Base eleitoral: Jaraguá do Sul e região
Mandatos: 2015-2019



Eficiência é o foco na Assembleia

Considerado um dos parlamentares mais atuantes, o deputado Dr. Vicente busca marcar o mandato com muito trabalho para honrar a confiança depositada pelo povo catarinense

O parlamentar integra as comissões de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (presidente); Saúde (vice-presidente); Proteção Civil; e Prevenção e Combate às Drogas. Atuante nas discussões, Dr. Vicente tem colocado em pauta os assuntos de interesse da sociedade.

Desde o início do mandato, Caropreso destaca a necessidade de apoio aos hospitais filantrópicos. O deputado ressalta em seus discursos que “os recursos devem ser melhor distribuídos para que as instituições de saúde sejam contempladas de forma igualitária”. Estas entidades filantrópicas, que atendem cerca de 70 % da população de Santa Catarina por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), passam por sérias dificuldades e muitas correm o risco de fechar as portas.

O caso se agrava dia após dia devido aos atrasos de repasses e pela tabela desatualizada do SUS. Com isso, o deputado reforça a necessidade urgente de criação de uma linha de crédito para as entidades hospitalares que estão sendo sufocadas pelos juros abusivos cobrados pela rede bancária.

Ainda na área da saúde, Dr. Vicente foi o idealizador da audiência pública que debateu sobre a idade correta e a periodicidade para o início dos exames de mamografia. O motivo da realização do evento foi a decisão do Ministério da Saúde que restringiu o exame para pacientes assintomáticas com idade entre 50 e 69 anos. O parlamentar ressaltou que aproximadamente 50% das pacientes atendidas pelo SUS apenas descobrem a doença em estágio avançado. “Estes dados demonstram a necessidade do diagnóstico precoce, que aumenta as chances de cura em cerca de 90%”, reforçou o parlamentar, que é médico neurologista e vice-presidente da Comissão de Saúde.

Criança e adolescente

A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente promoveu em 2016 o 2º Seminário de Práticas Exitosas, que reconheceu e certificou 20 iniciativas de sucesso na área. Segundo Caropreso, presidente do colegiado, o evento foi promovido com o objetivo de criar um espaço de diálogo para troca de experiências e a reflexão sobre os avanços, dificuldades e desafios da política pública para a criança e o adolescente. “Queremos valorizar as pessoas que fazem a diferença. É o reconhecimento pelo excelente trabalho realizado”, comentou.

Também foram realizadas audiências públicas para tratar sobre o sistema socioeducativo



e sistema de medidas em meio aberto. O parlamentar teve participação efetiva na realização do colóquio sobre o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, contribuindo nas discussões e propondo ações. Da mesma forma, na campanha institucional Adoção - Laços de Amor, em que compartilhou a experiência pessoal de pai adotivo.

CPI dos Medicamentos: trabalho em prol da sociedade

Nos primeiros 120 dias de atividades, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investiga a falsificação de medicamentos, a venda irregular e contrabando de anabolizantes e complementos alimentares em Santa Catarina, colheu 38 depoimentos de representantes de entidades e órgãos públicos. As informações levantadas apontam muitas falhas em relação à certificação de qualidade dos medicamentos.

O deputado Dr. Vicente Caropreso, presidente da CPI, está convencido da importância dos resultados que estão sendo obtidos pelo grupo. Uma das informações levantadas é a fragilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para garantir a qualidade dos medicamentos à população brasileira.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adulteração de medicamentos causou a morte de 700 mil pessoas em 2014. Estima-se que até 20% dos remédios vendidos em farmácias sejam falsificados.





Fernando Coruja PMDB

Idade: 62 anos

Formação/profissão: mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), médico endocrinologista, professor universitário

Base eleitoral: Lages e região serrana

Mandatos: 2015-2019 (suplente)

Transparência nas filas do SUS e combate à falsificação de medicamentos

Parlamentar atuou como relator do PL e da CPI sobre os temas

O deputado Fernando Coruja foi o relator do projeto de lei que torna obrigatória a publicação na internet da lista de espera dos pacientes aguardando consulta na rede pública, já aprovado na Alesc.

Além disso, após estudar as consequências das ações nefastas da máfia bilionária que manipula a indústria de medicamentos falsificados, o deputado propôs a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa para debater o assunto. Ele atuou como relator da CPI dos medicamentos falsificados, que ameaçam a saúde da população em Santa Catarina e no país.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um quinto dos medicamentos comercializados no país são ilegais. Vindos do Paraguai, China e Índia, eles alimentam um mercado bilionário, que cresce 13% ao ano e que rendeu 200 bilhões de dólares em 2014, sendo mais rentável do que o tráfico de entorpecentes. As estatísticas sobre o tamanho desse comércio clandestino mostram que, na última década, a falsificação e a comercialização aumentaram 800%.

De acordo com pesquisadores da OMS, a pirataria de substâncias matou cerca de 700 mil pessoas no mundo em 2014 – não há dados específicos para o Brasil. Na opinião do deputado, existem três princípios determinantes para o sucesso da indústria de medicamentos falsos: “mercado, preço e fiscalização falha”.

Ação inédita em SC

No ano em que o Estado brasileiro atravessou a sua pior crise história, a bancada do PMDB na Assembleia Legislativa de Santa Catarina comemora a aprovação da PEC que amplia, em três anos, de maneira progressiva, a verba da saúde do orçamento estadual, de 12% para 15%. O deputado Fernando Coruja iniciou, com a bancada médica, a mobilização das câmaras municipais, e foram 154 as que respaldaram a proposta.

Coruja ressaltou que o encaminhamento da PEC da Saúde à Alesc, por meio do empenho das câmaras municipais propondo o aumento do repasse dos recursos da área, “é inédito em nosso Estado e um grande passo no sentido de demonstrar ao país que aqui em Santa Catarina priorizamos o cuidado com as pessoas”.

Distribuição gratuita de análogos de insulina

Outra conquista em 2016 foi a aprovação do PL 109/2015, que dispõe sobre a distribuição gratuita de análogos da insulina



aos portadores de diabetes inseridos em programas de educação para diabéticos. Com a aprovação, serão beneficiados os portadores de diabetes tipo 1 e 2 em uso de insulina, e de difícil controle com insulinas convencionais. Eles receberão os análogos de insulina necessários para o tratamento, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS).

Coruja destacou que “os usuários do SUS, na sua maioria, não têm condições econômicas de adquirir os análogos de insulina. Como o SUS não fornece estes produtos administrativamente, eles precisam recorrer ao Poder Judiciário para o suprimento da sua necessidade”. O parlamentar prevê que o fornecimento dessas medicações diminuirá as demandas judiciais, já que disciplinará o fornecimento e proporcionará o aumento significativo da qualidade e da expectativa de vida dos portadores de diabetes que necessitam dos análogos.





Gabriel Ribeiro PSD

Idade: 37 anos
Formação/profissão: Advogado
Base eleitoral: Serra catarinense
Mandatos: 2015-2019



Lei impulsiona a produção do queijo artesanal serrano

Proposta de Gabriel Ribeiro vai agregar renda às famílias queijeiras

Por quase uma década, queijeiros e técnicos da Epagri tentaram legalizar a produção e a venda do queijo artesanal serrano. Este sonho foi concretizado em agosto de 2016, quando o governador Raimundo Colombo sancionou a lei de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, cujo projeto havia sido aprovado por unanimidade pelo plenário da Assembleia Legislativa.

Até então, a produção do queijo era permitida apenas para consumo próprio, embora houvesse a venda clandestina, principalmente em pequenas feiras de produtos coloniais. A lei de Gabriel Ribeiro beneficia mais de 2 mil famílias que produzem o queijo artesanal a partir do leite cru. Mesmo na época da clandestinidade, segundo um estudo da Epagri, o produto agregava a renda média de R\$ 10,7 mil por família ao ano.

O deputado disse que, a partir da regulamentação do queijo, outros produtos artesanais poderão obter o mesmo status. “O queijo serrano, com a evolução das normas da vigilância sanitária, tornou-se um produto à margem da lei. A partir de agora, o queijo vai ter um papel importante na geração de renda para os pequenos produtores rurais.”

Colégio Militar

O Colégio Militar de Lages, o primeiro fora de Florianópolis, foi inaugurado em fevereiro de 2016. O deputado Gabriel Ribeiro se empenhou na conquista desta escola desde as primeiras tratativas e, depois, de todas as negociações, que incluíram a direção do Colégio Militar na Capital, o comando-geral da PM e as secretarias estaduais da Segurança e da Educação.

O parlamentar destaca que esta instituição de ensino forma cidadãos. Hoje, o colégio tem 70 estudantes e novas turmas serão criadas à medida que os atuais alunos do 6º ano forem progredindo.

Projeto social Fábrica de Gaiteiros se instala em Lages

Um show dado por jovens instrumentistas marcou a instalação, em Lages, da Fábrica de Gaiteiros, projeto social assinado pelo músico Renato Borghetti. O espetáculo foi o desfecho de uma história iniciada em maio de 2016, quando o deputado Gabriel Ribeiro encontrou Borghetti na cidade de Barra do Ribeiro (RS), na Grande Porto Alegre.

A Fábrica de Gaiteiros forma jovens músicos entre 7 e 15 anos. O parlamentar explicou a Borghetti que a Serra catarinense tinha muita ligação com o tradicionalismo, e pediu que o projeto social fosse desenvolvido em Lages. Os dois traçaram tarefas e começaram a trabalhar pela viabilização do pedido.



Gabriel Ribeiro entrou em contato com o Sesc, que encampou a ideia e passou a trabalhar com a perspectiva de instalar o projeto no prédio histórico do Colégio Rosa, recém-restaurado. A Fábrica de Gaiteiros oferece 35 vagas gratuitas, e os alunos podem levar a gaita-ponto para casa para ensaiar.

Proposta permite doação de sobras de alimentos

Tramita na Alesc projeto do deputado Gabriel Ribeiro que permite a doação de sobras de alimentos. Hoje, um restaurante é impedido de fazer doações a pessoas carentes. A proposta cria mecanismos que garantem a segurança alimentar para que a comida chegue com qualidade aos necessitados.

Além dos projetos, o parlamentar teve participações relevantes, como na luta contra a importação de maçãs da China. Ele defende o livre mercado, mas entende que a fruta chinesa traria um risco fitossanitário aos pomares brasileiros localizados na região Sul e a concorrência também seria desleal, em virtude dos altos subsídios asiáticos.





Gean Loureiro PMDB

Idade: 44 anos
Formação/profissão: Direito e Administração,
com pós-graduação em Engenharia do
Conhecimento
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandatos: 2015-2016



Deputado Gean buscou soluções para reforçar segurança em Florianópolis

Parlamentar realizou uma série de audiências públicas em todas as regiões da Capital

O ano de 2016 foi focado na busca de soluções para trazer mais segurança aos moradores da Grande Florianópolis e visitantes. Em conjunto com a Comissão de Segurança, o deputado e presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, Gean Loureiro, realizou uma série de audiências públicas nas diferentes regiões de Florianópolis visando discutir com a comunidade e as autoridades da área soluções a curto, médio e longo prazo, em busca de garantir mais tranquilidade aos bairros.

De acordo com o deputado, os mecanismos para melhorar a segurança devem ser estudados de acordo com cada bairro, que possuem particularidades próprias. "Há bairros em que os crimes mais comuns são as invasões de residências, outros que há mais roubos nas ruas. É por isso que levamos as audiências nos bairros, onde a solução para melhorar a segurança pode ser diferente em relação a outras regiões", explicou. Conforme Gean, as audiências contribuíram para diagnosticar a tipificação de crimes nas diferentes regiões.

Durante as audiências públicas, realizadas no primeiro semestre de 2016, foi possível perceber que as soluções vão além do aumento do efetivo policial. "Já sabemos que há falta de policiais e de uma maior estrutura investigativa para solucionar os crimes e também preveni-los. Para isso, estamos em constante cobrança aos órgãos responsáveis. No entanto, parcerias com a comunidade como o projeto Vizinho Solidário, melhor aparelhamento como o videomonitoramento, entre outras melhorias, podem trazer resultados consideráveis", concluiu.

Procon foi favorável a projeto que proíbe cobrança por hora cheia em estacionamentos

O projeto de lei do deputado Gean Loureiro que proíbe os estacionamentos de cobrarem hora cheia dos motoristas ganhou grande repercussão em Santa Catarina, com o apoio de consumidores e do órgão de defesa, o Procon.

De acordo com o Procon, a proposta não ofende o princípio da ordem econômica ou da livre iniciativa privada, pelo contrário. Segundo parecer, "o conteúdo a que pretende resguardar o projeto em andamento é de grande interesse público, já que permeia o âmago dos direitos afetos aos consumidores".

Se aprovado, o PL vai dividir a cobrança no



máximo a cada 10 minutos e não de hora em hora, como muitos estacionamentos vêm fazendo. Para o deputado Gean, não é razoável que motoristas paguem por tempo de permanência que não utilizam. “O modelo de cobrança utilizado atualmente chega a ser abusivo. Tem shopping cobrando o valor de 3 horas para quem só precisa ficar 30 minutos. E com estacionamentos não é diferente. O cidadão fica 1 hora e 10 minutos, mas paga o valor referente a 2 horas.”

Comissão de Turismo e Meio Ambiente ganhou destaque na Alesc

Presidida pelo deputado Gean Loureiro, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi além da análise dos projetos de lei dos parlamentares. Em 2016, o colegiado foi uma forte ferramenta da sociedade civil e de entidades na discussão e intermediação de conflitos e busca de soluções. Foram realizadas diversas audiências públicas, fóruns e reuniões temáticas buscando integrar o meio ambiente com o turismo. Um exemplo disso foi o impasse sobre a implantação da maricultura na Praia do Matadeiro, no Sul de Florianópolis.

Os residentes da região do Matadeiro, contrários ao projeto de maricultura na praia, reclamavam da falta de informação por parte dos órgãos responsáveis pela implantação. O presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Matadeiro (Amapram),

Ezinar Rodrigues, salientou que a fazenda marinha provocaria poluição de cascas e detritos sólidos provenientes da atividade de maricultura, além de estragar a paisagem do local, ponto turístico de Florianópolis. Com isso, entrou o papel da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que chamou audiência pública com todos os órgãos envolvidos e iniciaram uma discussão na busca de uma solução que favorece ambos os lados.





Gelson Merisio PSD

Idade: 51 anos
Formação/profissão: Administração
Base eleitoral: Oeste e Extremo-Oeste
Mandatos: 2005-2006, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Atuação em prol da Saúde

As duas principais medidas da área da Saúde desenvolvidas dentro da Alesc em 2016 tiveram o envolvimento do deputado Gelson Merisio desde o início das propostas

A PEC da Saúde (1/2016), aprovada em outubro por todos os deputados e promulgada por Merisio em novembro, é de sua autoria e vai aumentar o investimento mínimo na área para 15% até 2019. E o projeto de lei que deu origem ao Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos também foi uma ideia proposta por Merisio, que, após acordo, acabou sendo enviada como PL pelo Executivo, nos mesmo moldes do original, para evitar questionamentos de inconstitucionalidade. Após ser aprovado e criado, a Assembleia depositou R\$ 50 milhões no fundo para ajudar a retomada do mutirão de cirurgias e repassou outros R\$ 56 milhões para que o Estado pudesse quitar parte das dívidas que possuía com os hospitais.

PEC da Saúde

Com a queda na arrecadação de impostos e o aumento no número de pessoas sem plano de saúde, devido ao aumento do desemprego, a demanda por tratamentos no SUS subiu. Por isso, os deputados aprovaram uma emenda à Constituição estadual que aumentará em ao menos R\$ 660 milhões os recursos destinados para a área nos próximos três anos. Os valores que se somam ao sistema público de saúde serão em torno de R\$ 110 milhões a mais em 2017, R\$ 220 milhões em 2018 e R\$ 330 milhões em 2019.

A medida foi promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, no dia 9 de dezembro. A PEC aumenta dos atuais 12% para 15% o gasto mínimo obrigatório para a área, elevando gradualmente, um ponto percentual ao ano, o valor aplicado. O orçamento do governo estadual para 2017 já prevê que serão aplicados na Saúde pelo menos 13% de tudo que for arrecadado em impostos.

Estado enxuto

Os deputados aprovaram projeto em que o servidor que preencher as condições de aposentadoria pôde adiantar até seis parcelas devidas da licença-prêmio caso decidisse se retirar, acelerando o enxugamento no quadro de pessoal iniciado em 2015, quando foram extintos 50% dos cargos efetivos no Legislativo. Ao final do processo, o número terá caído de 818 servidores para 407. Uma lei já em vigor prevê que, à medida que os servidores de nível fundamental e médio forem se aposentando, seus cargos serão extintos (Lei Complementar nº 660).

A estimativa do Legislativo é que, ao não ter que repor todos esses funcionários após eles se aposentarem, a Assembleia economiza cerca de R\$ 12,5 milhões anualmente. Se não tivesse tomado essa medida da extinção das vagas, a Alesc seria obrigada a repor os cargos, por força de lei, mesmo que as atividades dessas funções não sejam mais necessárias. Quando encerrar o processo de redução do número de servidores, essa



economia do Parlamento chegará a R\$ 25 milhões ao ano.

Novo Fundo para retomar mutirão de cirurgias

A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 171/2016, que cria o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, Hemosc e Cepon. A proposta visava a retomada do mutirão de cirurgias e isso foi possível com uma injeção de R\$ 50 milhões que a Alesc realizou logo após a criação do fundo, em julho. Dos recursos destinados para a iniciativa, 90% foram utilizados com os mutirões de cirurgias, também para pagamento de procedimentos já realizados, e 10% repassados para o Hemosc e o Cepon. Essa divisão ocorrerá para qualquer valor depositado no fundo.

Repasso de R\$ 106,5 milhões para Saúde

Recursos foram resultado das economias feitas pelo Legislativo no ano passado e devolvidos ao Executivo. Foram duas transferências no mês de agosto. A primeira, de R\$ 56,5 milhões, foi feita na conta do governo estadual, a chamada fonte 100, para pagamento de dívidas da Secretaria da Saúde. Os outros R\$ 50 milhões foram destinados para o Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos para a retomada dos mutirões de cirurgias. Os dois depósitos só foram possíveis por conta de uma economia de R\$ 100 milhões realizada pela Alesc no orçamento de 2015. O dinheiro foi aplicado em uma instituição financeira e teve

rendimentos de R\$ 6,5 milhões no período.

Redução do próprio orçamento da Alesc

Para repor repasses devidos pelo governo estadual ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, o presidente da Assembleia Legislativa propôs a redução de 0,17 pontos percentuais do duodécimo da Alesc para garantir a devolução a essas instituições. A alteração já consta no orçamento de 2017. Em contrapartida, o Executivo se comprometeu a depositar um valor idêntico ao que o Parlamento abre mão no Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, como uma forma de manter o mutirão de cirurgias como uma política pública permanente.

A alteração foi aprovada em plenário na sessão do dia 6 de dezembro. Ao mesmo tempo em que deu exemplo de gestão, ao construir as condições para a redução do próprio orçamento da Alesc, o deputado Gelson Merisio aumenta os recursos disponíveis para duas instituições essenciais para o combate à corrupção, o MPSC e o TJSC, e cria condições para que expandam sua atuação em mais regiões de Santa Catarina.

Propostas em debate sobre segurança pública

Na questão da segurança pública, o deputado Gelson Merisio apresentou uma série de propostas no final de 2016 para que sejam debatidas ao longo de 2017. São vários projetos que formam um pacote para aumentar o efetivo da Polícia Militar

e interromper o processo acelerado de aposentadorias dentro da corporação. São eles o PL 399/2016, o PLC 24/2016, o PLC 25/2016, o PLC 26/2016 e o PLC 27/2016.

Cada um aborda uma questão, mas os principais pontos são: o fim da aposentadoria compulsória dos coronéis após seis anos no posto, que obrigava a PM a abrir mão dos seus quadros mais experientes e qualificados de forma obrigatória; e também uma medida que quer acabar com o incentivo à aposentadoria de PMs, que hoje deixam o efetivo da polícia militar muito cedo.

Essa última medida trata da questão da promoção automática com a aposentadoria. A mudança permite que o oficial solicite até dez anos a mais após alcançar o tempo necessário para se aposentar, recebendo duas promoções automáticas pela atuação nesse período, uma a cada cinco anos.

Outra proposta cria o programa "SC - Segurança para todos", baseado em um modelo já aplicado nos Estados Unidos que permite que policiais militares possam optar por um trabalho extra, mas fardado e com salário e viatura pagos pela iniciativa privada. Seria fora da sua escala habitual, fazendo segurança de áreas comerciais com grande público e eliminando a necessidade de que o policial faça bicos, o que é hoje ilegal, para complementar o salário. Ao mesmo tempo, continuaria representando a PM em um policiamento ostensivo, com efeitos práticos na melhora da percepção de segurança.



Ismael dos Santos PSD

Idade: 51 anos

Formação/profissão: Administração (Furb-1986), Letras (Furb-1991), Especialização em Qualidade na Comunicação (Furb-1998), Mestrado em Literatura (UFSC-2001), Doutorado em Literatura (UFSC-2006)
Base eleitoral: Blumenau e Vale do Itajaí
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandatos: 2008-2011, 2011-2015 e 2015-2019

Programa Reviver: mais que um auxílio, um suporte para as famílias catarinenses

Para o deputado Ismael dos Santos, o combate à dependência química é a principal bandeira

A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa atua, desde 2014, no desenvolvimento da Rede Estadual de Atenção a Dependentes Químicos - Programa Reviver, em conjunto com o governo do Estado, para financiamento de tratamento contra dependência química nas comunidades terapêuticas.

O Reviver atendeu 7 mil dependentes em programa de internação voluntária, na qualificação das comunidades terapêuticas, além dos aspectos técnicos, legais e institucionais. Na primeira etapa, o Estado repassou cerca de R\$ 12 milhões para 70 comunidades terapêuticas. Na segunda fase, 81 comunidades firmaram convênio com o programa. "Entendo que o Programa Reviver é uma resposta para o desespero de mães, pais e familiares que querem ver seus filhos longe das drogas. Entregamos um meio para estes catarinenses", ressaltou Ismael dos Santos, presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc.

Os convênios são firmados em contrato de seis meses, podendo ser prorrogados por mais seis. Cada comunidade pode ter 10

vagas subsidiadas, recebendo R\$ 1 mil por cada. Para que a comunidade terapêutica esteja habilitada, ela precisa ter no mínimo um ano de funcionamento e estar de acordo com a RDC 29, uma normativa da Senad. Também deve passar por uma avaliação estrutural e metodológica dos gestores da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (Fapescc).

Estabelecimentos de saúde devem informar quem são os profissionais escalados para o dia e horário de atendimento

O Projeto de Lei 128/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, foi aprovado no dia 22 de novembro. A norma assegura aos usuários dos estabelecimentos de saúde a informação sobre quais são os profissionais escalados para o atendimento.

Sendo assim, hospitais, ambulatórios e todos os demais estabelecimentos de atenção à saúde ficam obrigados a divulgar, em local visível, o nome dos profissionais escalados para o atendimento dos pacientes. Na divulgação deve constar, além do nome, o número de inscrição profissional, uma fotografia, a função ou especialidade e o horário de atendimento. "Esta lei vem para ajudar a população a saber qual a especialização do profissional da saúde que está atendendo", analisa Ismael.



Identificação de passageiros em viagens intermunicipais deve ser realizada pelas empresas

O projeto de Lei 20/2015, proposto pelo deputado Ismael dos Santos, busca inibir a ação de criminosos na utilização do transporte intermunicipal e também auxiliar no reconhecimento de passageiros em acidentes graves.

A partir de agora, os passageiros são identificados em suas passagens. “Muitas vezes, em acidentes graves, é difícil a identificação. Esta lei vai ajudar neste processo”, ressalta o parlamentar. Nas linhas com percursos inferiores a 100 quilômetros, a identificação será facultativa.





Jean Kuhlmann PSD

Idade: 41 anos
Formação/profissão: Administrador, com especialização em Administração Pública
Base eleitoral: Vale do Itajaí
Mandatos: 2008-2011, 2011-2015 e 2015-2019



Frente Parlamentar propõe soluções para reduzir a burocracia no poder público

Entre as iniciativas parlamentares de Kuhlmann no ano de 2016, destaca-se uma que busca facilitar a vida do cidadão

O deputado Jean Kuhlmann iniciou os trabalhos da Frente Parlamentar pela Desburocratização, instrumento com o qual o Parlamento pretende discutir e propor soluções para reduzir a burocracia no Estado.

A decisão de criar a frente surgiu após a ampla repercussão de leis como a 16.741, que acabou com a obrigação de autenticar em cartório cópia de documentos a serem entregues nas repartições do governo estadual. “O Parlamento tem o dever de debater a forma como o cidadão é tratado no poder público estadual. Essa frente está discutindo com a sociedade quais iniciativas devemos propor ao governo do Estado para reduzir a burocracia, mudar atos e fazer com que o catarinense sofra menos nesse processo”, destaca.

Entre as tramitações que sempre rendem críticas ao poder público estadual, estão a de licenciamentos de veículos e o demorado rito do licenciamento ambiental.

Lei da Maricultura

Já no início do ano, o governador Raimundo Colombo sancionou a Lei estadual 16.874, que declara a maricultura atividade de

interesse social e econômico e estabelece as condições para seu desenvolvimento sustentável em Santa Catarina.

O projeto foi uma proposta de Jean, e recebeu apoio unânime dos maricultores em audiência pública promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia. “Com a sanção da lei da maricultura, o produtor catarinense começa a ter maior amparo legal”, observa Kuhlmann.

O parlamentar lembra que o litoral catarinense é, sozinho, o segundo maior produtor de moluscos bivalves das Américas, perdendo apenas para o Chile.

Incentivo para a doação de sangue em Santa Catarina

Buscando incentivar a doação de sangue, Jean apresentou um projeto de lei que propõe a utilização de mensagens de texto, via celular, para informar quando o sangue do doador ajudou algum paciente a sobreviver.

De acordo com o projeto, o Hemosc e os hemocentros devem enviar mensagens de texto para cada doador de sangue em forma de agradecimento, logo após ter sido realizado o procedimento da coleta de seu sangue. Outro caso é quando o sangue coletado tenha sido utilizado para a sobrevivência e o restabelecimento da saúde de pacientes em procedimentos operatórios e de vítimas de acidentes.



Educação Inclusiva

Outra importante proposta de Jean resultou na criação da Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva em Santa Catarina, que será promovida sempre na segunda semana do mês de junho. Nela, serão realizadas atividades e criados programas de combate à exclusão e à intolerância, para garantir a prevalência do respeito e da dignidade de todos e para, por meio da educação, alterar o quadro existente na sociedade atual.

Recursos para o Vale do Itajaí

Jean Kuhlmann também trabalhou muito para garantir os recursos estaduais para as áreas de saúde, educação e infraestrutura dos municípios do Vale do Itajaí. Em 2016, foi iniciado o prolongamento da Via Expressa, hoje a maior obra do governo do Estado em execução. O investimento, de cerca de R\$ 200 milhões, será fundamental para melhorar a mobilidade urbana em Blumenau e região. Em março, foram assinados R\$ 9 milhões em convênios para três hospitais de Blumenau, para a Renal Vida e a prefeitura municipal. Em novembro, também foram assinados convênios com o município e com o Hospital Santa Isabel, no valor R\$ 3,8 milhões. Também o Hospital OASE de Timbó firmou convênio na ordem de R\$ 309 mil para aquisição de equipamentos.





João Amin PP

Idade: 36 anos
Formação/profissão: Mestre em
Administração
Base eleitoral: Grande Florianópolis
Mandatos: 2015-2018



Mandato propositivo

Atuação baseada na inclusão social, qualidade de vida e defesa do meio ambiente

Deputado estadual com atuação voltada para toda Santa Catarina, João Amin assegurou em 2016 um mandato engajado em políticas de inclusão social, desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente e pela gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. Nesta direção, apresentou uma série de projetos de lei, entre eles o que propõe a instituição de áreas de ocupação urbana consolidadas em Santa Catarina. São áreas urbanas ou de expansão urbana dos municípios nas quais existem construções predominantemente destinadas à moradia familiar, que tenham sido construídas e ocupadas antes de 30 de junho de 2016 e que estejam de acordo com o Código Estadual do Meio Ambiente.

Também são proposições do parlamentar o PL que estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública paralisada de placa contendo os motivos da interrupção; o PL que veda a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário nas localidades onde ao menos uma das atividades que compõem o serviço não é prestado diretamente pela concessionária ou pelo ente municipal; e o PL que cria a política estadual "Nova Chance", referente à obrigatoriedade da reserva das vagas para admissão de apenados, bem como

de egressos do sistema penitenciário nas contratações de obras e serviços pelo Estado de Santa Catarina.

Outra matéria proposta por Amin, já aprovada em Plenário, torna obrigatória a instalação de dispositivo de geoposicionamento (GPS) em caminhões limpa fossa para possibilitar a identificação do local onde é feito o despejo de dejetos. As empresas que prestam esse serviço também devem produzir relatório da atividade.

Saneamento

No decorrer de 2016, o deputado João Amin solicitou uma série de audiências públicas. Destaque para a que abordou o tema saneamento básico, reunindo mais de 400 pessoas no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis.

As reivindicações levantadas no evento foram: definição dos destinos finais adequados para os efluentes tratados; implementação de novas tecnologias; discussão do modelo de esgotamento sanitário; classificação temporária dos cursos d'água conforme resoluções do Conama; proibição de que córregos, manguezais, baías e lagoas sejam os destinos finais permanentes; aumento das fiscalizações e do rigor punitivo sobre infratores; apresentação do relatório de metas da Casan; fortalecimento dos conselhos municipais de Saneamento básico; ampliação do planejamento e da gestão dos esgotos



para regiões metropolitanas; e orientação para a população sobre a disposição dos esgotos.

Outras ações

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, João Amin encabeçou ações visando melhorias em diversas rodovias catarinenses, com destaque para a SC-407, que já teve autorizada a sua revitalização no trecho que compreende Antônio Carlos e Biguaçu.

Outras iniciativas foram as audiências que discutiram as demissões em massa da empresa Oi (antiga Telesc) e o PLC federal 257/2016, sobre o refinanciamento das dívidas públicas dos estados.

Também cabe destacar a doação do auxílio-moradia, benefício a qual todos os deputados têm direito. O parlamentar doou ao longo dos 12 meses de 2016 o valor a entidades sem fins lucrativos.





José Milton Scheffer PP

Idade: 57 anos
Formação/profissão: Engenheiro agrônomo
Base eleitoral: Sul
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019



Agricultura, Saúde e os direitos das pessoas com Síndrome de Down marcaram o mandato em 2016

A Lei nº 17.075, proposta pelo deputado Zé Milton e sancionada pelo governador, visa apoiar a apicultura no Estado, beneficiando diretamente os mais de 6,1 mil produtores catarinenses.

O deputado José Milton Scheffer teve aprovado em 2016 um projeto de apoio à apicultura em Santa Catarina. A proposta foi sancionada pelo governador Raimundo Colombo e transformada em lei, com o objetivo de alterar o Código Estadual do Meio Ambiente por considerar de interesse social as atividades relacionadas à apicultura, e assim permitir que os apicultores possam utilizar as áreas de APP, uma vez que a atividade é benéfica ao meio ambiente.

“A apicultura, além de movimentar a economia, em nada degrada o meio ambiente. Pelo contrário, as abelhas são benéficas ao ecossistema. Ao incentivarmos a apicultura, estamos promovendo a economia de forma sustentável”, defendeu Zé Milton.

Outro benefício é a garantia da conservação das matas e da biodiversidade que são fundamentais para que as abelhas retirem das plantas seu alimento, assim como as matas ciliares, que são excelentes fontes de alimentos para esses insetos e também são a garantia da recuperação dos recursos hídricos.

Em defesa da Saúde: medidas de apoio financeiro

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, o deputado Zé Milton é defensor de um sistema igualitário na saúde. Por isso, articulou dois grandes projetos para apoiar os hospitais filantrópicos e aumentar os recursos destinados a Secretaria de Estado da Saúde.

Um deles é Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e aos Hospitais Municipais. Inicialmente foram disponibilizados para o fundo R\$ 100 milhões oriundos das economias da Assembleia Legislativa. A lei prevê que no mínimo 90% dos recursos do fundo sejam destinados à realização de cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade e até 10% ao Hemosc e Cepon.

Outro projeto intermediado por Zé Milton foi a Emenda Constitucional nº 72/2016, que aumenta de 12% para 15%, num período de três anos, o mínimo a ser aplicado pelo governo estadual em saúde. A medida irá aumentar em R\$ 110 milhões a receita da saúde em 2017, já em 2019, quando atingir o percentual previsto, o incremento será de R\$ 660 milhões, que resultará em R\$ 2,7 bilhões a serem investidos.

“Estou honrado de ter participado da criação desta emenda que atende a reivindicação



da sociedade por mais investimentos em saúde. Vivenciamos as constantes dificuldades do setor, principalmente dos hospitais filantrópicos. Com esta emenda, garantimos mais uma ferramenta de apoio para compensarmos o déficit da saúde”, defendeu Zé Milton.

O deputado também propôs a emenda que visa à compensação dos recursos retirados da Assembleia Legislativa (0,17%, destinados ao MP e TJ). O texto define que os R\$ 30 milhões oriundos do percentual vão exclusivamente para os hospitais filantrópicos. Para o parlamentar, a medida é justa, visto que esses recursos são das sobras do Poder Legislativo que tinham como destino o Fundo de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc e Cepon e garantir mais cirurgias eletivas.

Inclusão: Em defesa das pessoas com Down

A defesa dos direitos das pessoas com síndrome de Down também é prioridade para o deputado Zé Milton. Em 2011, ele foi o proponente do Dia Estadual da Pessoa com Síndrome de Down. Desde então, em todos os anos são realizados o seminário estadual sobre a doença, evento este que tem sido fundamental na elaboração de leis e políticas públicas.

Das sugestões dadas nos seminários surgiram duas leis, ambas de autoria de Zé Milton. O Programa Estadual de Orientação sobre

Síndrome de Down, sancionado em 2107, na forma da Lei nº 17.095/2017, que cria o programa, que constituiu uma série de ações do poder público e da sociedade civil organizada, voltadas para a compreensão, apoio, educação, saúde, qualidade de vida, trabalho e combate ao preconceito com relação às pessoas com síndrome de Down, seus familiares, educadores e agentes de saúde.

A outra lei trata do Teste do Cariótipo. Com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento da criança por meio do atendimento e do estímulo desde os primeiros dias de vida, foi sancionada a Lei nº 17.080/2017, que dispõe sobre a garantia da realização do “Teste do Cariótipo” no recém-nascido que apresenta sinais sugestivos de síndrome de Down. O projeto foi aprovado em 2016.





José Nei Ascari PSD

Idade: 49 anos
Formação/profissão: Advogado
Base eleitoral: Sul, Grande Florianópolis e
Planalto Serrano.
Mandatos: 2011/2014 e 2015/2019



Mandato de atenção às pessoas com deficiência

Trabalho do deputado José Nei Ascari reforça inclusão e segmentos importantes para a sociedade, como saúde e atividade agroindustrial

Mantendo como sua principal bandeira a causa da pessoa com deficiência em Santa Catarina, o deputado estadual José Nei Ascari atuou em 2016 neste segmento com a apresentação de projetos de lei para garantir e ampliar direitos e na defesa da qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, também foi um parlamentar presente na discussão de assuntos de interesse da comunidade catarinense, principalmente atuando na relatoria de projetos na Comissão de Constituição e Justiça, onde Ascari é titular desde que ingressou no Poder Legislativo, em 2011.

O deputado também marcou presença nas ações de apoio aos municípios, atuando junto ao Poder Executivo para a liberação de recursos, realização de obras ou implantação de serviços para atender aos catarinenses. Também esteve ao lado das administrações municipais na apresentação do projeto de lei para isentar as prefeituras das taxas pagas no licenciamento ambiental para a extração de lavra para utilização nos trabalhos de manutenção e melhoria das estradas municipais.

Entre as propostas apresentadas pelo deputado José Nei Ascari para atender as pessoas com deficiência está a criação de uma central de empregos para pessoas com deficiência, a ser mantida pela Secretaria de Assistência Social. O projeto centraliza informações e ajuda no processo de inclusão.

Foi relevante também sua presença e participação em dois assuntos que mobilizaram a educação especial em Santa Catarina. No primeiro caso, atender o desejo dos dirigentes das Apaes, contrários ao novo processo de contratação de profissionais proposto pelo governo estadual, que desejava repassar recursos, ao contrário de disponibilizar diretamente os profissionais. Sua atuação nesse caso teve resultado positivo, com a manutenção dos atuais critérios. Depois disso, José Nei também esteve presente nas negociações com a Secretaria de Educação para permitir que as Apaes voltassem a contratar profissionais nas áreas de artes, educação física e informática.

Economia: atuação forte também na suinocultura

O ano de 2016 também foi de intensas ações do deputado José Nei Ascari para um dos principais segmentos da economia catarinense, a suinocultura. Na Assembleia Legislativa, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura Catarinense, o deputado foi um dos principais



defensores do segmento e articulador junto ao governo federal para ações de proteção ao segmento.

Ao lado de entidades como a Associação Catarinense dos Criadores de Suínos e da Comissão de Agricultura da Alesc, atuou junto ao governo do Estado para obter benefícios fiscais para fazer frente às dificuldades do setor, como a redução da alíquota do ICMS para comercialização de suínos vivos que, apesar de temporária, foi importante para os produtores. Mesmo ampliando consideravelmente o volume de exportação da carne, a suinocultura enfrenta uma crise e a ação da Frente Parlamentar foi importante para auxiliar o setor.

José Nei foi relator do projeto que criou fundo de apoio aos hospitais

A saúde foi um dos principais assuntos debatidos no Parlamento Catarinense em 2016 e o deputado estadual José Nei Ascari atuou diretamente em um dos temas positivos de maior repercussão nesta área. Ele foi o relator na Comissão de Constituição e Justiça da Alesc, do Fundo de Apoio aos Hospitais de Santa Catarina, ação liderada pelo Poder Legislativo que destinou para a saúde os recursos obtidos pela economia gerada na Alesc e pelos outros poderes e que já garantiu mais de R\$100 milhões para o setor. Em seu relatório, o deputado votou pela aprovação do Fundo, com destinação de 10% dos valores arrecadados para manutenção do Cepom e Hemosc.





Kennedy Nunes PSD

Idade: 46 anos
Formação/profissão: Jornalista
Base eleitoral: Joinville
Mandatos: 2007-2011, 2011-2015
e 2015-2019



Cuidar do bem público é valorizar as pessoas

Deputado Kennedy Nunes buscou recursos para a construção de hangar para a Polícia Militar em Joinville, o que trará economia para os cofres públicos

Você já imaginou um helicóptero que custa R\$ 3,6 milhões ficar ao relento, enquanto a caminhonete que faz o reboque dele ter garagem própria? É isso que Kennedy Nunes viu quando visitou no ano passado a 2ª Companhia do Batalhão de Aviação da Polícia Militar de Joinville.

Kennedy se indignou e prometeu buscar recursos para um hangar para a aeronave. Hoje o helicóptero atende as regiões Norte e Nordeste de Santa Catarina, num total de 44 cidades, cobrindo uma área de 17,5 mil quilômetros quadrados e protegendo 2,2 milhões de pessoas.

Em 14 anos, o Graer já realizou mais de 10 mil missões e 3,7 mil salvamentos, tem caráter operacional de multimissão, com ações de policiamento preventivo e repressivo, além de resgates e salvamento em terra e no mar; transporte de órgão; fiscalização ambiental; e apoio aéreo a diversas entidades civis e militares.

É um patrimônio adquirido com dinheiro público e precisa ser bem cuidando.

Essa aeronave não possuía hangar, e por um contato feito pelo major Machado, comandante da 2ª Cia BAPM, essa realidade mudou. Através de uma emenda parlamentar, Kennedy conseguiu R\$ 630 mil para a realização desse projeto.

A importância dessa estrutura para abrigar o helicóptero é a economia para os cofres públicos. O Estado vai economizar cerca de 100 mil dólares por ano somente com as manutenções da aeronave, que poderão ser realizadas em Joinville, antes realizadas em Curitiba. Além disso, com o deslocamento, ficava sem atendimento toda a região.

O esforço de Kennedy para realizar esse projeto rendeu-lhe uma homenagem com a Comenda de Amigo do Batalhão de Aviação, na ocasião da comemoração aos 30 anos de Operações Aéreas. A indicação veio da 2ª Companhia do Batalhão de Aviação em Joinville.

“Conversando a gente se entende”

Esse foi o tema sugerido pelo deputado Kennedy na abertura da Semana da Conciliação, em Florianópolis, realizada entre os dias 21 e 25 de novembro de 2016. É uma das principais ações do Conselho Nacional de Justiça e o evento que entrou no calendário do Estado por meio de uma lei do deputado Kennedy (nº 15.445), com o objetivo de incentivar a solução de conflitos



judiciais que poderiam durar anos, e com um acordo o cidadão poderá resolver litígios em pouco tempo. O evento conta com ações relacionadas a saúde, educação, cultura, esporte e lazer, onde o Tribunal de Justiça conseguiu parceria com diversas entidades, de modo a oferecer serviços de forma gratuita à comunidade.

Esse evento é dos mais importantes para o cidadão, por aproximá-lo do Poder Judiciário. A ideia do parlamentar é apresentá-lo para as prefeituras do interior para que outras cidades também realizem o evento.

Participações em missões internacionais

Em 2016, Kennedy Nunes, membro da Comissão de Relações Internacionais e do Mercosul da Alesc, vice-presidente da UPM e membro da diretoria da Copa (Confederação de Parlamentares das Américas), estreitou laços com vários países, nas missões representando nosso Estado e o Brasil.

Atuação como Observador das eleições no Peru; reuniões da UPM em Montevidéu, uma para incluir a UPM no Parlasul e outra para avaliar as condições do povo venezuelano. A missão à China e Taiwan serviu para conhecer o tratamento de resíduos sólidos e apresentar nosso Estado às nações envolvidas no evento.





Leonel Pavan PSDB

Idade: 62 anos
Formação/profissão: Empresário
Base eleitoral: Balneário Camboriú
e Vale do Itajaí
Mandatos: : 2015-2019



Experiência a favor de Santa Catarina

Leonel Pavan utiliza sua vasta experiência política na Assembleia Legislativa para atuar em prol do desenvolvimento do Estado

Ex-prefeito de Balneário Camboriú por três vezes, ex-senador da República e deputado federal, também vice-governador e governador do Estado, além de ter passado pelo cargo de vereador, Leonel Pavan tem utilizado sua experiência parlamentar e de cargos de chefe do Poder Executivo na Assembleia Legislativa.

Como único representante direto da região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri), Leonel Pavan ocupou a 2ª vice-presidência da Mesa Diretora da Alesc e durante o ano de 2016 intensificou iniciativas em defesa de projetos e ações na área do fortalecimento do turismo regional, educação, infraestrutura e segurança pública. Destaque para outros temas de interesse regional e estadual, como a defesa dos setores econômicos, direitos do consumidor e a integração municipal para consolidar e avançar na manutenção da boa qualidade de vida da população.

Atualmente, o deputado também ocupa o cargo de presidente do Parlasul, colegiado que reúne os deputados estaduais dos quatro estados do Sul: Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Foi

eleito ainda vice-presidente para o Brasil da União dos Legislativos do Mercosul (Unale).

Projetos e ações desenvolvidos para vários setores da sociedade

Em apenas dois anos de mandato parlamentar, Leonel Pavan já teve 11 projetos aprovados e transformados em lei, além de outros 17 projetos que estão em andamento na Alesc. Só em 2016, apresentou 189 proposições dispendo sobre os mais variados setores de atividades econômicas, sociais, esportivas, turísticas, educacionais, além de prevenção e proteção do cidadão em relação a catástrofes naturais.

Entre os projetos aprovados, destaca-se o que responsabiliza os clubes profissionais do estado pela educação dos atletas menores de 18 anos a eles vinculados, garantindo as matrículas e frequência às aulas, com o objetivo de estimular o avanço educacional no meio esportivo. Também serve como instrumento de proteção ao futuro de milhares de jovens que abandonam os estudos para tentar o tão sonhado contrato profissional de futebol.

Outro projeto aprovado e transformado em lei obriga as instituições financeiras que operam com cartão de crédito a disponibilizarem serviços de alerta de compras e de fechamento de faturas com saldo a pagar. A iniciativa contribui para aumentar a segurança e proteção do consumidor. Ainda na área



educacional, Leonel Pavan também conseguiu a aprovação de projeto que torna obrigatória a realização de atividades destinadas à orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas do estado a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.

Apoio ao turismo, saúde, segurança e infraestrutura

A manutenção e revitalização das rodovias estaduais e federais catarinenses também foram pleitos constantes durante o ano, com destaque para a cobrança da conclusão da duplicação da BR-470, da BR-280, bem como da iluminação e melhorias na SC-414 que liga o Parque Beto Carrero World à BR-101 e Navegantes a Luiz Alves, beneficiando moradores da região e turistas que movimentam a economia regional.

Leonel Pavan também fiscalizou e acompanhou de perto a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, obra que licitou quando governador do Estado e que deve ser concluída em 2017, contribuindo para gerar movimentação e renda na cidade e região durante todo ano. Ao mesmo tempo, cobrou agilidade na execução de obras emergenciais de dragagem no Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes, vitais para a economia regional, assim como intercedeu junto ao governo federal em defesa do setor pesqueiro.

Outros esforços foram no sentido de ampliar os efetivos policiais para a região da Amfri, incluindo reforço maior na temporada de verão e apoio aéreo com helicópteros, além de liberação recursos para hospitais e apresentar projeto com atendimento prioritário para portadores de diabetes.





Luciane Carminatti PT

Formação/profissão: Professora
Base eleitoral: Chapecó
e Oeste catarinense
Mandatos: 2011-2015 e 2015-2019



Luta pela educação: prioridade em momento de desmonte do ensino público

Autora de projetos que defendem mais participação da comunidade nas escolas e incentivam o investimento na educação pública, Luciane é vice-presidente da Comissão de Educação da Alesc e realiza diversas ações em apoio ao magistério

Como professora e vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, Luciane atua intensamente em defesa dos estudantes, professores e da rede pública de ensino. “Neste momento em que a educação volta a ser rebaixada na lista de prioridades do governo federal, é crucial que os catarinenses se posicionem em favor do ensino”.

Em outubro, a Alesc aprovou uma moção proposta pela parlamentar em repúdio à reforma do Ensino Médio. A deputada também questiona a PEC 55 (241 na Câmara), que congelará os investimentos públicos em 20 anos.

Luciane foi responsável pela convocação do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que foi à Alesc para esclarecer pontos do plano de carreira do magistério, e pela homenagem aos 50 anos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte/SC). Também denunciou o Estado pela situação de escolas da rede pública – como a EEB

São Miguel, em São Miguel do Oeste, cuja reforma deveria ter sido concluída em 2014, mas sequer tem perspectiva de conclusão. Em Fraiburgo, a EEB Gonçalves dias aguarda por reforma há 12 anos.

Autora da lei que concede meia-entrada em eventos esportivos a professores, aprovada em agosto, a deputada ressalta a importância do apoio ao magistério. “Não há como defender a educação sem valorizar a carreira”, enfatiza. Também contestou decisões do governo estadual, que extinguiu vagas de professores de informática na rede pública e não abonou faltas de greve compensadas pelos professores.

Luciane é autora dos seguintes projetos de lei:

- Realização de consulta à comunidade antes de reformas nas escolas;
- Autonomia e gestão democrática escolar pela escolha de diretores;
- Proibição da terceirização do serviço de alimentação escolar e compra de produtos da agricultura familiar;
- Destinação de 20% dos recursos devolvidos pela Alesc, Ministério Público, Justiça e Tribunal de Contas de SC para o Centro Educacional do Oeste (CEO), da Udesc.

Igualdade para o Oeste

A defesa do Oeste de SC foi uma das maiores preocupações da deputada Luciane em 2016. Líder da oposição na Alesc, a parlamentar



cobrou mais atenção da administração estadual à região, historicamente prejudicada, com as seguintes ações:

- **CÂMARA REGIONAL:** Iniciativa inédita no país, a Câmara Especial de Chapecó permite que audiências judiciais sejam realizadas no Oeste. O envio de processos foi interrompido, e a deputada Luciane vem realizando encontros e debates para manter a Câmara na região.

- **HOSPITAL REGIONAL:** O centro atende 1,5 milhão de pacientes, mas recebe menos que unidades de porte semelhante. “Como um hospital de 300 leitos pode receber cinco vezes menos que um com 100 leitos?”, questionou Luciane ao secretário de Saúde de SC, João Paulo Kleinübing. A deputada solicitou que o governo esclareça os critérios da distribuição. “Precisam ser técnicos, e não políticos”.

- **BR-282:** A deputada também reprovou a decisão do governo federal em dividir com outras rodovias a emenda de R\$ 152 milhões aprovada para a recuperação da BR-282 no Oeste. “É o principal acesso da região ao restante do Estado, mas está em completo abandono”, lamenta.

- **SEGURANÇA PÚBLICA:** Luciane tem trabalhando permanentemente pela ampliação do efetivo de policiais militares

e civis, via concurso público. Também tem lutado contra a retirada de policiais do Oeste no verão: “Já são poucos, e ainda são retirados na temporada”.

Defesa da vida e da saúde da mulher

Na busca por mais participação feminina na vida pública e política, Luciane é autora de projetos e diversas ações que estimulam a inserção no mercado de trabalho, os cuidados com a saúde e o combate à violência contra a mulher:

- **SAÚDE:** Preocupada com o aumento nos casos de câncer na tireoide, a deputada protocolou o projeto de lei que obriga hospitais, clínicas e laboratórios a disponibilizarem protetores de pescoço

durante raios-x, mamografias e tomografias.

- **PROTAGONISMO:** Entre diversas ações, a deputada é autora do projeto que fornece capacitação a mulheres que sofreram violência doméstica, como forma de incentivar a independência delas.

- **CONTRA A VIOLÊNCIA:** Luciane é autora de projetos como o que dá às mulheres o direito de desembarcar do ônibus fora das paradas no horário noturno e o que amplia o horário das delegacias da mulher, que hoje funcionam das 13 às 19 horas, de segunda à sexta. A Alesc aprovou o projeto que obriga as delegacias especializadas a fornecerem registros e estatísticas de crimes contra a mulher.





Manoel Mota PMDB

Idade: 75 anos
Formação/profissão: Empresário
Base eleitoral: Sul catarinense
Mandatos: 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

Mota busca resultados para população catarinense

Pela sétima vez, deputado assume uma cadeira no parlamento catarinense e vê suas bandeiras de trabalho sendo concretizadas

Em seu sétimo mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado estadual Manoel Mota trabalha para defender o Extremo Sul e tem o compromisso de mostrar resultados e buscar o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.

Em 2016, o parlamentar abraçou causas que com certeza marcarão sua trajetória política. Uma delas foi a mobilização para evitar o fechamento da Receita Federal em Araranguá. A unidade, que está na cidade há mais de 40 anos, corria o risco de ter suas atividades encerradas. O processo foi revertido e a agência foi mantida.

A valorização de quem faz a diferença também faz parte da rotina do parlamentar. Tanto que ele concedeu a Comenda do Legislativo Catarinense em 2016 para o prefeito reeleito de São Ludgero, Volnei Weber, que alcançou a aprovação de 78,16% do eleitorado de seu município. Para Mota, a homenagem é um reconhecimento ao grande empreendedor que contribui para o crescimento da sua cidade.

Projetos de lei aprovados ganham grande repercussão

Dois projetos de autoria do deputado também tiveram bastante repercussão neste ano. O PL 484/2015, apensado ao 476, que pretende liberar a bebida alcoólica nos estádios, tem por objetivo alavancar o movimento econômico para os clubes.

Já o PL 564/2015 estabelece que as empresas produtoras de mandioca poderão denominar como polvilho azedo apenas o amido resultante de processo de fermentação natural e secagem ao sol. “A normativa estabelecida através deste projeto de lei é fundamental para manter o agricultor no campo”, acredita Mota.





Marcos Luiz Vieira

PSDB

Idade: 63 anos

Formação/profissão: Bacharel em Direito

Base eleitoral: Grande Florianópolis e

Grande Oeste



Mandato voltado para o desenvolvimento catarinense

Deputado Marcos Vieira esteve à frente da regulamentação do Orçamento Regionalizado e foi relator das quatro maiores responsabilidades da Assembleia no ano

Pelo segundo ano consecutivo e pela segunda vez ao longo dos três mandatos, o deputado estadual Marcos Vieira presidiu a Comissão de Finanças e Tributação, uma das mais importantes da Alesc. Em 2016, ele esteve à frente, pela Comissão de Finanças, da regulamentação do Orçamento Regionalizado, instrumento usado pela Assembleia Legislativa para estar mais perto das comunidades e, assim, definir as prioridades para cada região catarinense.

Foram realizados 36 encontros e - fato inédito na história do Orçamento Regionalizado - foram feitas reuniões inclusive os sábados. Com a regulamentação do Orçamento Regionalizado, os encontros ganharam uma importância que até então não tinham, já que obriga o governo do Estado a destinar 3% da receita corrente líquida do Estado para atender as demandas apontadas em cada um dos encontros.

“Caso esta medida já estivesse valendo, este ano seriam R\$ 531 milhões disponíveis para as ações. Então, agora, só falta a votação em Plenário para que a regulamentação entre

em vigor. Mas na Comissão de Finanças exercemos o nosso papel parlamentar, defendendo a aprovação”, explicou Marcos Vieira.

A nova dinâmica do Orçamento Regionalizado aumentou a participação popular, já que o público, sabendo que as ações sairão do papel, se mobiliza. “Foram várias as audiências em que o salão estava completamente lotado de moradores das cidades que também exerceram seu papel como cidadãos”, concluiu o deputado Marcos Vieira.

Até então, o governo do Estado já vinha realizando aproximadamente 70% das obras definidas durante as audiências, mas, com a aprovação da regulamentação em Plenário, o que deve ocorrer no início de 2017, este percentual chegará aos 100%.

Marcos Vieira é relator do Orçamento do Estado

Considerada uma das principais atribuições da Assembleia Legislativa, a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), teve como relator o deputado estadual Marcos Vieira.

A LOA estima a receita e fixa a despesa do Estado para 2017. A previsão, tanto de receita quanto de despesa, para o próximo ano é de R\$ 25 bilhões, quantia que representa um



incremento de 3% em relação a 2016. Vieira destacou, ainda, que o projeto contempla as subações apresentadas durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado, promovidas pela Alesc em 2016.

Estas peças são fundamentais para Santa Catarina, pois representam o quanto será investido e os recursos destinados para as ações. “Por isso estudamos exaustivamente cada item dos documentos para que possamos nos certificar que todas as áreas estão sendo atendidas com o devido merecimento”, explica Marcos Vieira.

Santa Catarina tem justiça tributária

Autor da Lei nº 16.597, de 19 de janeiro de 2015, o deputado Marcos Vieira acompanhou em 2016 o incremento na receita em diversos municípios que foram beneficiados pela sua iniciativa. Chamada de Justiça Tributária, a Lei modifica o repasse de parte do ICMS para os municípios que possuam empresas exportadoras. Com a alteração, alguns municípios tiveram um acréscimo de até R\$ 1 milhão em recursos.

“Assim se reverte uma injustiça que estava sendo cometida em Santa Catarina, onde municípios que nada produziam ficavam com a maior parte do imposto adicionado, quando deveria ficar na origem. Este recurso com certeza será aplicado na melhoria da qualidade de vida nos municípios como

Concórdia, Videira, Ipumirim, Jaraguá do Sul, Criciúma e vários outros”, citou o deputado Marcos Vieira.





Mário Marcondes

PSDB

Idade: 49 anos

Formação/profissão: Advogado

Base eleitoral: São José e Vale do Rio Tijucas

Mandatos: 2015-2019



Deputado Mário é atuante em favor dos interesses de Santa Catarina

Educação, segurança e infraestrutura são algumas áreas em que o parlamentar tem se destacado

O deputado Mário Marcondes, que estreou na Assembleia em 2015, já se consolidou como um dos mais atuantes do Parlamento Estadual. Neste curto espaço de tempo, apresentou 22 Projetos de Leis Complementares, protocolou 88 indicações e fez 23 pedidos de informação aos mais diversos órgãos, dentre outras ações. O deputado também empunha algumas bandeiras que são demandas constantes da sociedade catarinense, como a segurança pública e a educação.

No setor de segurança, o deputado Mário se tornou referência. Com base em muita pressão e uma audiência pública, solicitada pelo parlamentar e que lotou a Alesc, o governo do Estado, depois de quatro adiamentos, resolveu chamar policiais aprovados no concurso público de 2015. São aproximadamente 1,3 mil novos integrantes das forças de segurança, incluindo polícias Militar e Civil, IGP e Corpo de Bombeiros Militar.

Na área educacional, além de ser o parlamentar que incentiva o Ensino a Distância (EaD), Mário Marcondes também defende uma PEC de sua autoria que

destina 5% dos recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual às universidades municipais, e gratuitas, de São José e Palhoça.

Projetos em várias áreas

É impossível resumir toda a atuação do deputado Mário neste espaço. Mas ele tem projetos fundamentais, bem como ações de fiscalização do Executivo estadual, que é uma das atribuições do parlamentar. É de autoria dele o Projeto de Lei que institui o Conselho Estadual de Segurança, uma instância fundamental para aproximar a sociedade dos órgãos policiais e reavivar o papel dos Consegs estado afora.

Mário Marcondes também fez indicações no sentido de cobrar do governo estadual a lista dos municípios inadimplentes com a Fazenda catarinense. Na outra ponta, ele pede ao Executivo que, assim como a União aceitou renegociar as dívidas estaduais, que o Estado proceda da mesma maneira, dando mais fôlego aos municípios catarinenses.

A favor dos professores

Embora o governo tenha pressionado os deputados da chamada base, Mário Marcondes não se dobrou e no fim de 2015 votou contra a proposta do novo plano de magistério apresentado e aprovado pelo Centro Administrativo. A polícia teve que ser acionada na triste sessão que, entre outras coisas, “flexibilizou” a contratação de ACTs



e a incorporação da regência de classe, que retirou um direito dos trabalhadores da educação. “Acima de tudo, sou a favor do que é justo, correto e os professores estavam com a razão naquele momento. Votei com a consciência,” afirma e reafirma o parlamentar.

Ensino a distância

O deputado Mário foi também o autor da ação judicial, antes mesmo de assumir o mandato, que incluiu alunos de EaD nas bolsas do artigo 170. “Era um absurdo, em setembro de 2014 saiu a decisão favorável. Hoje, milhares de alunos conseguem permanecer estudando com bolsas de estudo devido a esta conquista”, frisa o parlamentar.

Deputado Mário defende permanência de Cohab

O deputado Mário Marcondes está analisando o projeto enviado pelo governo do Estado para extinguir a Cohab. Mas já tem posição firmada. É contra a extinção da companhia habitacional.

A empresa poderia assumir administração do Programa Lar Legal, que foi terceirizado é alvo de investigações acerca de gravíssimas irregularidades. “Além do custo para a regularização das propriedades de pessoas humildes, R\$ 900 em média, há investigações sobre fraudes no programa (muita gente pagou e não recebeu o título de posse). A Cohab poderia fazer esse trabalho a um custo três vezes menor. Nenhum outro setor do

governo de Santa Catarina tem estrutura para isso,” argumenta o parlamentar, lamentando, ainda, a falta de uma política habitacional e de regularização fundiária efetiva em Santa Catarina.





Maurício Eskudlark

PR

Idade: 58 anos

Formação/profissão: Delegado aposentado e advogado

Base eleitoral: Oeste e Vale do Itajai

Mandatos: 2003-2007, 2011-2015, 2015-2019



Diálogo com a sociedade e presença nos municípios é a marca de Maurício Eskudlark

Atuação do deputado fortalece ações voltadas à segurança, saúde e infraestrutura dos municípios.

Mantendo um diálogo forte e próximo do cidadão, o deputado Maurício Eskudlark pautou sua atuação no fortalecimento das bases. Ao longo do ano, percorreu todas as regiões do Estado. Líder do Partido da República na Assembleia Legislativa, o parlamentar está no seu terceiro mandato como deputado. É o atual vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, setor que possui grande conhecimento, já que é advogado e ex-delegado geral de Polícia Civil do Estado, com mais de 30 anos de atuação. Eskudlark também integra as comissões de Pesca e Aquicultura e Turismo e Meio Ambiente.

No segundo ano do terceiro mandato, Eskudlark continuou com sua principal marca de atuação, que é o foco na defesa dos municípios. Buscou fortalecer setores como a saúde, agindo na cobrança de recursos públicos para ampliar as especialidades no interior e o funcionamento dos hospitais de médio, pequeno porte e comunitários. Também lutou pelo aumento dos repasses de recursos do Estado para investimentos nas áreas de agricultura, segurança pública e obras de infraestrutura. “Em um momento em que a arrecadação vem caindo, e as despesas públicas aumentam,

nossa atuação se faz ainda mais necessária. É preciso ter responsabilidade nas decisões e achar formas de fortalecer os municípios, pois é lá que vivem as pessoas.”

Uma das ações nesse sentido foi realizada ainda no primeiro mandato do deputado, com a criação das Regiões Metropolitanas do Extremo-Oeste, Fronteira e do Contestado, com sede em São Miguel do Oeste e Porto União, respectivamente. As propostas do parlamentar foram aceitas pelo governo do Estado. Apesar de já existentes, elas seguem na pauta de discussão e têm sido defendidas por Eskudlark, que cobra para que os moradores recebam, efetivamente, todos os benefícios.

O projeto inicial, antes da atuação do deputado, excluía 94 municípios de Santa Catarina de diversos benefícios. Um deles era a ampliação do crédito imobiliário por meio do “Minha Casa, Minha Vida”, que saltou de R\$ 80 mil na época para R\$ 150 mil atualmente. Eskudlark atua para que os municípios criem consórcios para o desenvolvimento integrado, recebendo mais facilmente incentivos dos governos. “Acredito que ainda em 2017 teremos ligações a preços locais entre as regiões metropolitanas. Além disso, com a queda de arrecadação, os gestores precisam se reinventar, por isso a importância das regiões metropolitanas e a criação de consórcios, que fazem com que as despesas nas compras de remédios e outros produtos caiam bastante



e, conseqüentemente, tenhamos menor possibilidade de qualquer tipo de corrupção.”

Em relação à infraestrutura, Eskudlark tem sido voz ativa na cobrança de melhorias das rodovias estaduais e federais por meio de indicações, discursos, publicação de vídeos e fotos em redes sociais. O parlamentar é presença frequente no Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). “Sabemos das dificuldades, porém prazos e promessas passam e as efetivas melhorias não aparecem. Poucas rodovias em nosso Estado se salvam da situação caótica, mas como exemplo podemos citar a BR-282, principalmente no Oeste, onde trafegar é um verdadeiro desafio.”

Saúde segue sendo prioridade

Em recentes pesquisas entre a população brasileira, a saúde foi eleita como prioridade, seguida pela segurança, duas das principais bandeiras do deputado Maurício Eskudlark. Mesmo em um período de turbulência política e econômica no país, o parlamentar busca recursos e age para que as dificuldades no setor sejam diminuídas.

O governo estadual confirmou o repasse de ambulâncias USB (Unidade de Suporte Básico) para diversos municípios de Santa Catarina, fruto de um pleito do parlamentar. Os veículos foram adquiridos por meio do programa InvestSaúde. “O governador havia

programado investimentos na área da saúde, então conversamos com as lideranças locais e fizemos as solicitações que estão sendo atendidas”, disse.

Segundo o parlamentar, sem esse trabalho provavelmente as ambulâncias seriam destinadas a municípios com grande contingente populacional. “Às vezes, os pequenos municípios são esquecidos, mas é neles que esses investimentos se fazem mais necessários. Sei da realidade e da necessidade de nossa população.”

O deputado lembra ainda do empenho do Parlamento catarinense na economia de mais de R\$ 100 milhões em recursos que foram destinados ao setor.

Ações em prol da segurança pública e do cidadão

Vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc, Maurício Eskudlark é um dos principais articuladores e conhecedores do tema em Santa Catarina. Segundo o parlamentar, a experiência de passar por vários cargos na Polícia Civil em diferentes regiões do Estado proporcionou a ele conhecer as necessidades relativas à segurança pública e buscar formas de solucionar os problemas do dia a dia. “Como delegado, eu procurava estar nas ruas junto com os policiais, estar atento ao cotidiano. Por isso, a segurança continuará sendo um dos pilares do meu trabalho.”

Defensor dos direitos dos profissionais da segurança e voz ativa no pedido de mais efetivo nas polícias civil, militar e no Corpo de Bombeiros, Eskudlark destaca os avanços no setor desde que assumiu o cargo de deputado na Assembleia. Entre eles, a conquista da anistia dos policiais que lutavam por melhores salários, a promoção de policiais militares e bombeiros, além da implantação do subsídio, extinguindo os chamados “penduricalhos” e melhorando a remuneração das carreiras na segurança pública, tanto para os ativos quanto para os inativos.

“A segurança pública e a saúde são as principais necessidades da população. Elas devem ser tratadas como prioridade por todos os governos. Por isso, vamos continuar ouvindo as principais demandas e procuraremos contribuir para o melhor encaminhamento junto aos governos estadual e federal”, destacou Eskudlark.





Mauro de Natal

PMDB

Idade: 45 anos

Formação/profissão: advogado, com pós-graduação em Administração Pública para o Desenvolvimento Regional

Base eleitoral: Extremo-Oeste

Mandatos: 2011-2015, 2015-2019



Ano voltado ao apoio para a área da Saúde

O ano de 2016 será marcado pela aprovação de um projeto fundamental para os catarinenses. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Mauro de Natal foi o relator da PEC da Saúde, que teve como primeira impulsão a iniciativa de 154 Câmaras de Vereadores, com o pedido de aumento do percentual do orçamento do Estado na Saúde.

O Parlamento aprovou a proposta com um ponto percentual a cada ano, passando de 12% para 15%, gradativamente, até 2019. Em valores, isso representa mais R\$ 600 milhões para o setor nos próximos três anos.

Entre as bandeiras do mandato do deputado Mauro de Natal estão a da saúde - com foco no apoio ao funcionamento dos hospitais - e do voluntariado. Neste ano, o deputado prestou homenagem, em sessão especial realizada no dia 10 de outubro, para a entidade que movimenta essas duas causas, que é a Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer.

Nadal lembra da obstinação e dedicação das fundadoras no sentido de unir forças para a conscientização das mulheres para a prevenção contra o câncer. O trabalho prossegue hoje com mais de 2,5 mil voluntárias reunidas em 59 redes municipais.

O deputado destacou que não é somente no Outubro Rosa que a Rede Feminina desenvolve suas atividades. Durante a sessão, Nadal entregou placa comemorativa à então presidente da Rede Estadual, Marinez de Mattos. Também receberam homenagens voluntárias e representantes de entidades parceiras.

Com mandato voltado também à defesa do setor primário, o deputado, que é vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, prestou homenagem à Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro) no constante trabalho de excelência na produção de alimentos por meio das 10 cooperativas e uma central que têm na base 55 mil associados. Recebeu a homenagem em nome dos cooperativistas o presidente da entidade, Claudio Post.

Audiência pública por habitação rural

Mauro de Natal defende que o modelo diferenciado da agricultura familiar catarinense, formado por pequenos agricultores, deve ser mantido, mas possibilitando melhores condições para incentivar a permanência dos jovens. Um desses pontos passa pela habitação rural com condições dignas.

O deputado mobilizou os demais integrantes da Comissão de Agricultura e Política Rural



e foi um dos autores da proposição para a realização de audiência pública sobre habitação rural. O evento foi realizado em 7 de dezembro, na sede da Fetaesc.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais solicitaram apoio para a retomada de projetos do Programa Nacional de Habitação Rural em Santa Catarina. No estado, a demanda pode ser superior a 6 mil residências no campo. Mauro de Nadal apoiou as medidas de formar uma Frente Parlamentar da Habitação Rural e a constituição de um grupo de trabalho para acompanhar as ações práticas junto aos governo estadual e federal. "É preciso que os trabalhadores rurais tenham condições dignas de morar para continuarem produzindo os mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos catarinenses. Eles estão buscando algo que é de direito para continuar suas atividades no campo", disse o deputado.

Na presidência da Comissão de Constituição e Justiça

Pelo segundo ano consecutivo, o deputado Mauro de Nadal presidiu a CCJ da Alesc. Com nove integrantes, o colegiado analisa todas as proposições que tramitam na Casa, sejam de autoria de parlamentares, do Executivo, do Judiciário e de outras instituições.

Importantes projetos foram aprovados.

Além da PEC da Saúde, outra proposta que o deputado foi o relator e votou favorável é a que dispõe sobre regras comuns ao

enquadramento empresarial simplificado e à autodeclaração. A proposição do Executivo estabelece a simplificação das obrigações de natureza administrativa impostas às empresas em seus processos de abertura ou de fechamento.





Milton Hobus

PSD

Idade: 59 anos

Formação/profissão: Empresário

Base eleitoral: Rio do Sul e Alto Vale do Itajaí

Mandatos: 2015-2019

No Executivo e no Legislativo, Milton Hobus defende ações rápidas e eficientes ao cidadão

Deputado estadual de primeiro mandato defende a renovação da política catarinense

Milton Hobus, filiado no Partido Social Democrático, é empresário industrial, no setor de peças para o setor ciclístico. Nascido em Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, é filho de costureira e torneiro mecânico. Pai de dois filhos, se dedicou até a década de 1990 à família e à empresa familiar. Estudou em escola pública e cursou Administração (inconcluso). Sempre teve grande percepção para a área comercial.

A vida política teve início com a instalação do hospital regional do Alto Vale. Eleito para o cargo de prefeito de Rio do Sul pela primeira vez em 2004, Hobus se reelegeu em 2008 com votação histórica, correspondente a mais de 80% dos votos válidos. Foi o único prefeito reeleito da cidade. No município, implantou projetos premiados nacionalmente na área da educação, reconhecidos na saúde, empreendedorismo, social e infraestrutura.

Em 2013, após concluir o segundo mandato como gestor municipal, foi convidado pelo governador Raimundo Colombo para assumir a Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina. Tomou posse no primeiro trimestre e deu início a uma reestruturação do setor de proteção e defesa civil do Estado.

Afastou-se do cargo para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela primeira vez e foi o quarto deputado estadual mais votado, com mais de 66 mil votos. Foi o deputado novato com maior votação em 2014. Foi empossado em janeiro de 2015 e retornou para a Secretaria de Estado da Defesa Civil, com o objetivo de dar continuidade aos projetos de mitigação. Após dar andamento nas ações, retornou ao Parlamento estadual em junho de 2016.

Cidadão precisa ser beneficiado com o serviço público

Em junho 2016, Hobus entregou o cargo de secretário de Estado da Defesa Civil. O ano de clima ameno contribuiu para ações eficazes e investimentos em prevenção. Mesmo assim, algumas atuações de resposta a desastres foram executadas na sua gestão.

Em 2016, a Defesa Civil registrou 17 decretações de situação de emergência durante a gestão do deputado. Nem todas foram homologadas pelo Estado e reconhecidas pela União, o que demonstra seriedade na avaliação dos decretos municipais e que possibilitam atendimento mais humanizado aos que realmente precisam de investimentos do Estado. No período em que comandou a pasta, Hobus manteve o cronograma de obras importantes para minimizar os efeitos das inundações em Santa Catarina.



Projetos inovadores têm destacado o serviço de Milton Hobus

Na Defesa Civil, mais de 50 municípios foram beneficiados com kits de transposição de obstáculos. Mais de 60 pontes foram destinadas. No projeto de casas modulares, foram entregues mais de 50 unidades para sete cidades. No primeiro semestre de 2016, Ponte Alta do Norte recebeu 2,2 itens.

Além disso, Hobus deu continuidade à sobrelevação das barragens de Ituporanga e Taió, assegurou a construção das barragens de Mirim Doce e Petrolândia e fechou acordo com indígenas de José Boiteux. Há 30 anos, indígenas esperavam o acordo.

Na Assembleia Legislativa, defende o sistema de proteção e defesa civil. Apresentou projetos de lei como o que garante exames gratuitos parcial de urina tipo I e creatinina sanguínea para doente renal crônico. Outra matéria de sua autoria obriga estacionamentos a obterem um sistema que informe se algum dos automóveis possui registro de furto ou roubo para comunicar às autoridades.

No Parlamento, o deputado também propôs audiência pública sobre a situação das rodovias federais e o plano de investimento nas estradas.





Moacir Sopelsa

PMDB

Idade: 70 anos

Formação/profissão: Produtor rural

Base eleitoral: Oeste catarinense

Mandatos: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Agricultura: o braço forte da economia catarinense

Agronegócio representa cerca de 29% do PIB estadual

Em seu quinto mandato como deputado estadual, Moacir Sopelsa assumiu, em 2015, o desafio de comandar a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, pasta que já liderou no período de 2003 a 2006.

Em 2016, Santa Catarina foi destaque internacional pela excelência sanitária dos rebanhos e pelo profissionalismo dos agricultores e pescadores. Os produtos catarinenses alimentaram milhões de pessoas em dezenas de países e a sua qualidade foi reconhecida em todos os continentes. De acordo com o secretário, “mesmo em meio à recessão econômica, pode-se afirmar com orgulho que a nossa agricultura continua forte e se desenvolvendo”.

À frente da Secretaria da Agricultura e da Pesca, Sopelsa buscou reforçar a parceria com os produtores rurais e pescadores, investindo na estrutura das associações e cooperativas ao longo de 2016. A pasta também promoveu ações e programas focados no desenvolvimento de diversos segmentos da agricultura, elevando a renda, a qualidade de vida e buscando melhores oportunidades.

Mesmo com todos os contratempos, a agropecuária catarinense encerrou o ano com faturamento estimado em R\$ 28,94 bilhões. O número representa a receita dos principais produtos em 2016. O faturamento das lavouras chegou a R\$ 12,3 bilhões, quase 7% a mais do que em 2015. Na pecuária – principalmente aves, suínos e leite –, foram arrecadados R\$ 16,5 bilhões.

Quando somados o valor gerado por toda cadeia produtiva, incluindo os insumos, serviços e as riquezas geradas pela industrialização das matérias-primas, o agronegócio tem uma participação de aproximadamente 29% no PIB catarinense.

“Mesmo com os bons resultados, o setor agropecuário não está imune à crise financeira. Mas os números revelam que em Santa Catarina a queda na produção foi menor do que a média nacional”, destacou Sopelsa. Na avaliação do secretário, a reação catarinense se deve à grande diversidade de atividades agrícolas e à agregação de valor pelas agroindústrias. Assim como a força do cooperativismo, setor que cresceu 11% em faturamento bruto em 2016.





Narcizo Parisotto

PSC

Idade: 71 anos

Formação/profissão: Pastor

Base eleitoral: Chapecó

Mandatos: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Apoio aos municípios e ao bem-estar da população pautam atuação de Parisotto

Por intermédio da articulação do deputado, cidades do interior tiveram suas demandas atendidas nas áreas de saúde, agricultura e infraestrutura

Percebendo as necessidades dos municípios do interior de Santa Catarina, o deputado Narcizo Parisotto deu início a uma série de conversações com o governo estadual. Essa postura garantiu o envio de recursos do Fundo Social para algumas cidades. Muitas delas têm uma arrecadação limitada e, por isso, têm dificuldades de garantir melhorias para a população.

Os recursos foram aplicados nas áreas de saúde, agricultura e infraestrutura. Com o apoio de Parisotto, municípios foram contemplados com ambulâncias, medicamentos, equipamentos e patrulha agrícola, serviço de recuperação de estradas vicinais e compra de combustível. O deputado ressalta que “olhar para os pequenos municípios é fundamental, pois muitos não têm condições para comprar uma ambulância, por exemplo, ou mesmo recuperar as estradas. Por isso, o apoio é sempre bem-vindo.”

O deputado também se empenhou na defesa dos direitos do cidadão. No mês de julho, uma indicação de Parisotto foi aprovada na

Assembleia Legislativa e encaminhada ao governo do Estado. O documento solicitou a suspensão, por 40 dias, da aplicação da multa referente ao uso do farol alto durante o dia em rodovias federais e estaduais. “A iniciativa é positiva, mas, antes da punição, é preciso sinalizar as vias e orientar o condutor”, explica Parisotto. Segundo ele, o principal objetivo da lei é proporcionar a educação no trânsito, estimulando condutas conscientes e não somente punições arbitrárias. “O Código de Trânsito Brasileiro vigora desde 1997. Não é de uma hora para a outra que o condutor irá se familiarizar com uma conduta que até então não era uma infração.”

O presidente da Comissão de Acesso à Justiça da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Santa Catarina, José Sérgio Cristóvam, afirmou que a recomendação feita por Parisotto é válida.

Buscando o melhor para o catarinense

Também na área de trânsito, foi comemorado o Maio Amarelo no mês correspondente, uma campanha voltada à conscientização na condução de veículos. Parisotto é autor da Lei 14.514, de 2008, que autoriza a inclusão de conteúdos e atividades relativas à cidadania e ao papel do cidadão no trânsito na grade curricular do ensino médio. “A prevenção é a melhor maneira de reduzir os acidentes. Nada melhor que começar a conscientização na escola, com crianças de pouca idade. Elas serão multiplicadoras das boas condutas”, ressalta.



Na área da inclusão, o deputado também é muito atuante. Na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Parisotto aprovou o Projeto de Lei 308/2015, que determina a divulgação de editais de concursos públicos no sistema braile. “Aprovei a matéria pautado no artigo 5º da Constituição Federal, que assegura tratamento igualitário a todos os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza”, argumenta.

Mais atenção para as crianças

O deputado Parisotto é autor de leis que garantem o bem-estar das crianças. Com o objetivo de estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer infantil, o deputado Parisotto criou a Lei 16.161/2013, que institui o Dia Estadual de Combate ao Câncer Infantil em Santa Catarina, celebrado em 23 de novembro.

Já na semana que compreende os dias 10 e 14 de outubro é dedicada à conscientização sobre acidentes domésticos com crianças. A semana foi instituída no estado por meio da Lei 16.423/2014, de autoria do deputado Parisotto. O diretor do Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, Carlos Schoeller, elogiou a iniciativa.





Natalino Lázare

PR

Idade: 69 anos
Formação/profissão: Professor
Base eleitoral: Meio-oeste
Mandatos: 2015-2019



Agronegócio lidera economia catarinense e merece atenção prioritária

Outras áreas como educação, saúde e segurança também são contempladas por Lázare

Desde que assumiu o cargo de deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Natalino Lázare procurou sempre defender os interesses, especialmente, da região de Videira. Em apenas um ano e meio de ação parlamentar, os resultados já começaram a aparecer, com a destinação de recursos de mais de R\$ 4 milhões, por meio do governo do Estado, para Videira e região, além de outras ações importantes.

O agronegócio é um setor que lidera a economia catarinense e merece atenção prioritária. Lázare, que preside a Comissão de Agricultura e Política Rural, ressalta que o trabalho tem sido incansável na defesa da agricultura e do agronegócio, especialmente neste momento de crise. O sucesso veio com a prorrogação da redução de 12% para 6% do ICMS cobrado sobre a venda de suínos vivos de Santa Catarina para outros estados.

Com o apoio de pesquisadores e produtores rurais, o deputado elabora um projeto para a fruticultura de Santa Catarina que visa disponibilizar ao agricultor um "pacote tecnológico". A iniciativa conta com informações como as variedades mais

propícias ao clima e solo de cada região, formas de plantio e manejo, equipamentos para irrigação e proteção contra granizo e geada, já com os custos para implementação, e como acessar as linhas de crédito existentes.

Na educação, destaque para as ações de levar um curso da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) para Videira, próximo de ser concretizado. Já para a saúde, Lázare tem acompanhado, junto à Secretaria de Estado e ao Ministério da Saúde, a conquista de procedimentos de média e alta complexidade para melhorar os serviços públicos da região. Em relação à área de segurança, o deputado encaminhou uma moção para que governo estadual adote medidas urgentes no combate à criminalidade em Videira. Já para a área ambiental, solicitou ao governador e ao presidente da Fundação do Meio Ambiente a implantação de uma Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental no município.

Estudo do biogás em Santa Catarina tem apoio do Banco Mundial

Santa Catarina terá apoio financeiro do Banco Mundial e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável para a contratação de uma consultoria referente à proposição do marco legal para a implantação do Programa Catarinense de Agroenergia no estado e da Agenda SC Biogás. Ele será amparado em estudos de modelo tecnológico, de viabilidade econômica e



de modelo de negócio para definição das diretrizes necessárias.

“Este assunto tem uma demanda emergente de discussão, de análise e desenvolvimento de tecnologia. Podemos ser vanguarda no âmbito nacional na criação de um marco legal que possa viabilizar a comercialização de energia e biofertilizante”, ressalta o deputado Natalino Lázare.

O termo de referência deve propor o marco legal para impulsionar a sustentabilidade ambiental e a competitividade do setor. No primeiro caso, por meio da destinação adequada de resíduos e efluentes orgânicos e, no segundo, na contribuição para a criação de um novo mercado econômico.

Está prevista para janeiro de 2017 a contratação da empresa responsável pelo estudo. Seis meses depois, o Comitê do Biogás terá acesso à conclusão da pesquisa para então voltar as atenções à criação de uma legislação.

Merenda escolar especial para alunos com restrições alimentares em SC

Agora é lei: o Estado deve fornecer merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino em Santa Catarina. O projeto de lei de autoria do deputado Natalino Lázare foi sancionado pelo governador Raimundo Colombo.

Os estudantes que necessitam do alimento

adequado deverão ser submetidos a avaliações e recomendações médicas e nutricionais. Se um aluno tiver alergia a trigo, por exemplo, ele precisará de um atestado médico que comprove a patologia. O mesmo ocorrerá com aqueles estudantes diabéticos e





Neodi Saretta

PT

Idade: 53 anos

Formação/profissão: Advogado

Base eleitoral: Oeste e Meio-oeste

Mandatos: 1995-1999, 1999-2000, 2011-2015, 2015-2018



Políticas de incentivo à agricultura familiar e projetos que garantam mais qualidade de vida para a população

Isenção de ICMS para produção de orgânicos é uma das propostas do deputado Neodi Saretta e vai possibilitar que produto chegue mais barato à mesa do consumidor

Saúde, qualidade de vida e alimentação saudável foram alguns dos temas que o deputado Neodi Saretta defende não apenas em plenário, mas nos projetos apresentados. “Se quisermos mudar os hábitos da população e incentivá-la a ter uma alimentação mais saudável, precisamos criar políticas de incentivo à produção livre de agrotóxicos”, destaca Saretta.

Forte neste setor, Santa Catarina é o Estado brasileiro com o maior número de associações de produtores de orgânicos: são 700 famílias autorizadas a usar o selo de cultivo sem agrotóxico em seus produtos. “Temos que criar mecanismos para manter as famílias na agricultura e incentivá-las a produzir alimentos mais saudáveis”, defende o deputado.

O parlamentar apresentou, ao longo do ano, várias propostas voltadas à agricultura. Uma delas trata da isenção do ICMS aos agricultores que produzem e comercializam orgânicos. O projeto de lei tramita na Assembleia Legislativa e tem como objetivo incentivar o consumo e a produção de orgânicos.

Saretta diz que é preciso fazer com que esses alimentos cheguem à mesa dos consumidores com preços mais baixos e que é papel do Estado possibilitar o barateamento desses produtos. “É sabido que a produção sem agrotóxico é mais trabalhosa e rende menos em quantidade do que o cultivo convencional, produzido em grande escala. Mas não podemos esquecer que os agrotóxicos usados na plantação são extremamente nocivos à saúde. Ao tornar a produção dos alimentos orgânicos mais barata, é certo que estaremos fazendo um trabalho de prevenção de muitas doenças.”

O deputado enfatiza que esse projeto vai também incentivar a permanência das famílias no campo e fortalecer ainda mais a agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos.

Saretta relata a precariedade das estradas

A revitalização das rodovias tem sido um dos grandes temas debatidos pelo deputado Neodi Saretta. Depois de muitas reivindicações feitas pelo deputado, a ligação entre Concórdia e Jaborá está sendo finalizada. “É uma obra importante que vai beneficiar toda a região.”

Ao fiscalizar obras, o parlamentar comenta que em muitos locais os trabalhos nem iniciaram e, em outros, se arrastam por anos. Um desses casos é em relação à SC-283, entre



Concórdia e Seara. Ele tem feito indicações ao Executivo pedindo a manutenção do trecho que foi severamente afetado pelas chuvas de 2014, e desde então nada foi feito. Buscando solucionar esses impasses, o parlamentar tem feito reuniões e indicações solicitando melhorias nos pontos danificados. “É importante que o Estado dê mais atenção às rodovias catarinenses e tome medidas emergenciais, principalmente nos trechos mais precários. A população não merece trafegar em estradas deterioradas.”

Cadastro com condenados por crimes de pedofilia e violência sexual

Projeto de Lei do deputado Neodi Saretta propõe a criação do cadastro estadual de crimes de pedofilia e violência sexual em Santa Catarina. O objetivo é criar um banco de dados com informações daqueles já julgados e condenados pelos crimes relacionados.

Conforme a proposição, o banco de dados vai facilitar as investigações e o monitoramento, por parte das autoridades, que terão à disposição a ficha completa dos criminosos. A sociedade terá acesso a algumas informações básicas dos registros, como nome, foto e crime praticado. Os dados ficarão disponíveis à população somente no período de cumprimento da pena. As autoridades terão acesso de forma permanente.





Padre Pedro Baldissera

PT

Idade: 59 anos

Formação/profissão: Padre católico, com formação em filosofia, pedagogia e teologia
Base eleitoral: Grande Oeste, com coletivos em todas as regiões do Estado

Mandatos: : 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Crise força fim dos salários vitalícios, defende Padre Pedro

Deputado pede que recursos gastos com salários vitalícios de ex-governadores sejam aplicados em outras áreas. Estado perdeu mais de R\$ 21 milhões nos últimos seis anos.

Padre Pedro defende que STF vote ação contra benefício

Desde 2006, quando conseguiu na Justiça a interrupção liminar dos pagamentos de salários vitalícios a ex-governadores, o deputado Padre Pedro Baldissera considera o fim do benefício uma medida fundamental para Santa Catarina. Previsto no artigo 195 da Constituição do Estado, o salário vitalício é pago a quem assumir, mesmo que por apenas alguns dias, o cargo de governador. O valor é igual aos vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ).

Padre Pedro defende que o salário vitalício é inconstitucional, e além de uma Proposta de Emenda à Constituição, ingressou com ações no TJ/SC e no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo é retirar o artigo 195 da Constituição do Estado e aplicar os recursos em outras áreas. “O parecer está pronto para votação desde 20 de novembro de 2008 no STF, com manifestação pelo fim do subsídio. Se fosse julgado em 2009, o Estado poderia ter economizado mais de R\$ 21 milhões”, explica o parlamentar.

Na avaliação do deputado, o quadro de crise

vivido pelo país pressiona e torna urgente o fim dos salários vitalícios, em especial a quem detém cargos eletivos.

“Apresentamos emendas ao orçamento nos últimos seis anos pedindo que o Estado aplique os recursos dos salários vitalícios em outras áreas. Poderíamos, por exemplo, investir em equipamentos para média e alta complexidade na saúde”, destaca.

Padre Pedro argumenta que a Constituição prevê igualdade, sem distinção de qualquer natureza, e proíbe, no artigo 201, condições especiais para aposentadorias aos beneficiários do regime geral de previdência social. “O governador é um beneficiário do regime geral da Previdência. Não existe na Constituição autorização para o pagamento de salário como pensão”, complementa o deputado.

Olhar estratégico sobre agricultura e meio ambiente

O mandato do deputado Padre Pedro segue com ações nas áreas de agroecologia, agricultura familiar e camponesa, preservação da água, plantas e ervas bioativas, e apicultura. O parlamentar debate o Plano Estadual de Agroecologia (PL 586/2013) e já trabalha, em conjunto com entidades e pesquisadores, no apoio e articulação do 8º Seminário Estadual de Agroecologia, em 2017, em Santa Rosa de Lima.



Na presidência do Fórum para preservação do Aquífero Guarani, apoiou o lançamento do Movimento Nacional da Juventude Pela Água, numa parceria com o World Youth Parliament for Water (WYPW).

Uma vitória importante foi a aprovação da Lei 16.873/2016, que criou a Rota Catarinense da Uva e do Vinho. A proposta, apresentada por Padre Pedro, foi acatada por unanimidade e prevê um plano específico para desenvolver o enoturismo nas cinco principais regiões produtoras do Estado.

Projeto Farmácia da Natureza amplia atuação

O projeto Farmácia da Natureza, que há quase uma década trabalha informando a população sobre o cultivo, a identificação e o uso de plantas e ervas bioativas, amplia o trabalho agora com projetos em conjunto com universidades nas regiões. Além do apoio a políticas municipais de fitoterapia e prevenção, o objetivo é promover projetos de extensão a partir das experiências de municípios que já implantaram hortos comunitários, com uma central de manipulação das plantas.

A finalidade é qualificar o trabalho realizado pelos municípios. Desde que começou no mandato do deputado Padre Pedro Baldissera, há nove anos, o Farmácia da Natureza realizou atividades em mais de 150 cidades.



Patrício Destro

PSB

Idade: 37 anos

Formação/profissão: Repórter e apresentador de TV

Base eleitoral: Joinville

Mandatos: 2015-2019



Dois anos de ações em prol dos catarinenses

Deputado Patrício Destro (PSB) prioriza a destinação de recursos para melhoria da qualidade de vida das pessoas

Nos dois primeiros anos de mandato, o deputado estadual Patrício Destro (PSB) destinou quase R\$ 4 milhões em subvenções para os municípios catarinenses. Foram beneficiadas 29 cidades. Os recursos são utilizados conforme a necessidade de cada região.

A cidade de Joinville ficou com a maior fatia dos recursos sendo investidos: R\$ 650 mil para a aquisição de cinco ambulâncias. Os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul e Barra Velha receberam cada um R\$ 130 mil para compra de uma ambulância.

Uma das primeiras cidades a receber a ambulância foi a cidade de Barra Velha. No município, o veículo usado pelo Corpo de Bombeiros Voluntários era de 2008 e precisava de manutenção constantemente. A cidade não conta com hospital, os pacientes precisam de atendimento e transporte com agilidade para buscar atendimento em outros municípios.

A cidade de Garuva foi contemplada com R\$ 100 mil, que serão destinados para a criação de uma praça de skate, e São Francisco do Sul

recebe também R\$ 100 mil para a aquisição de tubulação.

No Planalto Norte, destaque para o projeto de contenção de enchentes em Rio Negrinho, onde serão investidos R\$ 300 mil. Para Itaiópolis, foram destinados R\$ 130 mil para a compra de uma ambulância, e Papanduva, R\$ 57 mil para a construção de um poço artesiano. Para Canoinhas, foram R\$ 130 mil na compra de uma ambulância, enquanto Três Barras conseguiu R\$ 100 mil para aquisição de saibro.

Município Valor (em reais)

Apiúna: R\$ 150 mil

José Boiteux: R\$ 70 mil

Luiz Alves: R\$ 100 mil

Itapema: R\$ 63 mil

Descanso: R\$ 70 mil

Chapecó: R\$ 130 mil

Entre Rios: R\$ 70 mil

Concórdia: R\$ 130 mil

Piratuba: R\$ 70 mil

Jacinto Machado: R\$ 70 mil

Praia Grande: R\$ 130 mil

Sombrio: R\$ 100 mil

Corupá: R\$ 90 mil

Guaramirim: R\$ 70 mil

Schroeder: R\$ 70 mil

Riqueza: R\$ 70 mil

Saltinho: R\$ 70 mil

Itá: R\$ 130 mil



Projeto garante recursos para a Rede Feminina

O deputado estadual Patrício Destro (PSB) protocolou projeto de lei alterando a Lei nº 13.334 que institui o FundoSocial, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social. Com a alteração, os recursos poderão contemplar também instituições que atendem mulheres com câncer de mama e colo de útero e promovem ações para prevenção das doenças da mulher, como a Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC).

Essas entidades passarão a receber uma parcela específica de recursos do FundoSocial, equivalente a 5 % do montante. A Rede Feminina em todo o Estado enfrenta dificuldades financeiras para manter e/ou ampliar o atendimento e exames para suas pacientes, “e esta garantia de recursos por parte do Estado vem para auxiliar estas mulheres”, disse o deputado. O valor varia de acordo com a arrecadação do Estado. Se aprovada a lei, a destinação da verba será de aproximadamente R\$ 15 milhões/ano.

Construção de pontes em Joinville

Patrício Destro é presidente da Comissão de Proteção Civil da Assembleia e mantém contato permanente com a Defesa Civil. Além de trabalhar para promover ações de prevenção, o deputado pode intermediar o uso de verbas para recuperar prejuízos causados por intempéries. Para Joinville,

foram reivindicadas a ponte da Estrada do Rio dos Morros, no Vila Nova, em Pirabeiraba, ponte da Estrada dos Portugueses.

As pontes são de estruturas pré-moldadas, que permitem que a obra seja executada com mais rapidez. Além disso, os bairros São Marcos e Vila Nova contam com a ponte da Estrada Arataca, uma reivindicação da comunidade.





Ricardo Guidi

PSD

Idade: 39 anos

Formação/profissão: Bacharel em Direito e empresário

Base eleitoral: Região Sul

Mandatos: 2015-2019

Um plano de segurança

A queda dos níveis de segurança pública na cidade de Criciúma constituiu a maior angústia da sociedade no decorrer do ano de 2016. Acompanhando o dia a dia da cidade e sentindo-se responsável pela busca de soluções, o deputado Ricardo Guidi encaminhou expediente ao governador sugerindo o desenvolvimento de um Plano de Ação de Segurança Pública, a ser implementado de forma gradual, de acordo com os recursos a serem disponibilizados pelo governo do Estado.

Ações previstas:

- implantar a Delegacia da Mulher;
- ampliar os efetivos das polícias civil e militar, iniciando o processo na medida em forem admitidos os novos concursados;
- suprir as necessidades materiais das delegacias, bem como das unidades da Polícia Militar, de acordo com um programa a ser gradualmente executado;
- massificar as ações do Proerd junto às unidades escolares dos níveis fundamental, médio e superior, para a manter a sociedade cricumense em constante debate sobre drogas e segurança pública; e
- envolver a prefeitura em ações de mobilização comunitária para implantação e operacionalização de conselhos comunitários de segurança.

Das ações previstas, o governo do Estado já assegurou a ampliação dos quadros da Polícia Civil, por meio da alocação de 45 novos servidores para o exercício das seguintes funções: 2 delegados e 13 agentes para o Saer (Serviço Aéreo), 5 delegados de polícia e 25 agentes. Além disso, o Executivo garantiu a alocação de um helicóptero para apoiar as atividades da Polícia Civil na região Sul do Estado.

O plano ainda não foi implementado na sua totalidade, mas as ações já colocadas em prática elevaram os níveis de segurança pública de Criciúma e região e demonstram o comprometimento do governo do Estado.

Restauração da sede da Prefeitura de Criciúma

Para o cricumense, o prédio que abrigava a prefeitura municipal não era apenas mais uma edificação como as demais. Instalado no Parque Centenário, ele era um dos ícones arquitetônicos da identidade cricumense. Foi por isso que, quando dois sucessivos incêndios o destruíram, os cricumenses choraram sua perda como se fosse a destruição da própria casa. No prédio da prefeitura, abrigava-se tanto o sentimento coletivo das raízes do município como também da história. O povo de Criciúma se orgulha do prédio da prefeitura municipal e de todo Parque Centenário, construído na época do então prefeito e pai do deputado Ricardo, o ex-deputado Altair Guidi.



Para acelerar a reconstrução do prédio da Prefeitura de Criciúma, o deputado Ricardo Guidi viabilizou, junto ao governo do Estado, recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão, que já estão sendo aplicados.

Anel viário

O anel viário de Criciúma é a alternativa para transferir do centro urbano da cidade o tráfego pesado originário de municípios vizinhos. Ele já absorve o tráfego das cidades localizadas ao norte de Criciúma. Agora, com a conclusão do novo trecho, atende também os municípios situados a oeste, com exceção de Nova Veneza.

O deputado solicitou ao governador a implantação de alças de acesso, no segmento SC-108 – SC-445, para atender os moradores dos bairros Mina Napolini e Mina do Toco. Também pediu para priorizar a implantação do segmento SC-445 ao Distrito de Rio Maina para absorver o tráfego originário de Nova Veneza.





Rodrigo Minotto

PDT

Idade: 43 anos

Formação/profissão: Advogado e administrador

Base eleitoral: Criciúma e Região Sul

Mandatos: 2015-2019



Segurança Pública na pauta do Deputado Rodrigo Minotto em 2016

O parlamentar realizou uma audiência pública para discutir os problemas da área no Sul do estado. Em novembro, região recebeu reforço no efetivo policial

A segurança pública esteve durante todo o ano de 2016 na pauta de trabalho do deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) na Assembleia Legislativa. Ele foi o proponente de uma audiência pública para discutir ações de segurança pública reunindo lideranças de todos os setores da sociedade.

Como resultado prático, em novembro, o governo do Estado anunciou o aumento do efetivo, e a região de Criciúma vai receber 25 novos agentes, cinco delegados e 15 servidores para atuarem no Serviço Aeropolicial da Polícia Civil (Saer), outra exigência da comunidade. O Saer já está atendendo toda a Região Sul de Santa Catarina, até a divisa com o Rio Grande do Sul, e dará suporte para atendimento às ocorrências policiais e de emergência, além de atender a Defesa Civil e transporte de órgãos em todo o Sul do Estado.

O parlamentar também atuou para viabilizar a construção do Case, em Criciúma; a reforma do Iprev, onde vai funcionar a Delegacia da Mulher; e o Complexo de Segurança em Forquilha. "A união de forças e ações

continuas de todas as entidades demonstra a preocupação da nossa cidade com o tema. Vamos continuar acompanhando e cobrando melhorias para a área da segurança pública para tranquilizar o cidadão catarinense", comenta Minotto.

Projetos de lei em várias áreas de interesse da população

O deputado estadual Rodrigo Minotto (PDT) é autor do Projeto de Lei 524/2015, que está tramitando na Assembleia Legislativa e prevê o fornecimento da fosfoetanolamina sintética (conhecida como "pílula do câncer") por parte do governo aos pacientes em tratamento de câncer. Minotto tem participado de debates por todo o Brasil buscando informações sobre o uso da substância. "Nós estamos buscando mais conhecimento deste tema importante para diminuir a angústia de tantas famílias", explica o parlamentar.

Outros projetos:

- Proíbe as concessionárias prestadoras de serviços essenciais de água e energia elétrica de cobrarem uma tarifa mínima de consumo ou de adotar práticas similares;
- Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito;
- Declara o Município de Forquilha a Capital Estadual da Pastoral da Criança;
- Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do selo "TESTADO EM ANIMAIS" por empresas que fabricam cosméticos, perfumaria,



produtos de higiene pessoal ou de limpeza em geral no Estado de Santa Catarina;

- Isenta de impostos, tributos e taxas estaduais os materiais, uniformes e equipamentos escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino fundamental, básico e médio;
- Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito;
- Assegura aos consumidores de água fornecida por sistemas públicos de saneamento básico que seja efetuada a medição individualizada do respectivo consumo, por parte do prestador desse serviço;
- Inclui a romaria e a festa em honra a Nossa Senhora de Caravaggio, a Festa da Gastronomia Típica Italiana e o Carnevale di Venezia, todos no Município de Nova Venezia, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.





Romildo Titon

PMDB

Idade: 61 anos

Formação/profissão: Avicultor

Base eleitoral: Meio-Oeste, Planalto Serrano e Planalto Sul de Santa Catarina

Mandatos: 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019



Titon viabiliza obras importantes para o Meio-Oeste

Deputado articulou recursos para a região e exerceu papel importante como presidente da Escola do Legislativo e da Comissão de Segurança da Alesc

Além de viabilizar recursos para o Meio-Oeste, sua base eleitoral, o deputado Romildo Titon dedicou-se, em 2016, a promover educação para a cidadania, como presidente da Escola do Legislativo. Também discutiu, junto à sociedade, assuntos referentes à segurança pública do Estado, na condição de presidente da comissão temática permanente da Alesc.

Na Escola do Legislativo, Titon participou ativamente de agenda de formação política para agentes públicos e sociedade em geral, inclusão social, elaboração de políticas públicas e igualdade social. “A Escola faz um trabalho fundamental na qualificação dos nossos agentes públicos e servidores. A população só tem a ganhar com isso”, frisou.

Outra iniciativa importante da Escola do Legislativo é a formação de novas lideranças políticas por intermédio do Programa Parlamento Jovem. “Estamos inserindo os jovens no mundo político, permitindo que eles conheçam o funcionamento do Poder Legislativo. Isso pode despertar o desejo de saber mais e, quem sabe, no futuro,

disputar até uma eleição para provocar a transformação na sua comunidade”, destacou Titon.

Na presidência da Comissão de Segurança Pública, o deputado conduziu o debate sobre um dos principais problemas enfrentados pelo Estado: a falta de efetivo policial nos municípios. Em relação ao assunto, cobrou providências do governo do Estado.

O colegiado também debateu, em audiência pública, o projeto que autoriza a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas. O evento reuniu representantes da sociedade favoráveis ao projeto, como os clubes de futebol e a Federação Catarinense de Futebol, e os contrários à liberação, como o Ministério Público.

Outro tema pleiteado pelo parlamentar foi a implantação da Patrulha Rural em Santa Catarina.

Contorno viário de Capinzal avança

Uma das mais importantes obras rodoviárias de Capinzal e do Meio-Oeste, o contorno viário, é resultado da cobrança da população, entidades e de líderes como o deputado Romildo Titon. A obra desviará o fluxo pesado entre as cidades de Capinzal e Ouro e deve melhorar a mobilidade na região. Hoje há somente uma ponte que liga os dois municípios, o que dificulta o escoamento



da produção das empresas instaladas na região. “É uma conquista do Meio-Oeste, da população e do setor empresarial. Uma obra que nosso mandato vem cobrando ao longo dos anos e finalmente saiu do papel. Agora é cobrar para que o contorno torne-se realidade o quanto antes, acompanhando o andamento da obra”, destacou o parlamentar. Em 11 quilômetros de extensão, a obra prevê terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, obras complementares e sinalização da rodovia.

Asfalto ligando Anita Garibaldi e Celso Ramos

Outra grande luta de Titon tornou-se realidade em 2016. Foi a assinatura da ordem de serviço para a pavimentação asfáltica da SC-390, entre Anita Garibaldi e Celso Ramos. O evento ocorreu em novembro. “É uma luta de vários anos para ligar o Oeste à Serra. Pela crise que estamos enfrentando, acredito que as obras não vão andar num ritmo acelerado, mas dentro de um cronograma do governo do Estado. Essa obra tem uma importância imensurável”, ressaltou Titon. Com investimentos de R\$ 38 milhões do governo estadual, os serviços terão prazo de dois anos para conclusão.





Serafim Venzon

PSDB

Idade: 63 anos

Formação/profissão: Médico

Base eleitoral: Brusque, Vale do Rio Tijucas e

Vale do Itajaí

Mandatos: 2007-2011, 2011-2015,
2015-2019



Venzon fecha o ano com sensação de dever cumprido

Parlamentar tem atuação forte nas áreas da saúde, trabalho e assistência social

O deputado Serafim Venzon atuou em diversas frentes em 2016, com destaque na área de saúde, trabalho e assistência social. Venzon é autor de importantes projetos de lei e foi relator de quase uma centena de outros, todos em benefício da sociedade. Durante o ano, participou ativamente das comissões da Assembleia Legislativa, com ênfase na de Trabalho, Administração e Serviço Público, da qual é presidente.

Médico e conhecedor dos problemas da saúde pública no Brasil, Venzon continua na luta para a melhoria do setor. Por diversas vezes, usou a tribuna para debater e pedir melhorias na situação do Sistema Único de Saúde (SUS). Fez visitas e lutou pela manutenção dos hospitais filantrópicos do interior do Estado, muitos à beira da falência.

O parlamentar comemorou a aprovação do Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, ao Hemosc, ao Cepon e aos hospitais municipais, constituído por sobras orçamentárias da Assembleia.

Ao longo do ano, Venzon apresentou projetos de lei que beneficiam a população catarinense, como o que obriga o Estado

a fornecer gratuitamente na rede pública a realização de um exame mais moderno para o diagnóstico de câncer e o que obriga restaurantes a informar a quantidade de sódio na comida.

Na área de assistência social, percorreu cidades para orientar contadores, empresários e a população em geral sobre a importância da destinação de parte do imposto devido ao Fundo para a Infância e Adolescência Estadual (FIA). Também manteve o trabalho em prol da regularização fundiária e defendeu em plenário a continuidade do programa Lar Legal, que visa conceder escritura pública para quem já é dono do lote. Segundo o parlamentar, existem hoje no estado mais de 500 mil famílias que não têm escritura do terreno em que vivem.

Na luta pela saúde

Como médico, Serafim Venzon sempre foi um defensor da saúde na Alesc. Considerando que em casos de câncer as chances de cura chegam a 90% quando a doença é detectada em fase inicial, o deputado destaca a importância do diagnóstico precoce e do tratamento imediato. Pensando nisso, Venzon apresentou o projeto de lei 381/2016, que obriga o Estado a oferecer gratuitamente o exame PET-Scan ou PET-CT, o mais sofisticado para diagnóstico do câncer.



Trata-se de um tratamento por imagem que permite enxergar detalhes que não são percebidos na tomografia ou ultrassom. Como ele produz imagens mais nítidas e precisas, é possível identificar onde estão as células e atuar diretamente na região afetada. O objetivo dessa proposta é que o Estado de Santa Catarina garanta a realização do exame na rede pública a todas as pessoas diagnosticadas com câncer. A matéria está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Mais justiça para todos

Como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Venzon lutou para a conquista de benefícios para os trabalhadores catarinenses. Foram alteradas regras para a contratação em cargos comissionados de órgãos públicos e também disciplinados alguns aspectos referentes ao vale-alimentação dos servidores.

Outro projeto importante aprovado em 2016 é o que amplia a atuação da Defensoria Pública estadual. Segundo Venzon, a instituição é similar ao SUS. “Temos poucos defensores diante de um grande número de pessoas que não têm acesso à Justiça. Precisamos ampliar a atuação da Defensoria Pública para diminuir as injustiças.”





Silvio Dreveck

PP

Idade: 63 anos

Formação/profissão: Administrador

Base eleitoral: Planalto Norte e Nordeste

Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019



Silvio Dreveck propõe projeto para facilitar crédito às micro e pequenas empresas

Projeto de Lei Complementar autoriza a criação da Sociedade de Garantia Solidária para avalizar empréstimos

Silvio Dreveck propõe projeto para facilitar crédito às micro e pequenas empresas. Projeto de Lei Complementar autoriza a criação da Sociedade de Garantia Solidária para avalizar empréstimos.

O deputado Silvio Dreveck é autor do Projeto de Lei Complementar (PLC) 3/2016, que autoriza a criação da Sociedade de Garantia Solidária (SGS), sob a forma de sociedade por ações, para avalizar a concessão de crédito a pequenas e microempresas catarinenses. O PLC inclui novos dispositivos no “Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada” (Lei Complementar 631/2014) com o objetivo de reger a constituição da Sociedade de Garantia Solidária.

O objetivo da SGS é a concessão de garantia a seus sócios participantes em empréstimos, facilitando o acesso ao crédito com juros menores dos praticados no mercado. “Esta regulamentação resultará em melhorias para o desenvolvimento e fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte

em Santa Catarina”, afirma o deputado.

De acordo com o projeto, a Sociedade de Garantia Solidária será composta de sócios participantes e investidores. Os sócios participantes serão, preferencialmente, microempresas e empresas de pequeno porte. Cada SGS será composta por no mínimo 10 participantes com máximo individual de 10% do capital social.

Pessoas físicas ou jurídicas podem participar como sócios investidores, que têm o objetivo exclusivo de auferir rendimentos. A participação dos investidores, em conjunto, não pode exceder a 49% do capital social.

Liderança do governo

O deputado atuou como líder do governo na Assembleia Legislativa de fevereiro de 2015 até novembro de 2016. Ao longo deste período, mais de 200 proposições de origem do Executivo tramitaram na Casa com sucesso, incluindo importantes projetos que promoveram a redução das despesas de custeio e o aumento da eficiência do Estado.

Deputado defende o fortalecimento de programas de concessões

Em seus pronunciamentos na tribuna do Parlamento, o deputado Silvio Dreveck continuou sua defesa pela implantação de modelos de investimento público-privados por meio de concessões para as obras de infraestrutura no Brasil. Esta é uma das



bandeiras defendidas pelo deputado desde seu primeiro mandato.

O parlamentar argumenta que o governo deve priorizar investimentos nas áreas da Saúde, Educação e Segurança. Para a infraestrutura, as concessões promovem maior celeridade, transparência e qualidade dos serviços. “É preciso formular um projeto de concessões atrativo aos investidores e reestruturar as agências reguladoras, tornando-as técnicas e eficazes. Este modelo já foi adotado com sucesso em diversos países, sendo indispensável para tornar o Brasil mais competitivo”, afirma.

Dois projetos de lei tramitam na Assembleia Legislativa sobre o tema: o PL 541/2015 e o PL 574/2015. “Precisamos deliberá-los o quanto antes para que as medidas necessárias sejam tomadas e o modelo de concessões possa beneficiar os catarinenses.”

Dreveck sugere amplas reformas para superar a crise

O deputado Silvio Dreveck tem defendido amplas reformas para que o Brasil volte a crescer, como a Previdenciária, a Política, a Trabalhista e a Tributária. “É preciso ter coragem e aprovar reformas que muitas vezes são vistas como impopulares, mas necessárias ao país”, disse.

Como bom exemplo, o parlamentar cita a Reforma da Previdência realizada em Santa

Catarina em 2015. O modelo da reforma está sendo utilizado por outros estados para amenizar o déficit previdenciário, em alguns casos superior a R\$ 18 bilhões. “A reforma aprovada viabiliza a sobrevivência financeira do Estado, possibilita investimentos em áreas essenciais, dá segurança ao servidor e garante que haverá recursos para pagar aposentadorias no futuro”, afirma.





Valdir Cobalchini

PMDB

Idade: 51 anos

Formação/profissão: Direito

Base eleitoral: Meio-Oeste e Oeste

Mandatos: 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019

Infraestrutura e saúde na pauta de Cobalchini

A defesa em plenário da devolução dos recursos economizados pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e seu investimento na área da saúde, a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumenta os recursos orçamentários para a saúde e a proposta de criação de um fundo para infraestrutura são destacados pelo deputado Valdir Cobalchini.

A criação de um fundo para a conservação de rodovias é a solução para a recuperação de trechos mais danificados da malha estadual, na avaliação do deputado. O parlamentar entende que parte dos R\$ 2,1 bilhões que serão economizados com a repactuação da dívida do Estado com a União deve ser investida em infraestrutura, especialmente para a recuperação de rodovias.

Outra ação forte do deputado foi na devolução dos recursos, na ordem de R\$ 100 milhões, economizados pela Assembleia em 2015. “Defendemos que esse dinheiro fosse investido na saúde. Para isso, tivemos o apoio de toda a bancada do PMDB e conseguimos fazer com que aqueles que estão lá na ponta, os que mais precisam, fossem atendidos”, explicou.

A Assembleia Legislativa aprovou em 2016 a PEC que amplia o percentual mínimo

dos recursos investidos na saúde, de 12% do orçamento do Estado, para 15%. Para Cobalchini, defender a ampliação dos recursos para a saúde é uma obrigação de todos os parlamentares.

De acordo com o deputado, esse aumento de 12% para 15% do orçamento do Estado é mais recursos para a saúde nos municípios, no Estado e nos hospitais. “Estamos dando um grande passo para melhorar a saúde em nosso Estado. Agora, vamos cobrar para que esse dinheiro chegue lá na ponta, onde está quem mais precisa.”

Recursos para os Bombeiros Voluntários

Valdir Cobalchini defendeu a liberação de recursos para as corporações de bombeiros voluntários. Esses recursos devem ser incluídos no orçamento do Estado em 2017.

De acordo com o deputado, as corporações voluntárias, como as que existem em Joinville, Caçador, Jaraguá do Sul, Concórdia e outros municípios, prestam o serviço de bombeiros com menor custo para os cofres públicos. “Os bombeiros voluntários já recebem ajuda do governo, mas é necessário ainda mais para que possam continuar oferecendo o bom serviço à população”, afirmou.

Segundo Cobalchini, o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, prontificou-se a encaminhar o assunto ao governador



Raimundo Colombo e defender a liberação dos recursos, por reconhecer a importância dos bombeiros voluntários. “Nosso próximo passo é tratar do assunto diretamente com o governador, mas tivemos uma sinalização muito positiva de parte do secretário.”

Bombeiros voluntários são sociedades civis autônomas, de direito privado, com certificado de entidade filantrópica, que sobrevivem de contribuições e doações da comunidade em geral e de pessoas jurídicas, uma subvenção municipal e conquistaram, também, institucionalmente, o direito de receber, sistematicamente, uma subvenção financeira do governo estadual desde 1991.

Foco no desenvolvimento regional

O deputado Valdir Cobalchini afirma que o foco de seu trabalho no ano de 2017 será no combate às desigualdades regionais. De acordo com ele, por meio de um amplo estudo, Santa Catarina foi dividida em três grandes grupos de regiões: onde estão os mais ricos, os com condições médias e os menos desenvolvidos. “As regiões mais ricas do estado reúnem 47 municípios. As médias têm 164 municípios e as mais pobres ou menos desenvolvidas contam com 84 municípios. Esses são os que mais precisam da mão forte do Estado”, explica o deputado. Segundo ele, o trabalho deixa claro: Santa Catarina tem as regiões mais competitivas concentradas próximas ao litoral. “No interior, como é o caso das regiões Serrana, Meio-

Oeste e parte do Grande Oeste, o cenário é bem diferente. Precisamos urgentemente sair dos estudos e partir para a prática, com a implantação de políticas públicas, dando um cuidado especial para as regiões mais pobres.”



Valmir Comin

PP

Idade: 55 anos

Formação/profissão: Técnico em edificações e empresário

Base eleitoral: Criciúma e Região Sul

Mandatos: 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019



Dupla função com o mesmo zelo e comprometimento

Mesmo acumulando a função de 1º secretário da Mesa da Assembleia, Comin segue com a missão de trabalhar pelo bem dos catarinenses

Ao longo do ano de 2016, o deputado estadual Valmir Comin ocupou a função de parlamentar juntamente com a posição de primeiro secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Independente do acúmulo de compromissos, a missão de trabalhar em favor dos catarinenses foi cumprida com o zelo e comprometimento de todos os outros anos de mandato. Ele ampliou a atenção aos municípios, intermediando liberação de convênios e subvenções junto ao governo, que foram utilizados para a manutenção de projetos nas áreas de infraestrutura, educação, saúde, agricultura e social. Além disso, aprimorou a criação e execução de projetos de lei que defendem a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Entre os projetos em tramitação, está o PL 376/2015 que exige igualdade de promoções para novos e antigos clientes por parte das prestadoras de serviço. Não é novidade que empresas prestadoras de serviços contínuos utilizam promoções com frequência para atrair novos clientes. Por isso, pela proposta, assim que a promoção for divulgada, o benefício deverá ser concedido automaticamente

para os usuários antigos, mantendo, assim, a igualdade de preços e condições sobre o serviço prestado a todos. A lei classifica como prestadoras de serviços as empresas provedoras de internet, operadoras de plano de saúde, TV por assinatura, telefonia, fixa e móvel e até mesmo escolas privadas.

O deputado considera injusta a cobrança diferenciada e disse ser inadmissível que clientes antigos tenham que pagar pelo valor do plano acordado anos atrás, ao mesmo tempo em que outros clientes recebem centenas de promoções. A fiscalização do cumprimento da lei cabe ao órgão estadual de defesa do consumidor.

Luta em favor da segurança das pessoas e dos animais

A atenção dispensada pelo deputado estadual Valmir Comin não se restringe somente ao ser humano. Eles recebem atenção direta em alguns projetos como o PL 43/2016, que tramita na Assembleia, exigindo que casas de repouso, asilos e creches públicas e privadas tenham câmeras de segurança em seu interior com o intuito de inibir ações de negligência e maus-tratos, como agressões físicas e psicológicas. Elas devem ser instaladas em áreas de uso comum.

Além das pessoas, os animais também são contemplados. O PL 204/2016 exige a criação de um link nos portais das polícias Civil e Militar para atendimento de ocorrências



envolvendo animais. A ideia é oferecer um espaço diferenciado para investigações de crimes e denúncias de negligências. O espaço acolherá denúncias da existência de criadores clandestinos, abatedouros ilegais e até mesmo empresas/laboratórios que fazem testes em animais.

Para coibir evasão escolar, programa será transformado em lei

A evasão escolar e o abandono efetivo da sala de aula por parte dos alunos têm sido problemas históricos na educação brasileira. Em Santa Catarina, não é diferente. Contudo, os estudantes são monitorados pelo programa Apoiar On Line, que serve para identificar o aluno infrequente.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a matéria que exige que o projeto seja transformado em lei, de autoria do deputado estadual Valmir Comin está em discussão. O foco é controlar o abandono e a evasão escolar de alunos com idade entre 4 e 17 anos. A lei será válida para as escolas das redes públicas e privadas em Santa Catarina.





SUPLENTES

Suplentes

Sete suplentes assumiram cadeiras na Assembleia Legislativa em 2016 em função do afastamento dos titulares, que se licenciaram temporariamente dos cargos.

O advogado e publicitário **André Fretta May** (PP), conhecido popularmente como Deka, substituiu o correligionário Valmir Comin entre 31 de março e 29 de maio. Nesse período, o ex-vereador de Tubarão apresentou 3 projetos de lei, 68 requerimentos, 22 indicações e 3 pedidos de informação.



Uma das proposições apresentadas pelo deputado estreante que representou a região Sul do estado foi transformada na Lei 17.099, de 17 de janeiro de 2017. A norma promove alterações na Lei 16.171/2013, que trata da criação, do comércio e do transporte de abelhas sem ferrão (meliponíneas) em Santa Catarina. A medida estabelece aspectos referentes à comercialização do produto, como identificação e requisitos mínimos de qualidade.

Ainda tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa uma outra matéria protocolada por **Deka**. O PL 129/2016 determina a inclusão de, no mínimo, 50% de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da rede pública de Santa Catarina.



O sistema de rodízio adotado pela bancada progressista também permitiu que o contabilista **Fábio Flôr** exercesse a função de deputado nos meses de junho e julho, no lugar de João Amin. Com experiência na Câmara Municipal e nas secretarias da Fazenda e de Planejamento de Balneário Camboriú, Flôr apresentou proposições na Alesc que aguardam a apreciação dos parlamentares.





Uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2016, que obriga o governador do Estado, eleito ou reeleito, a apresentar em até 90 dias após a posse o programa da sua gestão, com ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da administração pública estadual, observando as diretrizes da campanha eleitoral.

De autoria de **Fábio Flôr**, o PL 227/2016 define regras para a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais de Santa Catarina. A matéria inclui a regulamentação das doações desses animais de estimação em eventos de adoção. Já o PL 180/2016 visa dar mais efetividade à atuação das guardas municipais no território catarinense, adequando o que dispõe a Lei federal 10.826, de 2003, às características do estado. Há, ainda, o PL 232/2016, referente à cessão onerosa do direito à denominação de espaços e eventos públicos e à concessão de espaços públicos para publicidade.

O suplente também encabeçou a mobilização para constituir a Frente Parlamentar em Defesa do Artesanato de Santa Catarina, oficializada por Ato da Presidência.

O empresário **Nilso Berlanda** (eleito pelo DEM e depois filiado ao PR), fundador de uma das maiores redes de varejo do estado, participou do ano legislativo em dois

períodos. Entre 26 de abril e 24 de junho, substituiu Narcizo Parisotto (PSC). De 7 de julho a 2 de novembro, ocupou a vaga de Jean Kuhlmann (PSD).



O representante de Chapecó e região é autor do PL 168/2016, sobre o funcionamento das unidades fabris privadas que promovam a ressocialização mediante criação de vagas de trabalho no sistema prisional de Santa Catarina. A matéria aguarda parecer da CCJ.

Outro suplente convocado em 2016 pela Alesc foi o pepista **Altair Silva**, na ausência do então líder do governo, deputado Silvio Dreveck. O empresário, técnico rural e bacharel de Direito com base eleitoral no Oeste catarinense ficou no cargo por 60 dias, entre julho e setembro.



Ainda tramita na Casa um projeto de lei protocolado por Silva, resultado de meses de estudo, segundo o proponente. O PL 347/2016 institui a matriz de distribuição de recursos financeiros destinados diretamente aos hospitais regionais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina. A medida serve de parâmetro para a definição do montante que caberá a cada instituição, conforme critérios de eficiência.

No período em que esteve na Alesc, o deputado defendeu bandeiras como o fortalecimento da agroindústria, a duplicação da BR-282 e a implantação da chamada Ferrovia do Milho, que ligará Santa Catarina ao Centro-Oeste brasileiro.

Com passagem pelo Parlamento estadual em 2015, o advogado Julio Ronconi (PSB) retornou à Assembleia Legislativa em julho de 2016, no lugar do deputado licenciado **Cleiton Salvaro** (PSB). Permaneceu no cargo até o dia 28 de outubro, logo depois de se eleger prefeito de Rio Negrinho.





Segue em tramitação na Casa o PL 529/2015, apresentado pelo representante do Planalto Norte, que promove alterações na Lei 13.571, de 2005, sobre os prêmios e créditos oferecidos por companhias de transporte aéreo quando as passagens forem adquiridas com recursos públicos. A proposta inclui a possibilidade de utilização de créditos de outras modalidades de transporte, como o aluguel de veículos.

Entre 6 de junho e 4 de agosto, o deputado Rodrigo Minotto (PDT) cedeu a cadeira ao suplente correligionário Ivan Naatz, de Blumenau. Ex-vereador, o advogado e mestre em Desenvolvimento Regional elegeu como prioridade do mandato a implantação da Região Metropolitana do Vale do Itajaí. O assunto foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano em 14 de julho.

Naatz também cobrou do governo estadual algumas demandas da sua base eleitoral, como a recomposição do efetivo da segurança pública e o repasse de recursos para hospitais.



O último suplente convocado pela Alesc em 2016 foi o comunicador e policial civil florianopolitano Roberto Salum (eleito pelo PSD e depois filiado ao PRB). Ele ocupou cadeira no Parlamento estadual de 26 de julho a 23 de outubro, durante período de licença do deputado Gean Loureiro (PMDB) para disputar as eleições municipais pela prefeitura da Capital.



No exercício de mandato parlamentar pela primeira vez, Salum apresentou projetos relacionados às áreas de segurança pública, transparência no serviço público, direitos do consumidor e dos animais. As matérias ainda tramitam nas comissões permanentes da Casa.

O PL 248/2016, por exemplo, institui medidas de segurança e proteção aos usuários de caixas eletrônicos e serviços similares em Santa Catarina. Já o PL 239/2016 estabelece critérios sobre o sistema de transparência na distribuição de vagas na educação pública estadual. Outra matéria, o PL 266/2016,

torna obrigatório o fornecimento de água filtrada em todo bar, restaurante, lanchonete, hospedaria, hotel ou estabelecimento similar.

Também seguem em análise no Parlamento os PLs 267, sobre a implantação de microchip de identificação eletrônica em cães e outros animais domésticos comercializados no estado, e 268, que obriga pet shops, clínicas e hospitais veterinários a informarem à Polícia Ambiental de Santa Catarina fatos e situações com indícios de maus-tratos a animais atendidos pelos estabelecimentos.

Salum propôs, ainda, audiência pública para debater o impasse sobre o terreno do Estado situado no bairro Agrônômica, em Florianópolis. A área era cedida à associação de moradores (AMA) e utilizada pelo Direto do Campo. O evento foi promovido pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, em 14 de setembro.



RCG 2016







RG 2016

Relatório anual de Gestão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA